

A CRISE DA  
SOCIAL - DEMOCRACIA

Biblioteca de Ciências Humanas

ROSA LUXEMBURGO

**A CRISE  
DA SOCIAL -DEMOCRACIA**

Tradução de:  
MARIA JULIBTA NOGUEIRA  
SILVÉRIO CARDOSO DA SILVA

EDITORIAL PRESENÇA \* LIVRARIA MARTINS FONTES  
PORTUGAL BRASIL

Capa de P. C.

Reservados todos os direitos desta edição à  
EDITORIAL PRESENÇA, LDA.  
Avenida João XXI, 56, 1.º — LISBOA

## I

A cena mudou completamente. A marcha de seis semanas sobre Paris tomou as proporções de uma tragédia mundial; a enorme matança tornou-se um negócio quotidiano, esgotante e monótono, sem que as perspectivas de solução tivessem feito qualquer progresso. A política burguesa está paralisada, presa na sua própria armadilha: já não pode libertar-se dos espíritos que tem evocado.

Acabada a embriaguez. Acabado o alarido patriótico nas ruas, a caça aos automóveis de ouro; os sucessivos telegramas falsos; não mais se fala de nascentes contaminadas por bacilos da cólera, de estudantes russos que lançam bombas sobre todas as pontes do caminho de ferro de Berlim, de franceses sobrevoando Nuremberga; terminadas as evacuações de uma turba, que em toda a parte pressentia espiões; acabada a balbúrdia tumultuosa nos cafés, onde se ensurdecia com a música e cânticos patrióticos em grandes vagas; os habitantes de uma cidade inteira transformados em população, prontos a denunciar não importa quem, a importunar as mulheres, a gritar: Hurrah! e a atingir o paroxismo do delírio ao lançarem loucos boatos; um ambiente de crime ritual, uma atmosfera de destruição total, em que o único repre-

sentante da dignidade humana era o agente policial à esquina da rua.

O espectáculo terminou. Há muito tempo que os eruditos alemães, esses «lémures vacilantes», reentraram ao primeiro assobio no seu covil. A alegria esfusiante das raparigas correndo ao longo dos cais já não acompanham os comboios de reservistas e estes não mais saúdam a multidão debruçando-se das janelas da sua carruagem, com um sorriso alegre nos lábios; silenciosos, com o seu cartão sob o braço, caminham a passos curtos pelas ruas onde uma multidão de rostos tristes se entrega às suas ocupações quotidianas.

No ambiente de desilusão destes dias ene-voados, ouve-se um outro coro: o grito rouco dos abutres e das hienas no campo de batalha. Dez mil tendas, garantia standard! Cem mil quilos de toucinho, de cacau em pó, de derivados do café, entregues imediatamente contra pagamento a pronto! Granadas, tornos, cartucheiras, anúncios de casamento com viúvas de soldados caídos na frente, cinturões de cabedal, intermediários que vos procuram, contratos com o exército — não se aceitam senão ofertas sérias! — A carne para canhão, embarcada em Agosto e Setembro, inchada de patriotismo, apodrece agora na Bélgica, nos Vosgos, na Masúria, nos cemitérios onde vêm crescer em abundância os benefícios da guerra. Trata-se de enceleirar rapidamente esta colheita. Sobre o mar destes trigos, estendem-se milhares de mãos, ávidas de arrebatam o seu quinhão.

Sobre as ruínas frutificam os negócios. As cidades transformam-se em montões de escombros, as aldeias em cemitérios, regiões inteiras em desertos, populações completas em grupos de mendigos, igrejas em estrebarias. O direito

dos povos, os tratados, as alianças, as mais sagradas palavras, a autoridade suprema, tudo é despedaçado. Não interessa qual o soberano que, pela graça de Deus, trate o seu primo de imbecil, covarde e perjuro, se este for um adversário, não interessa qual o diplomata que na presença do seu colega o qualifique de canalha infame, nem qual o governo que afirme que o governo oposto arrasta o povo à sua própria perda, cada um levando o outro ao desprezo público; e o alvoroço da fome rebenta em Veneza, Lisboa, Moscovo, Singapura; é a peste que alastra pela Rússia, por toda a parte a angústia e o desespero.

Suja, coberta de ignomínia, chafurdando em sangue, cheia de imundice, eis como se apresenta a sociedade burguesa, eis como verdadeiramente é. Não é assim quando bem adulada e honesta, se dá ares de cultura e filosofia, de moral e ordem, de paz e direito; é-o, porém, quando se assemelha a uma besta selvagem, quando dança o sabbat<sup>1</sup> da anarquia, quando espalha a peste pela civilização e pela humanidade e se desmascara, mostrando-se tal como é na realidade.

E no meio deste sabbat de feitiçaria ocorreu uma catástrofe com repercussões mundiais: a capitulação da social-democracia internacional. Seria para o proletariado o cúmulo da loucura se vivesse de ilusões ou encobrisse esta catástrofe: era o pior que lhe podia acontecer. «O democrata», (isto é, o pequeno burguês revolucionário), diz Marx, «sai da mais vergonhosa derrota

<sup>1</sup> *N.T.P.* — «Sabbat»: Assembléa nocturna de feiticeiros e feiticeiras que, seguindo uma superstição popular, se reunia à meia-noite de sábado sob a presidência de Satanás.

tão casto e inocente como quando começou a luta: com a convicção recente de que deve vencer, não que se disponham, ele e o seu partido, a rever as suas antigas posições, mas pelo contrário porque espera que os acontecimentos evoluam a seu favor». O moderno proletariado comporta-se de maneira totalmente diversa ao sair dos grandes acontecimentos históricos. Os seus erros são tão gigantescos como as suas tarefas. Não há um esquema prévio, válido de uma vez por todas, não há um guia infalível para lhe mostrar o caminho a percorrer. Não tem outro mestre senão a experiência histórica. O doloroso caminho para a sua libertação, não só está juncado de sofrimentos sem limites, mas também de inumeráveis erros. O seu fim, a sua libertação, aguardá-la-á se souber aprender com os seus próprios erros. Para o movimento proletário, a autocrítica, uma autocrítica sem piedade, cruel e que vai mesmo ao fundo dos problemas, é o ar e a luz sem os quais ele não pode viver. Na actual guerra mundial, o proletariado caiu mais baixo do que nunca. Aí reside uma desgraça para toda a humanidade. Mas isso só seria o fim do socialismo se o proletariado internacional se recusasse a medir a profundidade da sua queda e a aproveitar os ensinamentos que ela comporta.

Actualmente o que está em causa é todo o último capítulo da evolução do moderno movimento operário durante estes últimos 25 anos. Assim, assistimos à crítica e ao balanço da obra levada a cabo desde há cerca de meio século. A queda da Comuna de Paris tinha selado a primeira fase do movimento operário europeu e o fim da Primeira Internacional. A partir de então começou uma nova fase. As revoluções espontâneas, as evoluções, os combates nas

barricadas, depois dos quais o proletariado recaía de cada vez no seu estado passivo, foram então substituídos pela luta quotidiana sistemática, pela utilização do parlamentarismo burguês, organização das massas, união entre a luta económica e a luta política, união do ideal socialista à defesa persistente dos interesses quotidianos imediatos. Pela primeira vez, a causa do proletariado e da sua emancipação via brilhar diante de si uma estrela para a guiar: uma rigorosa doutrina científica. Em lugar de seitas, de escolas, de utopias, experiências que cada um fazia por si próprio no seu país, tinha-se uma base teórica internacional, base comum que fazia convergir os diferentes países numa única união. A teoria marxista pôs nas mãos da classe operária do mundo inteiro uma bússula que lhe permitia encontrar o seu caminho no turbilhão dos acontecimentos de cada dia e orientar a sua táctica de combate em cada hora, na direcção do intuito final, imutável. O partido social-democrata alemão tornou-se o representante, o campeão e o guardião deste novo método. A guerra de 1870 e a derrota da Comuna de Paris tinham deslocado para a Alemanha o centro de gravidade do movimento operário europeu. Tal como a França tinha sido o local por excelência da luta da classe proletária durante esta primeira fase, tal como Paris tinha sido o coração palpitante e ensangüentado da classe operária europeia nesta época, também a classe operária alemã se torna a vanguarda durante o segundo período. Pelo preço de inúmeros sacrifícios, de um trabalho minucioso e infatigável, edificou uma organização exemplar, a mais forte de todas, criou a maior cadeia de imprensa, deu origem aos meios mais eficazes de formação e de educação, reuniu à sua volta

eleitores em número muito considerável e obteve o maior número de lugares no parlamento. A social-democracia alemã passava pela mais pura encarnação do socialismo marxista. O partido social-democrata ocupava e reivindicava uma posição de excepção na qualidade de mestre e guia da Segunda Internacional. Em 1895, Friedrich Engels escreveu no célebre prefácio à obra de Marx *As lutas de Classes em França*: «Mas, o que quer que aconteça noutros países, a social-democracia alemã tem uma posição particular e, deste modo, pelo menos num futuro imediato, também uma tarefa especial. Os dois milhões de eleitores que ela envia às urnas, juntando os jovens e as mulheres que na qualidade de não eleitores se encontram por detrás, constituem a massa mais numerosa e compacta, o «grupo de choque» decisivo do exército proletário internacional».

A social-democracia alemã era, como escreveu a *Wiener Arbeiterzeitung* em 5 de Agosto de 1914: «A jóia da organização do proletariado consciente». A social-democracia francesa, italiana e belga, os movimentos operários da Holanda, da Escandinávia, da Suíça e dos Estados Unidos imitavam-na com um zelo sempre crescente. Quanto aos Eslavos, Russos e sociais-democratas balcânicos, olhavam-na com uma admiração sem limites, por assim dizer incondicional. Na Segunda Internacional, o «grupo de choque» alemão tinha um papel preponderante. Durante o congresso, no decorrer das sessões do Gabinete da Internacional Socialista, tudo estava dependente da opinião dos alemães. Em particular por ocasião dos debates sobre os problemas postos pela luta contra o militarismo e sobre a questão da guerra, a posição da social-democracia alemã era sempre deci-

siva. «Para nós, alemães, isto é inaceitável», vulgarmente era suficiente para decidir a orientação da Internacional. Com uma confiança cega, esta submetia-se às directrizes da poderosa e tão admirada social-democracia alemã: era o orgulho de todo o socialista e o terror das classes dirigentes de todos os países.

E a que é que assistimos, na Alemanha, na altura da grande prova histórica? A queda mais catastrófica, à derrocada mais espantosa. Em parte alguma a organização do proletariado foi tão completamente submetida ao serviço do imperialismo, em parte alguma o estado de sítio foi suportado com tão fraca resistência, em parte alguma a imprensa foi tão restringida, a opinião pública tão sufocada, a luta de classe económica e política da classe operária tão duramente abandonada, como na Alemanha.

Ora, a social-democracia alemã não era somente a vanguarda mais forte da Internacional, mas também o seu cérebro. Portanto é necessário começar por ela, pela análise da sua queda; é pelo estudo deste caso que se deve iniciar o processo de auto-reflexão. É uma tarefa honrosa, para ela, preceder todo o mundo na salvação do socialismo internacional, isto é, de proceder, em primeiro lugar, a uma autocrítica impiedosa. Nenhum outro partido, nenhuma outra classe da sociedade burguesa pode ostentar as suas próprias faltas à face deste mundo, mostrar as suas fraquezas no espelho transparente da crítica, porque este fá-la-ia ver ao mesmo tempo os limites históricos que se erguem à sua frente, e por detrás o seu destino. A classe operária, essa ousa olhar de frente e atrevidamente a verdade, mesmo se esta verdade constitui para ela a mais dura acusação, porque a sua fraqueza é apenas um trâmite e a

lei imperiosa da história restitui-lhe as forças, garante-lhe a vitória final.

A autocrítica impiedosa não é para a classe operária somente um direito vital, mas é também o dever supremo. No nosso navio, transportamos os mais preciosos tesouros da humanidade, confiados à guarda do proletariado, e se bem que a sociedade burguesa, difamada e desonrada pela orgia sangrenta da guerra, continue a precipitar-se para a própria perda, é necessário que o proletariado internacional se corrija, e fá-lo-á, para reunir os tesouros que num momento de confusão e fraqueza, no meio do turbilhão desencadeado pela guerra mundial, deixou escorregar para o abismo.

Uma coisa é certa, a guerra mundial representa uma viragem para o mundo. É loucura insensata imaginar que nada mais temos a fazer do que deixar passar a guerra, tal como a lebre espera o fim da tempestade sob um silvado, para em seguida retomar alegremente o seu passo normal. A guerra mundial modificou as condições da nossa luta e transformou-nos a nós próprios radicalmente. Não que as leis fundamentais da evolução capitalista, o combate entre o capital e o trabalho, devam conhecer um desvio ou uma moderação. Já agora, em plena guerra, caem as máscaras e as antigas feições, que conhecemos tão bem, olham-nos com escárnio. Mas, depois da erupção do vulcão imperialista, o ritmo da evolução recebeu tão violento impulso, que comparado aos conflitos que surgirão no meio da sociedade e à imensidade de tarefas que esperam o proletariado socialista num futuro imediato, toda a história do movimento operário parece não ter sido até agora mais do que um período paradisíaco.

Historicamente, esta guerra estava destinada a favorecer poderosamente a causa do proletariado. Pode-se ler em *As lutas de Classes em França*, de Marx que, com um olhar profético, previu tantos acontecimentos históricos, esta notável passagem:

«Em França, o pequeno-burguês faz aquilo que, normalmente, deveria fazer o burguês industrial; o operário faz o que normalmente seria a tarefa do pequeno-burguês; e quem executa a tarefa do operário? Ninguém. Em França não a resolvem, proclamam-na. Não resolvida em parte alguma, dentro dos limites da nação, a guerra de classes no seio da sociedade francesa estende-se a uma guerra mundial, em que as nações se encontram frente a frente. A solução só começa no momento em que, pela guerra mundial, o proletariado fica à cabeça do povo que domina o mercado mundial, isto é, à cabeça da Inglaterra. A revolução, não encontrando aí o seu fim, mas sim o princípio da sua organização, é, pois, uma revolução de pouca dura. A geração actual assemelha-se aos Judeus que Moisés conduziu através do deserto. Não tem somente um mundo novo a conquistar, torna-se necessário que ela desapareça para dar lugar aos homens que estarão à altura do novo mundo».

Isto foi escrito em 1850, numa época em que a Inglaterra era o único país capitalista desenvolvido, em que o proletariado inglês era o mais bem organizado e parecia designado a tomar a direcção da classe operária internacional, graças ao progresso económico do seu país. Substituindo Inglaterra por Alemanha, as palavras de Marx aparecem como uma prefiguração genial da actual guerra mundial. Esta guerra estava destinada a colocar o proletariado alemão à frente do povo e a produzir assim um «início de

organização» com vista ao grande conflito geral internacional entre o Capital e o Trabalho para o poder político.

E no que nos diz respeito, apresentamos nós de uma maneira diferente o papel da classe operária na guerra mundial? Lembremos como descrevíamos ainda recentemente o futuro:

«Então acontecerá a catástrofe. Então soará na Europa a hora da marcha geral que conduzirá para o campo de batalha 16 ou 18 milhões de homens, a flor de diversas nações, equipados com os melhores instrumentos de morte e atirados uns contra os outros. Mas, na minha opinião, por'detrás da grande marcha geral, existe a grande devastação. A culpa não é nossa: é deles. Impelem os acontecimentos ao máximo. Querem provocar uma catástrofe. Colherão aquilo que semearam. *O crepúsculo dos deuses do mundo burguês aproxima-se!* Estejam certos disso, está a chegar».

Eis o que declarava Bebel, o orador da nossa facção, durante o debate sobre Marrocos no Reichstag.

O opúsculo oficial do partido, *Imperialismo ou Socialismo*, de que foram distribuídos, há alguns anos, centenas de milhares de exemplares, terminava com estas palavras:

«A luta contra o capitalismo transforma-se assim, cada vez mais, *num combate decisivo entre o Capitalismo e o Trabalho*. Perigo de guerra, miséria e capitalismo — ou paz, prosperidade para todos, socialismo; eis os termos da alternativa. *A história prevê as grandes decisões*. O proletariado deve trabalhar incansavelmente na sua tarefa histórica, reforçar o poder da sua organização, a clareza do seu conhecimento. Desde logo, chegue onde chegar, quer consiga evitar à humanidade o caos abominável

de uma guerra mundial, pela força que representa, *quer o mundo capitalista não condiga ser destruído e não se afunde no turbilhão da história tal como nasceu, isto é, no sangue e na violência*, a classe operária estará preparada nessa hora histórica e estar preparada é tudo».

No *Manual para os Eleitores Sociais-Democratas* de 1911, destinado às últimas eleições parlamentares, pode-se ler, na página 42, a propósito da temida guerra:

«Será que os nossos dirigentes e a nossa classe dirigente acreditam poder exigir dos povos tamanha monstruosidade? Será que nem um grito de pavor, de ira e indignação se vai apossar deles e levá-los a pôr fim a este assassinato?»

Não perguntarão a si próprios: Porquê e por quem tudo isto? Seremos então doentes mentais, para sermos assim tratados ou para nos deixarmos tratar deste modo?

Aquele que examina calmamente a possibilidade de uma grande guerra europeia, só poderá chegar a esta conclusão:

A próxima guerra europeia será um jogo em que vale tudo, sem precedentes na história mundial, será, segundo todas as probabilidades, a última guerra».

É nestes termos e linguagem que os nossos actuais deputados ao Reichstag fizeram a sua campanha para os 110 mandatos.

Quando, no Verão de 1911, o salto de pantera do imperialismo alemão sobre Agadir<sup>2</sup> e os seus gritos de feiteira tornaram eminente

<sup>2</sup> N. T. F. — «Panther» era o nome do cruzador alemão, enviado para Agadir em 1911; o referido incidente foi chamado várias vezes de «salto de pantera».



o perigo de uma guerra européia, uma assembléia internacional, reunida em Londres, adop-tou, em 4 de Agosto, a seguinte resolução:

«Os delegados alemães, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses das organizações operárias *declaram-se prontos a opor-se por todas os meios de que dispõem a toda e qualquer declaração de guerra.* Cada nação representada compromete-se a agir contra os ardis criminosos das classes dirigentes, de acordo com as decisões do seu Congresso Nacional e do Congresso Internacional».

Todavia, quando o Congresso Internacional se reuniu em Bale, em Novembro de 1912, à medida que o longo cortejo de delegados operários chegava à catedral todos os que estavam presentes sentiram um calafrio pela solenidade da hora fatal que se aproximava e foram invadidos por um sentimento de heróica determinação.

O céptico e frio Victor Adler exclamava:

«Camaradas, é de extrema importância que, encontrando-nos aqui, na fonte comum do nosso poder, aqui encontremos a força para fazermos o que pudermos nos nossos respectivos países, segundo as formas e meios ao nosso alcance, e com toda a força que temos, para nos opormos ao crime de guerra, E se isso tiver de acontecer, se na realidade tiver de cumprir-se, *então devemos-nos esforçar para que esta guerra marque um ponto final-*

Eis um sentimento que anima toda a Internacional.

E se o assassinato, o fogo e a pestilência se espalham através da Europa civilizada — não podemos pensar nisso sem um estremecimento, e a revolta e a indignação dilaceram-nos o cora-

ção. *E interrogamo-nos: ainda serão os homens, os proletários, verdadeiros carneiros, para que possam deixar-se levar ao matadouro sem se mexerem?...»*

Troelstra tomou a palavra em nome da Bélgica e das «pequenas nações»:

«O proletariado dos pequenos países coloca-se totalmente à disposição da Internacional para tudo o que ela decidir, com vista a afastar a ameaça de guerra. Expressamos de novo a esperança de que, se um dia as classes dirigentes dos Estados fortes chamarem às armas os filhos do seu proletariado, para saciar a ambição e o despotismo dos seus governos no sangue dos povos fracos e sobre a sua terra — então, graças à influência poderosa dos pais proletários e da imprensa proletária, os filhos do proletariado reconsiderarão duas vezes, antes de nos fazerem mal, a nós, seus amigos e seus irmãos, para executar esse empreendimento contrário à civilização»,

E depois de ter lido o manifesto contra a guerra, em nome da Mesa da Assembléia da Internacional, Jaurès concluiu o seu discurso da seguinte forma:

«A Internacional representa todas as forças morais do mundo! E se soasse um dia a hora trágica que exige que nos entreguemos totalmente, esta idéia suster-nos-ia e fortificar-nos-ia. Não é irreflectidamente, mas *do mais fundo do nosso ser, que declaramos: estamos preparados para todos os sacrifícios!*»

Tal como um juramento de Rütli<sup>3</sup>. O mundo inteiro tinha os olhos fixos na catedral de Bale,

<sup>3</sup> *N.T.F.* — «Juramento de Rutli»; juramento pelo qual os primeiros confederados suíços juravam solenemente libertar a sua pátria.

onde os sinos tocavam grave e solenemente ao anunciar o princípio da grande batalha entre o exército do Trabalho e o poder do Capital.

Em 3 de Dezembro de 1912, David, o orador do grupo social-democrata, declarava no Reichstag:

«Confesso que esta foi uma das horas mais belas da minha vida. No momento em que os sinos da catedral acompanharam o cortejo dos sociais-democratas internacionais, em que os estandartes vermelhos se espalharam pelo coro da igreja em volta do altar, em que o som do órgão saudava os delegados dos povos que vinham proclamar a paz — guardei uma impressão absolutamente inesquecível. (...) *As massas deixam de ser rebanhos dóceis e estúpidas.* É um novo elemento na história. Dantes, os povos deixavam-se excitar cegamente uns contra os outros, por aqueles que tinham interesse na guerra e deixavam-se conduzir ao assassinato em massa. *Esta época terminou. De hoje em diante as massas recusam-se a ser instrumentos passivos e satélites de um interesse de guerra, qualquer que seja.*»

Ainda uma semana antes da guerra eclodir, em 26 de Julho de 1914, os jornais do partido alemão escreviam:

«Não somos marionetes, combatemos com todas as forças um sistema que faz dos homens instrumentos passivos, segundo as circunstâncias que agem às cegas, desse capitalismo que se prepara para transformar uma Europa que aspira à paz num matadouro fumegante. Se este processo de degradação seguir o seu curso, se o forte desejo de paz do proletariado alemão e internacional, que será evidente nas poderosas manifestações dos próximos dias, não estiver à

altura de impedir a guerra mundial, *então que seja ao menos a última guerra, que se torne o crepúsculo dos deuses do capitalismo.*» (Frankfurter Volksstimme)

Em 30 de Julho de 1914, o órgão central da social-democracia alemã exclamava:

«O proletariado socialista alemão declina toda a responsabilidade pelos acontecimentos que uma classe dirigente, inconsciente, até à loucura, está em vias de provocar. Sabe que *dos escombros nascerá para ele uma nova vida. Os responsáveis são os que hoje detêm o poder!*

Para eles, trata-se *duma questão de vida ou de morte!*

*A história mundial é o tribunal do mundo!*»

É a 4 de Agosto de 1914 que sobrevém este inaudito acontecimento, sem precedentes:

Devia ter acontecido assim? Um acontecimento de tanta importância não é com certeza fruto do acaso. Deve resultar de profundas e extensas causas objectivas. No entanto, estas causas também podem residir nos erros da social-democracia, que era o guia do proletariado, na fraqueza da nossa vontade de luta, da nossa coragem, da nossa convicção. O socialismo científico ensinou-nos a compreender as leis objectivas do desenvolvimento histórico. Os homens não constroem a sua história completamente. Mas apesar de tudo fazem-na eles mesmos. O proletariado depende, na sua acção, do grau de desenvolvimento social da época, mas a evolução social não é de maneira nenhuma exterior ao proletariado, este é o seu impulso e a sua consequência. A sua acção faz parte da história contribuindo para a determinar. E se tão pouco nos podemos desviar da evolução histórica, tal como o homem da sua sombra,

bem podemos no entanto acelerá-la ou retardá-la.

Na história, o socialismo é o primeiro movimento popular que se fixa como fim e que é por ela encarregado de dar à acção social dos homens um sentido consciente de nela introduzir um pensamento metódico e, por isso, uma vontade livre. Eis porque Friedrich Engels diz que a vitória definitiva do proletariado socialista constitui um salto que faz passar a humanidade do reino animal ao reino da liberdade. Mas mesmo este «salto» não é estranho às leis de airain<sup>1</sup> da história, está ligado aos milhares de degraus precedentes da evolução, uma evolução dolorosa e muito lenta. E este salto não poderia ser dado se, do conjunto de premissas materiais acumuladas pela evolução, não brilhasse a centelha da vontade consciente da grande massa popular. A vitória do socialismo não cairá do céu como uma fatalidade, esta vitória só pode ser alcançada graças a uma longa série de afrontamentos, entre as forças antigas e as forças novas, afrontamentos durante os quais o proletariado internacional faz a sua aprendizagem sob a direcção da social-democracia e tenta encarregar-se do seu próprio destino, apossar-se do leme da vida social. O proletariado, que era o joguete passivo da sua história, procura tornar-se o seu piloto lúcido. Friedrich Engels disse

<sup>1</sup> *N.T.P.* — «Lois d'airain»: lei económica, formulada por F. Lassalle e segundo a qual os salários se estabeleceriam necessariamente segundo o valor do que é indispensável à existência do operário e o prémio de amortização necessário para substituir este, isto é, para criar um filho de operários. (Esta lei é reconhecida pelos economistas).

um dia: «A sociedade burguesa enfrenta um dilema: ou passagem ao socialismo ou retorno à barbárie». Mas então que significa um «retorno à barbárie» do grau de civilização que conhecemos hoje na Europa? Até agora lemos estas palavras sem reflectirmos, e repetimo-las sem nelas pressentirmos a terrível gravidade. Lancemos um olhar à nossa volta neste preciso momento, e compreenderemos o que significa um retorno da sociedade burguesa à barbárie. O triunfo do imperialismo remata a destruição da civilização — esporadicamente durante uma guerra moderna, e definitivamente se o período das guerras mundiais, que agora se inicia, seguir sem entraves até às suas últimas conseqüências. É exactamente o que Friedrich Engels tinha previsto, uma geração antes de nós, há já quarenta anos. Hoje estamos perante esta escolha: ou o triunfo do imperialismo e a decadência de toda a civilização, com as conseqüências, como na antiga Roma, do despovoamento, da desolação, da degenerescência, um grande cemitério; ou então, a vitória do socialismo, isto é, da luta consciente do proletariado internacional contra o imperialismo e contra o seu método de acção: a guerra. Aí está um dilema da história do mundo, uma *alternativa* ainda indecisa, cujos pratos oscilam diante da decisão do proletariado consciente. O proletariado deve pegar resolutamente no gládio do seu combate revolucionário: o futuro da civilização e da humanidade disso dependem. Durante esta guerra, o imperialismo alcançou a vitória. Ao pegar no seu gládio ensangüentado pelo assassinato dos povos, fez pender a balança para o lado do abismo, da desolação e da ignomínia. Todo este peso de desonra e desolação só será contrabalançado se, em plena guerra, souber-

mos tirar a lição que ela contém, se o proletariado conseguir assenhorear-se de novo e acabar de jogar o papel de escravo manipulado pelas classes dirigentes para se vir a tornar o dono do seu próprio destino.

A classe operária paga bem caro toda a nova tomada de consciência da sua vocação histórica, O Gólgota da sua libertação está coberto com sacrifícios terríveis. Os combatentes das jornadas de Junho, as vítimas da Comuna, os mártires da Revolução Russa, — ronda sem fim de espectros ensangüentados! Mas esses homens caíram no campo da honra, estão, como escreveu Marx a propósito dos heróis da Comuna, «amortalhados para sempre no grande coração da classe operária». Agora, pelo contrário, milhões de proletários de todos os países, caem no campo da desonra, do fratricídio, da automutilação, com cânticos de escravos nos lábios. Foi necessário que também isso não nos fosse poupado. Somos verdadeiramente parecidos com aqueles Judeus que Moisés conduziu através do deserto. Mas nós não estamos perdidos e venceremos, contanto que não tenhamos desaprendido de aprender. E, se alguma vez a actual guia do proletariado, a social-democracia, não mais soubesse aprender, então desapareceria, «para dar lugar aos homens que estivessem à altura de um mundo novo».

## II

«Agora estamos perante a realidade brutal da guerra. O pavor de uma invasão inimiga ameaça-nos. Hoje não temos de decidir a favor ou contra a guerra, mas sim sobre o problema dos meios requeridos com vista à defesa do país. A futura liberdade do nosso povo depende em parte, senão inteiramente, de uma vitória do despotismo russo, que se cobriu de sangue dos melhores homens do seu próprio povo. Trata-se de dissipar esta ameaça, de garantir a civilização e independência do nosso país. Aplicamos um princípio sobre o qual sempre insistimos: não abandonamos a nossa pátria na eminência do perigo. Nisto sentimo-nos de acordo com a Internacional, que sempre reconheceu o direito de todos os povos à independência nacional e à autodefesa, tal como, de acordo com ela, condenamos toda a guerra de conquista. Inspirados nestes princípios, votamos os créditos de guerra pedidos».

Por esta declaração, o grupo parlamentar dava em 4 de Agosto a palavra de ordem que determinaria a atitude dos operários alemães durante a guerra. Pátria em perigo, defesa nacional, guerra popular pela existência, civilização e liberdade — tais eram as palavras-chave que propunha a representação parlamentar da

social-democracia. Todo o resto daí resultaria como simples consequência: a posição da imprensa do partido e da imprensa sindical, o tumulto patriótico das massas, a Sagrada União, a súbita dissolução da Internacional, tudo isto não era mais do que a consequência inevitável da primeira orientação que foi adoptada no Reichstag.

Se na realidade estão em jogo a existência da nação e a liberdade, se esta só pode ser defendida pela arma assassina, se a guerra é a causa santa do povo — então tudo é claro e evidente, então torna-se necessário aceitá-la em massa. Quem quer o fim deve querer os meios. A guerra é um assassinato metódico, organizado, gigantesco. Para os homens normalmente formados, em primeiro lugar é necessário, produzir uma embriaguez apropriada com vista a um assassinato sistemático. É desde sempre o método habitual dos beligerantes. A bestialidade dos pensamentos e dos sentimentos deve corresponder à bestialidade da prática ela deve preparar e acompanhar a prática. Desde então, o *Wabre Jakob* de 28 de Agosto com a imagem do «batedor» alemão, os folhetos do partido em Chemnitz, Hambourg, Kiel, Francfort e Co-bourg, entre outras, com a sua patriótica excitação em verso e prosa, distribuiu o narcótico espiritual de que o proletariado tinha necessidade, uma vez que não podia mais salvar a sua existência e a sua liberdade senão cravando a arma assassina no peito dos seus irmãos russos, franceses e ingleses. Esses folhetos instigadores, são no entanto mais lógicos consigo mesmos do que aqueles que querem indiferenciar o dia e a noite, conciliar a guerra com a «humanidade», o assassínio com o amor frater-

nal, a aprovação dos meios necessários à guerra com a fraternidade socialista dos povos.

Mas se a palavra de ordem dada em 4 de Agosto pelo grupo parlamentar era justa, seria então pronunciada contra a Internacional operária uma condenação sem apelo, que não era somente válida para esta guerra. Pela primeira vez no movimento operário moderno há um fosso entre os imperativos da solidariedade internacional dos proletários e os interesses de liberdade e existência nacional dos povos, pela primeira vez descobrimos que a independência e a liberdade das nações exige imperiosamente que os proletários dos diferentes países se massacrem e se exterminem uns aos outros. Até agora, vivíamos com a convicção de que os interesses das nações e os interesses de classe do proletariado coincidiam harmoniosamente, que eram idênticos, que não se podiam de forma alguma opor. Era a base da nossa teoria e da nossa praxis, era o espírito que animava a nossa agitação por entre as massas populares. Seríamos nós, neste ponto essencial da nossa concepção do mundo, vítimas de um engano monstruoso? Eis-nos perante o problema vital que o movimento socialista internacional enfrenta.

A guerra mundial não foi o primeiro pôr-à-prova dos nossos princípios internacionais. O nosso partido sofreu a primeira prova há 45 anos. Nesse momento, a 21 de Julho de 1870, Wilhelm Liebknecht e August Bebel fizeram a seguinte declaração diante do parlamento da Alemanha do Norte:

«A guerra actual é uma guerra dinástica, empreendida no interesse da dinastia Bonaparte, tal como a guerra de 1866 foi levada a cabo no interesse da dinastia Hohenzollern.

Não podemos aceitar os créditos que se exigem ao Reichstag para conduzir a guerra, porque isso seria um voto de confiança no governo prussiano, o qual, pelo modo como agiu em 1866, preparou a actual guerra.

Mas, tão-pouco podemos recusar os créditos pedidos, porque isso seria interpretado como uma aprovação da política insolente e criminosa de Bonaparte.

Enquanto inimigos, por princípio, de qualquer guerra dinástica, enquanto sociais republicanos e membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, que luta sem distinção de nacionalidades contra todos os opressores e que procura juntar todos os oprimidos numa grande fraternidade, não nos podemos declarar nem directa nem indirectamente a favor da actual guerra e, assim, abstermo-nos de votar, exprimindo confiantemente a esperança de que os povos da Europa, ensinados pelos funestos acontecimentos actuais, recorrerão a tudo para conquistar o direito de dispor deles próprios e para eliminar a dominação das armas e o poder de classe que estão na origem de todo o mal político e social».

Os representantes do proletariado alemão, através desta declaração, situavam claramente e sem rodeios a sua causa sob o signo da Internacional e recusavam decididamente admitir que a guerra contra a França fosse uma guerra nacional ao serviço da liberdade. Sabe-se que Bebel afirma nas suas memórias que teria votado contra a aprovação dos empréstimos se, no momento do voto, tivesse tido conhecimento daquilo que só se aprenderia nos anos que se seguiram.

Durante esta guerra, que toda a opinião pública burguesa e a grande maioria do povo,

influenciada pelas maquinações de Bismarck, consideravam então como interesse vital da nação alemã, os dirigentes da social-democracia mantinham o seguinte ponto de vista: os interesses vitais da nação e os interesses de classe do proletariado internacional são um só, e ambos se opõem à guerra. Foi unicamente com a actual guerra mundial e com a declaração do grupo social-democrata de 4 de Agosto de 1914 que apareceu pela primeira vez esse terrível dilema: De um lado liberdade nacional, do outro socialismo internacional!

A mudança de orientação nos princípios da política proletária, que constituía o facto mais importante da declaração do nosso grupo parlamentar, foi assim, apesar de tudo, uma súbita inspiração. Era uma simples réplica da versão apresentada em 4 de Agosto no discurso da coroa e no do chanceler. «Não fomos impelidos por um desejo de conquista, dizia-se no discurso da coroa, somos animados pela vontade inflexível de conservar o lugar que Deus nos deu, a nós e a todas as futuras gerações. Graças aos documentos que vos são dados a conhecer dar-vos-eis conta de que o meu governo e antes de tudo o meu chanceler se esforçaram até ao último momento para evitar o pior. É em situação de legítima defesa, com a consciência pura e as mãos limpas, que empunhamos a espada». E Bethmann-Hollweg declarou: «Meus senhores, encontramos agora em situação de legítima defesa e a necessidade não tem lei. — Aquele que como nós está ameaçado e combate pelo seu interesse supremo, só se deve preocupar com o modo de combater. — Nós combatemos pelos frutos do nosso trabalho pacífico, pela herança do nosso passado e pelo nosso futuro». É exacta-mente o conteúdo da declaração social-demo-

crata: 1) Fizemos tudo para conservar a paz, a guerra foi-nos imposta por outros; 2) agora que a guerra chegou, devemos defender-nos; 3) nesta guerra está tudo em jogo para o povo alemão. A declaração da nossa facção parlamentar não faz senão repetir, de uma forma um pouco diferente, as declarações do governo. Do mesmo modo que estas insistiam sobre as tentativas diplomáticas de Bethmann-Hollweg para conservar a paz, e sobre os telegramas do Kaiser, o grupo recorda as manifestações a favor da paz, organizadas pela social-democracia antes da declaração de guerra. É tal como os discursos da coroa se defendem de qualquer desejo de conquista, o grupo não reconhece a guerra de conquista ao referir-se aos princípios do socialismo. E quando o imperador e o chanceler exclamam: combatemos pelo nosso supremo interesse; não reconheço partidos, só conheço alemães — a declaração social-democrata responde em eco: para o nosso povo tudo está em jogo, não abandonamos a nossa pátria na hora do perigo. A declaração social-democrata só se afasta do esquema do governo num ponto: coloca o despotismo russo no primeiro plano da sua argumentação, na situação de pôr em perigo a liberdade da Alemanha. Eram lamentações a parte do discurso da coroa referente à Rússia: «Com o coração pesado, tive de mobilizar o meu exército contra um vizinho com o qual ele combateu lado a lado em tantos campos de batalha. É com sincera mágoa que vejo acabar-se uma amizade lealmente respeitada pela Alemanha». O grupo social-democrata transpôs a dolorosa rotura de uma amizade lealmente respeitada para com o tzarismo russo para uma série de atoardas sobre a liberdade contra o despotismo, de modo que, no único ponto em que se mostra

independente face à declaração governamental, se serve das tradições revolucionárias do socialismo para dar uma garantia democrática à guerra e para lhe forjar um prestígio popular.

Como atrás dissemos, tudo isto apareceu em 4 de Agosto como que por efeito de um súbita inspiração. Tudo o que a social-democracia disse até agora, tudo o que afirmou na própria véspera da eclosão da guerra, tudo isso se opunha radicalmente a esta declaração. Em 25 de Julho, quando foi publicado o ultimato austríaco à Sérvia que provocou a guerra, escrevia assim o *Vorwärts*:

*«Eles querem a guerra, os elementos sem escrúpulos, que fazem tudo o que querem no palácio de Viena. Querem a guerra — é o que desde há semanas sobressai dos gritos selvagens que a imprensa fanática amarela e negra faz ouvir. Eles querem a guerra — o ultimato austríaco à Sérvia mostra-o claramente ao mundo inteiro.*

Porque as balas disparadas por um fanático fizeram correr o sangue de Francisco Fernando e de sua mulher, *é preciso fazer jorrar o sangue de milhares de operários e de camponeses, e um crime louco deve dar lugar a outro crime ainda bem mais louco!... O ultimato austríaco à Sérvia é talvez a mecha que vai atear o fogo nos quatro cantos da Europa.*

Pois *este ultimato é de tal modo exorbitante tanto na sua forma como nas suas exigências* que, se o governo sérvio cedesse documente, devia esperar ser expulso pelas massas populares.

*Era um crime da parte da imprensa chauvinista alemã, estimular até ao último extremo os desejos de guerra da sua fiel aliada, e sem dúvida alguma o senhor Bethmann-Hollweg con-*

venceu também o senhor Berchtold do seu apoio. Mas *contando com o factor sorte, faz-se um jogo muito perigoso, tanto em Berlim como em Viena...*».

Em 24 de Julho o *Leipziger Volkszeitung* escrevia:

«...O partido militar austríaco jogou a cartada, pois que em país algum do mundo o chauvinismo nacional e militarista não tem nada a perder... Na *Áustria*, os círculos chauvinistas encontram-se em plena queda, as suas vociferações nacionalistas devem desencalhar a sua ruína econômica e contam com a guerra para Encher os seus cofres pelo roubo e pelo assassinio».

No mesmo dia, o *Dresdner Volkszeitung* exprimia-se assim:

«Até agora, os promotores da guerra do salão de baile de Viena ainda nos devem essas provas decisivas que autorizariam a *Áustria* a fazer exigências à *Sérvia*.

*Quanto mais tempo o governo austríaco não estiver em situação de as fornecer, mais injusto ele é aos olhos da Europa inteira, ao empurrar assim a Sérvia de maneira provocadora e ofensiva. E mesmo se se provassem os danos da Sérvia, se o atentado de Sarajevo tivesse sido bem preparado, sob o olhar do governo sérvio, as exigências contidas nesta nota iriam além de todos os limites. Só os mais frívolos intentos de guerra podem explicar que um governo dirija tais pretensões a um outro Estado».*

Eis o ponto de vista de *Münchener Post* em 25 de Julho:

«*Esta nota austríaca é um documento sem precedentes na história dos dois últimos séculos. Com base num auto-inquérito cujo conteúdo é até agora desconhecido da opinião pública*

européia, e sem justificar as suas acusações através de um processo público contra os assassinos do casal herdeiro do trono, põe à *Sérvia* exigências cuja aceitação equivaleria a um suicídio...»

O *Schleswig-Hollsteinische Volkszeitung* declarava a 24 de Julho:

«A *Áustria* provoca a *Sérvia*, a *Áustria-Hungria* quer a guerra, comete um crime que pode levar toda a Europa a ferro e fogo...

A *Áustria* faz um jogo de vale-tudo. Ousa dirigir ao Estado sérvio uma provocação que este não pode consentir, a menos que esteja completamente sem resistência.

*Qualquer homem civilizado deve protestar de modo mais enérgico contra esta atitude criminosa dos senhores da Áustria; deve ser, antes de tudo, a tarefa dos operários e de todos aqueles que ainda conservam o mínimo sentido de paz e civilização, tentar tudo para travar a loucura sanguinária que se declarou em Viena.*

O *Magdeburger Volkstimme* de 25 de Julho declarava:

«Se o governo sérvio mostrar a mais leve intenção de levar a sério uma ou outra destas exigências, será expulso, sem demora, do parlamento pelo povo.

O procedimento da *Áustria* é tanto mais repreensível quanto mais Berchtolds se apresentarem ao governo sérvio, com asserções que não se apoiam em nada.

Nos nossos dias não se pode architectar assim uma guerra que se tornaria numa guerra mundial. Não se pode proceder deste modo se não se quiser perturbar a paz de todo um continente. Não é assim que se fazem conquistas morais ou que se podem persuadir do seu direito próprio os Estados não comprometidos. É de



supor conseqüentemente que a imprensa e, em seguida, os governos europeus acabem por chamar à ordem, legitimamente, estes homens de Estado vienenses presunçosos e insensatos».

O *Frankfurter Volksstimme* escrevia a 24 de Julho:

«*Pressionados pelas instigações da imprensa ultramontana* que chorava em Francisco Fernando o seu melhor amigo e que pretendia vingar a sua morte no povo sérvio, e *fortalecidos pelo apoio dum parte dos promotores de guerra alemães* cuja linguagem se tornou de dia para dia mais ameaçadora e mais ignóbil, os governantes austríacos deixaram-se arrastar até ao ponto de dirigir ao Estado sérvio um ultimato que não somente está redigido numa linguagem dum arrogância inaudita, como contém *certas exigências que o governo sérvio não pode de maneira alguma aceitar*».

O *Elberfeld Freie Presse* escrevia nesse mesmo dia:

«Um telegrama do Gabinete officioso *Wolfschen* refere as exigências austríacas relativas à Sérvia. Deduz-se deste texto que *os homens do poder em Viena procuram a guerra com todas as forças*, porque aquilo que pedem na nota, entregue ontem à noite em Belgrado, não é mais do que uma espécie de protectorado austríaco sobre a Sérvia. *Seria urgente que a diplomacia de Berlim fizesse entender aos provocadores vienenses que não pode erguer o dedo mínimo para suster as exigências de uma tal fatuidade* e que, por conseqüência, se impõe uma retirada das pretensões austríacas».

E o *Bergische Arbeiter Stimme* de Solingen:

«A *Áustria quer o conflito* com a Sérvia e utiliza unicamente o atentado de Seravejo como pretexto para acusar a Sérvia dessa injustiça

do ponto de vista moral. Mas este pretexto foi demasiado grosseiro para que a opinião pública europeia se deixasse por ele arrastar...

Contudo, ainda que os promotores de guerra do salão de baile de Viena acreditassem que os seus aliados italianos e alemães deveriam vir em sua ajuda num conflito para o qual a Rússia também seria arrastada, o melhor que tinham a fazer era abandonarem as suas vãs ilusões. A Itália veria de uma maneira muito favorável um enfraquecimento da *Áustria-Hungria*, que é sua concorrente no Adriático e nos Balcãs e, por isso, não mexeria um dedo sequer para apoiar a *Áustria*. E, na *Alemanha*, os *governantes não poderão, mesmo se forem suficientemente loucos para o pretender, arriscar a vida de um só soldado para apoiar a política criminosa e autoritária dos Habsburgos, sem fazer eclodir contra eles próprios a cólera do povo*».

Eis como toda a imprensa, sem excepção, julgava a guerra ainda uma semana antes da sua eclosão. Vê-se bem que para ela não se tratava da existência e da liberdade da *Alemanha*, mas do aventureirismo criminoso do partido favorável à guerra da *Áustria*; não se tratava de legítima defesa, de defesa nacional ou de uma guerra que se é levado a fazer em nome da liberdade, mas de uma provocação frívola, de uma descarada ameaça visando a independência e a liberdade de um país estrangeiro, a *Sérvia*.

Que se teria passado, a 4 de Agosto, para que uma concepção tão claramente acentuada e tão unanimemente divulgada, fosse de súbito completamente subvertida? Interviera um único facto novo: o Livro Branco apresentado, no mesmo dia, no Reichstag pelo governo alemão. E continha na página 4 a seguinte passagem:

«Nestas condições, a Áustria devia dizer a si própria que seria incompatível com a dignidade e a salvaguarda da monarquia, consentir por mais tempo, sem agir, esta agitação do outro lado da fronteira. O governo real e imperial deu-nos a conhecer o seu ponto de vista e pediu-nos a nossa opinião. É de bom grado que podemos dar à nossa aliada o nosso acordo quanto à sua apreciação da situação e assegurar-lhe que qualquer acto que considerasse necessário para pôr fim a um movimento dirigido contra a existência da monarquia na Sérvia, encontraria a nossa aprovação. Dizendo isto, estávamos absolutamente conscientes de que uma eventual manobra de guerra da Áustria-Hungria contra a Sérvia levaria a Rússia a intervir, o que, de acordo com o nosso dever de aliada, poderia desde logo implicar-nos na guerra. Conhecendo os interesses vitais que estavam em jogo para a Áustria-Hungria, não podíamos entretanto aconselhar à nossa aliada uma moderação, que teria sido incompatível com a sua dignidade, nem recusar-lhe o nosso apoio num momento tão difícil. Não podíamos, tanto mais que o persistente trabalho de destruição dos sérvios ameaçava sensivelmente os nossos próprios interesses. Se se tolerasse por mais tempo que os sérvios pusessem em perigo a existência da monarquia vizinha com a ajuda da Rússia e da França, isso acarretaria o desmoronamento progressivo da Áustria e a submissão de todos os povos eslavos ao ceptro russo, o que tornaria intolerável a posição da raça germânica na Europa Central. Uma Áustria moralmente enfraquecida e a desmoronar sob o ímpeto do pan-eslavismo russo não mais seria para nós uma aliada com a qual pudéssemos contar e na qual pudéssemos confiar, o que muita falta nos

faz em face da atitude cada vez mais ameaçadora dos nossos vizinhos do oriente e do ocidente. Deixamos assim a Áustria inteiramente livre de agir como queira contra a Sérvia, Não temos nada que ver com o que originou esta situação».

Com este texto, que constitui a única passagem importante e decisiva de todo o Livro Branco, o grupo parlamentar social-democrata tinha sob os olhos as explicações precisas do governo alemão, ao lado das quais qualquer outro livro, seja ele mareio, cinzento, azul ou cor de laranja, é absolutamente desprovido de interesse para aclarar os antecedentes diplomáticos e as causas imediatas da guerra. Continha a chave que lhe teria permitido julgar a situação. Uma semana antes, toda a imprensa social-democrata exclamava que o ultimato era uma provocação criminosa e aguardava que o governo alemão agisse de modo a travar a acção dos promotores de guerra vienenses e a moderar o seu ardor. A social-democracia, tal como a totalidade da opinião pública alemã, estava convencida que o governo alemão, desde o ultimato austríaco, suava sangue e água para conservar a paz na Europa. Toda a imprensa social-democrata supunha que o governo tinha ficado tão surpreendido com este ultimato como o havia ficado a opinião pública alemã, para a qual tivera o efeito de uma bomba. Ora o Livro Branco confessava ponto por ponto: 1) que o governo austríaco tinha pedido o acordo da Alemanha antes de se comprometer numa diligência relativamente à Sérvia; 2) que o governo alemão estava plenamente consciente de que a atitude da Áustria conduziria a uma guerra com a Sérvia, e a longo prazo a uma guerra europeia; 3) que o governo alemão não tinha

exortado a Áustria a moderação, mas que, pelo contrário, afirmava que uma Áustria conciliadora e debilitada não mais seria uma valiosa aliada para a Alemanha; 4) que, antes que a Áustria actuasse contra a Sérvia, o governo alemão, sucedesse o que sucedesse, tinha-lhe assegurado firmemente o seu apoio em caso de guerra, e por fim 5) que, apesar da importância do que estava em jogo, o governo alemão não só não tinha controlado o ultimato decisivo dirigido à Sérvia, como ainda «tinha dado inteira liberdade» à Áustria.

O nosso grupo parlamentar teve conhecimento de tudo isso em 4 de Agosto. É, no mesmo dia, tomou ainda conhecimento de um facto novo, através do próprio governo: que os exércitos alemães já tinham penetrado na Bélgica. Dispondo de todos estes elementos, o grupo social-democrata concluiu que se tratava de uma guerra defensiva da Alemanha contra uma invasão estrangeira, que dizia respeito à existência da pátria e da civilização e que era uma guerra libertadora contra o despotismo russo.

Será que para a social-democracia alemã podia ser surpresa a evidente premeditação da guerra e o cenário que laboriosamente a dissimulava, o jogo diplomático que encobria a declaração de guerra, os gritos enérgicos dos inimigos que por esse mundo atentavam contra a vida da Alemanha, que a queriam enfraquecer, humilhar, submeter? Era pedir muito à sua faculdade de julgar, ao seu avivado sentido crítico? Certamente que não! O nosso partido já tinha tido a experiência de duas grandes guerras alemãs e de cada uma dessas guerras se pode tirar uma lição memorável.

Mesmo que não se saiba nada de história, hoje todos sabemos que a primeira guerra de 1866 contra a Áustria foi preparada metódicamente e de antemão por Bismarck, e que a sua política conduzia desde o primeiro instante à eclosão da guerra com a Áustria. O príncipe herdeiro Frederico, que mais tarde foi imperador, referiu no seu diário, em 14 de Novembro de este ano, este ponto de vista do chanceler:

«Quando entrou em funções, ele (Bismarck) teria tomado a firme resolução de conduzir a Prússia a uma guerra com a Áustria, mas evitou falar nisso então com Sua Majestade; não queria falar no assunto prematuramente; só quando julgasse o momento oportuno».

«Compare-se esta confissão — diz Auer na sua brochura *«Les Fêtes de Sedam et la Social-démocratie»* — com os termos do apelo que o rei Guilherme lançava ao seu povo:

«A Pátria está em perigo!

«A Áustria e uma parte considerável da Alemanha erguem-se em armas contra ela!

«Há apenas alguns anos, espontaneamente e esquecendo todas as injustiças do passado, estendia a mão da aliança ao imperador da Áustria, como se impunha para libertar um país alemão da dominação estrangeira. Mas a minha esperança tem vindo a diminuir. A Áustria não pretende esquecer que os seus príncipes outrora reinaram na Alemanha: na Prússia, país mais jovem que ela, mas que se desenvolve francamente, ela recusa-se a ver um seu aliado natural; não quer ver nela senão um rival e um inimigo. Considera indispensável combater todas as aspirações da Prússia porque o que é útil para a Prússia é pernicioso para a Áustria. A antiga e funesta inveja reacendeu-se e brilha com toda a sua chama; a Prússia deve ser enfra-

quecida, humilhada e desonrada. Nada de manter tratados em vigor; não só se incita os príncipes alemães contra a Prússia, como se compele a romperem as suas alianças com ela. Na Alemanha, temos inimigos que nos envolvem por completo, e o seu grito de guerra contra todos é: humilhar a Prússia».

Para implorar a bênção do céu para esta guerra justa, o rei Guilherme decretou que o dia 18 de Junho fosse um dia de oração e penitência em todo o país. Nesta ocasião declarou: «Só Deus pode coroar de glória os meus esforços ou realizar os desejos de paz do meu povo».

Se o nosso grupo não tivesse esquecido completamente a história do seu próprio partido, não teria reconhecido na fanfarra oficial que acompanhava a declaração de guerra, uma reminiscência de certas palavras há muito conhecidas?

Mas não é tudo. Houve depois a guerra com a França em 1870. E há um documento que, na história, fica inseparavelmente associado à sua eclosão: o *despacho de Ems*<sup>1</sup>. Este documento tornou-se o símbolo da política burguesa em matéria de «fabricação de guerras», e representa também um episódio memorável da história do nosso partido. Com efeito, na pessoa do velho

<sup>1</sup> Despacho de Ems: despacho que suscitou o incidente diplomático que originou a guerra franco-alemã de 1870.

Trata-se de uma comunicação incompleta, feita por Bismarck, de um relatório sobre as impressões trocadas, em 13 de Julho de 1870, entre o Rei Guilherme da Prússia e o embaixador francês Benedetti e, relativamente à candidatura de um Hohenzollern ao trono de Espanha; (este relatório adulterado apresentava um carácter ofensivo para a França). *N. T. P.*

Liebknecht, a social-democracia considerou como sua tarefa e seu dever, neste período, revelar às massas populares, «como se fabricam as guerras».

Aliás, Bismarck não inventou este modo de fabricar uma guerra ao camuflá-la numa «defesa da pátria ameaçada». Aqui, não fazia mais do que aplicar, com a sua costumada ausência de escrúpulos, urna antiga receita da política burguesa, largamente espalhada e válida para todos os países.

Porque, desde que a chamada opinião pública passou a desempenhar um papel nos cálculos dos governos, acaso se viu alguma guerra em que cada partido beligerante não desembainhasse a espada com o coração pesado, unicamente para a defesa da pátria e da sua causa justa, diante da indigna invasão do seu adversário? Esta legenda pertence à arte da guerra tal como a pólvora e o chumbo. O jogo é velho. O único elemento novo é que um partido social-democrata tenha entrada neste jogo.

### III

Todavia, uma coerência ainda maior e um conhecimento ainda mais profundo preparavam o nosso partido para distinguir a verdadeira natureza e os fins reais desta guerra e para não se deixar surpreender de modo algum por ela. Os acontecimentos e as forças motrizes que levaram ao 4 de Agosto não eram segredo para ninguém. A guerra mundial tinha sido preparada durante dezenas de anos, com a maior publicidade, às claras, passo a passo e hora a hora. E se hoje vários socialistas atribuem encolerizados essa catástrofe à «diplomacia secreta», que teria fomentado esta intriga atrás dos bastidores, é muito injustamente que emprestam ao pobre cobarde um poder oculto que ele não possui, da mesma maneira que o Botocudo, que chicoteia o seu feitiço culpando-o da tempestade. Aqueles que «dirigiam» os destinos do Estado não eram então, como sempre, senão peões manobrados sobre o tabuleiro de xadrez da sociedade burguesa por processos e movimentos que os ultrapassavam. E se alguém se tinha esforçado durante todo este tempo para compreender lucidamente esses processos e esses movimentos, era efectivamente a social-democracia alemã.

Duas linhas de força da mais recente evolução histórica conduzem directamente à guerra

actual. Uma começa no período da constituição dos «Estados nacionais», isto é, dos Estados capitalistas modernos; tem por ponto de partida a guerra de Bismarck contra a França. A guerra de 1870 que, depois da anexação da Alsácia-Lorena, tinha atirado a República Francesa para os braços da Rússia, provocado a cisão da Europa em dois campos inimigos e inaugurado a era da louca corrida aos armamentos, trouxe o primeiro facho ao actual braseiro mundial. Enquanto as tropas de Bismarck ainda se encontravam em França, Marx escreveu ao Comitê de Brunswick:

«Aquele que não está completamente ensurdecido pela algazarra da hora presente, e que não tem interesse em ensurdecer o povo alemão, deve compreender que a guerra de 1870 dará origem a uma guerra entre a Rússia e a Alemanha, tão necessariamente como a de 1886 levou à de 1870. Necessária e inelutavelmente, salvo no caso improvável de prévia eclosão de uma revolução na Rússia. Se esta eventualidade improvável não se produzir, então a guerra entre a Alemanha e a Rússia deve, a partir de agora, ser considerada como *un fait accompli*. Que esta guerra seja útil ou prejudicial, isso depende inteiramente da atitude actual dos vencedores alemães. Se tomarem a Alsácia e a Lorena, a França combaterá contra a Alemanha ao lado da Rússia. É supérfluo indicar as suas funestas conseqüências».

Nessa altura, fez-se troça desta profecia; o vínculo que unia a Prússia à Rússia parecia tão sólido que era insensato pensar um só instante que a Rússia autocrática se pudesse aliar com a França republicana. Aqueles que defendiam esta concepção eram pura e simplesmente

considerados como loucos perigosos. E no entanto todas as profecias de Marx se realizaram ponto por ponto. «Aí se reconhece bem — diz Auer nas *Fêtes de Sedan* — a política social-democrata que tudo vê claramente, com a diferença de que esta política sem preocupações não vê mais longe do que a ponta do seu nariz».

Todavia, este encadeamento duma guerra à outra não significa a concretização de um projecto de vingança a tirar sobre a dívida para com Bismarck que, desde 1870, teria lançado, com uma fatalidade inelutável, a França para uma prova de forças com o Reich alemão; assim, a actual guerra mundial nada tinha dessa «vingança» tão proclamada pela Alsácia-Lorena. Foram os promotores de guerra alemães que forjaram a cômoda legenda nacionalista de uma França sinistra e sedenta de vingança que «não podia esquecer» a sua derrota, tal como os órgãos da imprensa devotados a Bismarck narravam a história da Áustria, essa princesa deformada que «não podia esquecer» a posição que outrora ocupara até que chegasse a encantadora Cendrillon prussiana. Na realidade, a vingança da Alsácia-Lorena não era mais do que um brinquedo grotesco agitado por alguns farsantes patrioteiros e pelo *Lion de Belfort*, esse velho animal brasonado.

Na política francesa, a anexação estava há muito ultrapassada; tinha sido substituída por novas preocupações, e nem o governo, nem nenhum partido sério em França pensava mais numa guerra territorial com a Alemanha. Se a herança de Bismarck foi o primeiro passo para a conflagração actual, foi também ela que lançou a Alemanha e a França e com estas toda a Europa sobre o declive escorregadio da corrida aos armamentos, e que contribuiu decisiva-

mente pra a aliança da França com a Rússia e da Alemanha com a Áustria. Assim se obtinha um reforço extraordinário do tzarismo russo enquanto elemento determinante da política européia. E é precisamente a partir desta época que a Prússia-Alemanha e a República Francesa se põem sistematicamente a rivalizar em ademanos, para obterem os favores da Rússia. Conseguia-se assim a associação política do Reich alemão com a Austria-Hungria, que, como demonstram as palavras que figuram no Livro Branco, atinge o seu coroamento na «fraternidade de armas» da guerra actual.

Assim, a guerra de 1870 teve como conseqüências: na política externa, levar ao reagrupamento político da Europa em torno do eixo formado pela oposição franco-alemã; e na vida dos povos europeus, assegurar o domínio formal do militarismo. Este domínio e este reagrupamento vieram, contudo, a dar todo um outro conteúdo à evolução histórica.

A segunda linha de força que termina na guerra actual e que confirma tão brilhantemente a profecia de Marx resulta de um fenómeno com carácter internacional, que Marx já não chegou a conhecer: o desenvolvimento imperialista destes últimos 25 anos.

O desenvolvimento do capitalismo afirmou-se na Europa depois do período da guerra dos anos 60 e 70, especialmente depois de vencida a longa depressão que sucedeu à febre da especulação e ao *crach* de 1873. Esse desenvolvimento, que na alta conjuntura dos anos 90 tinha atingido uma grandeza sem precedentes, inaugurava um novo período de efervescência para os Estados europeus: a sua expansão à porfia, rumo ao mundo não-capitalista. Já desde os anos 80 que se assistia a uma nova corrida

particularmente violenta em direcção às conquistas coloniais. A Inglaterra apodera-se do Egipto e cria para si um poderoso império colonial na África do Sul; no Norte de África, a França ocupa Tunis e na Ásia Oriental ocupa Tonkin; a Itália instala-se na Abissínia, a Rússia completa as suas conquistas na Ásia Central e penetra na Manchúria; a Alemanha obtém as primeiras colónias na África e no Pacífico e finalmente os Estados Unidos entram também na dança adquirindo juntamente com as Filipinas «interesses» na África e na Ásia, onde a partir da guerra sino-japonesa de 1895 se desenrola uma cadeia quase ininterrupta de guerras sangrentas, que culminam na grande campanha da China, e se completam com a guerra russo-japonesa de 1904.

Estes acontecimentos, que se sucederam sem interrupção, criaram novos antagonismos para além da Europa: entre a Itália e a França no Norte de África, entre a França e a Inglaterra no Egipto, entre a Inglaterra e a Rússia na Ásia Central, entre a Rússia e o Japão na Ásia Oriental, entre o Japão e a Inglaterra na China, entre os Estados Unidos e o Japão no Oceano Pacífico — uni mar agitado, um fluxo e refluxo de oposições violentas e de alianças passageiras, tensões e acalmias, no meio do qual uma guerra parcial ameaçava de tempos a tempos rebentar entre as potências europeias, mas, de cada vez, era de novo adiada. Desde então era claro para todo o mundo:

1) Que esta guerra de todos os Estados capitalistas uns contra os outros, à custa dos povos da Ásia e da África, guerra que continuava abafada, mas que se alimentava surdamente, devia levar mais cedo ou mais tarde a um saldo de contas geral, que o vento espa-

lhado em África e na Ásia devia um dia abater-se, como recompensa, sobre a Europa na forma de uma terrível tempestade, tanto mais que aquilo que se passava na Ásia e na África tinha como contrapartida uma intensificação da corrida aos armamentos da Europa.

2) que a guerra mundial enfim rebentaria logo que as parciais e variáveis oposições entre os Estados imperialistas encontrassem um eixo central, uma oposição forte e preponderante à volta da qual eles se pudessem concentrar temporariamente. Esta situação produziu-se quando o imperialismo alemão fez a sua aparição.

O advento do imperialismo, tendo-se produzido na Alemanha num período muito curto, serviu de balão de ensaio. A actividade sem paralelo da grande indústria e do comércio, desde a fundação do Reich, deu agora, nos anos 80, origem a duas formas particularmente características da acumulação do capital: o mais forte desenvolvimento de cartéis na Europa, assim com a mais poderosa concentração bancária no mundo inteiro. Foi o desenvolvimento dos cartéis que organizou a indústria pesada, ou seja, precisamente o sector do capital que está directamente interessado pelos fornecimentos de Estado, os armamentos militares e as empresas imperialistas (construção de caminhos de ferro, explorações de minas, etc.) e fez disto o factor mais influente no interior do Estado. Foi a concentração bancária que comprimiu o capital financeiro numa força bem distinta, dotada de uma energia cada vez maior e mais actuante; uma força que reinava soberanamente na indústria, no comércio e no crédito, que era tão preponderante na economia privada como na economia pública, e dispunha de um poder de expansão ágil e ilimitado, sempre à

procura de lucros e de zonas em que pudesse exercer o seu domínio; uma força impessoal de grande envergadura, audaciosa e sem escrúpulos, repentinamente internacional, e que, mesmo na sua estrutura, estava talhada à medida do mundo, futuro teatro das suas explorações.

Que se lhe junte o mais forte e versátil dos regimes pessoais em matéria de iniciativa política, ligado ao mais fraco dos parlamentarismos, incapaz de qualquer oposição; que se lhe acrescente, além disso, todas as camadas da burguesia reunidas na mais violenta oposição à classe operária e encobertas pelo governo, e desde logo se pode prever que este jovem e pujante imperialismo, gerado sem obstáculo de espécie alguma, que fez a sua aparição na cena mundial com apetites monstruosos, numa altura em que a partilha do mundo já estava por assim dizer estabelecida, iria tornar-se muito rapidamente no factor imprevisível da agitação mundial.

Estes sintomas já tinham surgido na mudança radical da política militar do Império a que se assistiu no fim dos anos 90, com a publicação dos dois projectos de lei sobre a força naval, apresentados um a seguir ao outro, em 1898 e 1899. Facto sem precedentes, iam duplicar bruscamente os efectivos da frota de guerra e estabelecia-se um enorme plano de construção naval, calculado para mais de duas dezenas de anos. Já não se tratava apenas de uma vasta reorganização da política financeira e da política comercial do Reich (a tarifa aduaneira de 1902 não era mais do que a sombra que seguia na esteira das duas leis sobre a força naval), a qual era o prolongamento lógico da política social e das relações entre as classes

e entre os partidos no interior da sociedade; as leis sobre a força naval revelavam, antes de mais, uma clara mudança na política exterior do Reich, em relação à orientação que prevalecia desde a sua fundação. Ainda que a política de Bismarck repousasse sobre o princípio de que o Império era uma potência terrestre e assim devia ficar, não passando a frota alemã de um acessório supérfluo da defesa costeira — o próprio Secretário de Estado, Hollmann, declarava em Março de 1897, na Comissão de Orçamento do Reichstag: «Para a defesa costeira não temos necessidade de uma marinha: as costas defendem-se muito bem sozinhas», — estabeleceu-se um programa diferente: a Alemanha devia tornar-se a primeira potência terrestre e marítima. Assim, passava-se da política continental de Bismarck à política mundial. Os armamentos já não se destinavam à defesa, mas ao ataque. A linguagem dos factos era tão clara que já ressoava no Reichstag. A 11 de Março de 1890, depois do famoso discurso do Kaiser pela passagem do vigésimo quinto aniversário do império alemão, em que se desenvolvia o novo programa à maneira de ante-estreia do projecto de lei, o leader do Zentrum, Lieber, falava já dos «planos navais ilimitados» contra os quais era preciso protestar energicamente. Um outro leader do Zentrum, Schädler, exclamava no Reichstag, a 23 de Março de 1898, por ocasião do primeiro projecto de lei sobre a frota de guerra: «O povo considera que não podemos ser ao mesmo tempo a primeira potência em terra e no mar. Se neste momento me gritassem que não querem nada disto, eu responderia: sim, meus senhores, vós defendeis um princípio que, para falar verdade, me parece o mais fecundo». E quando apareceu o segundo



projecto de lei, o mesmo Schädler declarava no Reichstag a 8 de Fevereiro de 1900, depois de ter feito alusão a todas as declarações anteriores que diziam que não era preciso pensar em novas leis sobre a força naval: «...e hoje esta lei derogatória, *que inaugura nem mais nem menos do que a criação de uma frota mundial e o estabelecimento de uma, política mundial*, ao duplicar o volume da nossa frota, através de um programa que se deve prolongar por cerca de duas dezenas de anos». Além disso, o próprio governo expôs abertamente o programa político que correspondia à nova orientação: a 11 de Novembro de 1899, von Bülow, então secretário de Estado para os negócios estrangeiros, declarava por ocasião da apresentação do segundo projecto de lei sobre a força naval: «Se os Ingleses falam de uma *Greater Britain*, se os Franceses falam de uma *Nouvelle France*, se os Russos se voltam para a Ásia, pela nossa parte pretendemos criar uma *Grösseres Deusts-chland*... Se não construíssemos uma frota capaz de defender o nosso comércio e os nossos compatriotas no estrangeiro, as nossas missões e a segurança das nossas costas, poríamos em perigo os interesses mais vitais do país. Nos séculos futuros, o povo alemão será *o martelo ou a bigorna*». Se se retirarem as flores de retórica da defesa das costas, das missões e do comércio, resta este programa lapidar: para uma *Alemanha maior*, para uma política de martelo em relação aos outros povos. Contra quem é que, em primeiro lugar, estas provocações eram dirigidas? Sobre isto havia a menor dúvida: a nova política agressiva da Alemanha devia fazer dela a concorrente da primeira potência naval do mundo: a Inglaterra. E foi isto que se entendeu neste país. A reforma naval

e as proclamações que a acompanhavam suscitaram em Inglaterra a mais viva inquietação, uma inquietação que desde então nunca mais se acalmou. Em Março de 1910, Lord Robert Cecil voltava a perguntar, na Câmara dos deputados, durante um debate sobre a frota naval, que outra razão plausível poderia elucidar todos aqueles que se interrogavam sobre as intenções da Alemanha ao construir uma frota gigantesca, senão a do propósito de rivalizar com a Inglaterra. A rivalidade no mar, que se mantinha há 15 anos nas duas costas, e finalmente a construção apressada de couraçados e super-couraçados, já não era senão a guerra entre a Alemanha e a Inglaterra. O projecto de lei marítima de 11 de Dezembro de 1899 era uma declaração de guerra da Alemanha, cuja recepção a Inglaterra veio a acusar em 4 de Agosto de 1914.

(Bem entendido, esta rivalidade sobre o mar nada tinha que ver com qualquer rivalidade econômica para a conquista do mercado mundial, que estrangulava pretensamente o desenvolvimento econômico da Alemanha e sobre o qual se contam, ainda hoje, tantas ninharias, não passa de uma dessas lendas patrióticas tal como a da vingança de uma França furibunda. Para infelicidade dos capitalistas, desde os anos 90 que esse monopólio já tinha passado à história. O desenvolvimento industrial da França, da Bélgica, da Itália, da Rússia, da Índia, do Japão, mas sobretudo da Alemanha e dos Estados Unidos, iniciara o processo de liquidação desse monopólio desde a primeira metade do século XIX até aos anos 60. No curso dos últimos decênios do século, todos os países, uns após outros, davam a sua entrada no mercado mundial ao lado da Inglaterra e o capitalismo desen-

volvia-se regularmente e a passo pesado, em direcção a uma economia capitalista mundial. Quanto à supremacia marítima da Inglaterra que, ainda hoje, provoca tanta inquietação mesmo em certos sociais-democratas alemães e cuja destruição parece a estes bravos uma necessidade urgente para a prosperidade do socialismo internacional, esta supremacia marítima — consequência da expansão do Império britânico sobre os cinco continentes — impressionou tão pouco o capitalismo alemão, que, sob o seu jugo, ele cresceu, com uma rapidez inquietante, para se tornar um robusto rapaz pletórico de saúde. Foi precisamente a Inglaterra e as suas colónias que serviram de trampolim ao progresso do grande capitalismo alemão, tal como, inversamente, a Alemanha tinha sido o principal cliente do Império britânico. Bem longe de se contrariarem mutuamente, o respectivo desenvolvimento do grande capital inglês e do grande capital alemão eram feitos para se entenderem e estavam ligados um ao outro por uma vasta divisão do trabalho, o que foi facilitado em grande medida pelo livre-câmbio inglês. O comércio alemão de mercadorias e os seus interesses no mercado mundial eram então completamente estranhos à mudança de orientação na política alemã e à construção da frota.

Quanto às possessões coloniais da Alemanha, não eram em princípio susceptíveis de levar a qualquer perigosa confrontação à escala mundial nem sequer a uma concorrência marítima com a Inglaterra. A defesa das colónias alemãs não exigia que a Alemanha detivesse a supremacia marítima, porque, pela sua natureza, quase ninguém as invejava, à Alemanha e muito menos à Inglaterra. E se agora, durante a guerra, a

Inglaterra e o Japão se amparam mutuamente, só se deve ver nisso uma medida vulgar, conseqüente de um estado de guerra, tal como o apetite do imperialismo alemão se precipita agora sobre a Bélgica, sem que alguém jamais se tenha proposto anexar a Bélgica antes da guerra: pois seria tomado por um louco. Nunca se chegaria a uma guerra, na terra ou no mar, por causa de uma África do Sul ou do Sudoeste, pela Terra de Guilherme ou pela bacia do Tsing-Tau; precisamente antes da guerra, havia mesmo um acordo preparado entre a Inglaterra e a Alemanha com vista a assegurar uma divisão equitativa das colónias portuguesas entre estas duas potências.

O desenvolvimento do poder marítimo e a ostentação do estandarte da política mundial pelo lado alemão deixavam então pressentir novas e consideráveis incursões do imperialismo no mundo. Com esta frota ofensiva de primeira qualidade e o reforço do poderio militar, que se desenvolvia em paralelo com uma cadência acelerada, era um instrumento da futura política que se criava, política cuja direcção e fins deixavam campo aberto a múltiplas possibilidades. A construção naval e o armamento militar constituíam por si o negócio mais colossal da grande indústria alemã e, ao mesmo tempo, abriam perspectivas ilimitadas ao capital dos cartéis e dos bancos que fervilhavam por espalhar as suas operações pelo mundo inteiro. Assim se consumava a reunião de todos os partidos burgueses sob o estandarte do imperialismo. O exemplo dos nacionais-liberais, grupo de choque da indústria pesada imperialista, foi seguido por Zentrum, o qual, aceitando em 1900 o projecto de lei, sobre a força naval que ele tão vivamente tinha denunciado porque inaugurava

uma política mundial, tornava-se definitivamente um partido governamental; o partido liberal seguiu-lhe as passadas por ocasião da tarifa aduaneira da fome, que se seguiu à lei sobre a frota de guerra; o partido dos junkers fechava a fila, ele que de adversário feroz que era da «terrível frota» e da construção do canal, se tinha tornado em zelador e parasita do militarismo marítimo, da pilhagem colonial e da política aduaneira que lhes estava ligada. As eleições parlamentares de 1907, chamadas «eleições de Hottentots», puseram a nu toda a Alemanha burguesa, num paroxismo de entusiasmo imperialista, solidamente reunida sob um só estandarte, a Alemanha de von Bülow, que se sentia chamada a jogar o papel de martelo do mundo. E estas eleições, com a sua atmosfera de destruição total — um prelúdio à Alemanha do 4 de Agosto — eram igualmente uma provocação que visava não só a classe operária alemã, mas todos os outros estados capitalistas: um punho erguido não para um Estado em particular, mas para todos ao mesmo tempo.

#### IV

A Turquia tornou-se o mais importante campo de operações do imperialismo alemão; entre os promotores neste país estava o *Deutsche Bank* com os seus empreendimentos gigantescos na Ásia que se encontravam no centro da política alemã para o Oriente. Durante os anos 50 e 60 era sobretudo o capitalismo inglês que mantinha relações económicas com a Turquia asiática; concluiu o caminho de ferro de Esmirna e tinha também arrendado o primeiro troço da linha da Anatólia até Ismid. Em 1888 o capital alemão faz a sua aparição: Abdul Hamid confia-lhe a exploração do troço construído pelos ingleses e a construção do novo troço entre Ismid e Ançora, com ramais para Scutari, Brussa-Konia e Kaisarile. O *Deutsche Bank* obtém em 1899 a concessão e a exploração de um porto com instalações em Haidar Pascha e o controle exclusivo do comércio e alfândegas no porto. Em 1901, o governo confia-lhe a concessão para o grande caminho de ferro de Bagdad ao Golfo Pérsico e, em 1907, a concessão para a drenagem do mar de Karaviran e a irrigação de Koma-Ebene.

Esta «obra civilizadora» grandiosa e pacífica tinha um reverso: a grandiosa e «pacífica» ruína do campesinato da Ásia Menor. As des-

pesas necessárias para estes empreendimentos colossais são evidentemente adiantadas pelo *Deutsche Bank* segundo um sistema de dívida pública de múltiplas ramificações; o Estado Turco torna-se para todo o sempre o devedor dos Senhores Siemens, Gwinner, Helfferich, etc., como já anteriormente o fora para o capital inglês, francês e austríaco. Este devedor não só passaria a drenar constantemente somas enormes para fora dos cofres do Estado, para pagar os juros dos empréstimos, como também devia produzir uma garantia para os benefícios brutos do caminho de ferro construído deste modo. Os meios de transporte e os mais modernos métodos de deslocação enxertam-se aqui sobre uma situação econômica profundamente abrasada e essencialmente baseada na economia natural, ou seja, na mais primitiva economia rural. O tráfico e os lucros necessários para o caminho de ferro não podem evidentemente provir do solo árido desta economia que, reduzida sem escrúpulos até à miséria, pelo despotismo oriental desde há séculos, produz apenas algumas migalhas para a alimentação dos próprios camponeses e para pagar os impostos ao Estado. No que respeita à natureza econômica e cultural do país, o comércio das mercadorias e os transportes públicos estão muito pouco desenvolvidos e só muito lentamente podem aumentar. A fim de compensar o que falta para satisfazer o pretendido lucro capitalista, o Estado atribui, anualmente, uma «garantia quilométrica» às sociedades de caminho de ferro. Foi segundo este sistema que as linhas da Turquia européia foram construídas pelo capitalismo austríaco e francês e agora pelas empresas do *Deutsche Bank* na Turquia asiática. Para garantir o pagamento desse suplemento, o governo

turco cedeu aos representantes do capitalismo europeu o «conselho de administração da dívida pública», a principal fonte de rendimentos do Estado turco: os dízimos de toda uma série de províncias. De 1893 a 1910, o governo turco fez assim entrega, para a linha de Angora e para o troço de Eskischechir-Konia, por exemplo, de um «suplemento» de cerca de 90 milhões de francos. Os «dízimos» dados como garantia pelo Estado turco aos seus credores europeus são os primitivos impostos camponeses, em produtos: trigo, carneiros, seda, etc. Os dízimos não são cobrados directamente, mas pelos intermediários dos rendeiros, semelhantes aos famosos cobradores de impostos da França do Antigo Regime: o Estado vende em hasta pública a cobrança do imposto em cada *vilayet* (província) àquele que mais oferece e paga a pronto. Se o dízimo de um Vilayet é adquirido por especuladores ou por um consórcio, estes revendem o dízimo de cada *sandjak* (distrito) a outros especuladores, que por sua vez cedem a sua parte a toda uma série de pequenos agentes. Como cada um quer cobrir as suas despesas e meter ao bolso o máximo benefício possível, o dízimo aumenta como uma avalanche, à medida que se aproxima do camponês. Se o rendeiro se enganou nas suas contas, procura compensá-las à custa do camponês. Este espera impaciente, quase sempre endividado, o momento de poder vender a sua colheita; mas depois de ceifar o trigo tem muitas vezes de aguardar semanas para o malhar, antes que o rendeiro não se digne tomar a parte que lhe pertence. O rendeiro que geralmente é também negociante de trigo, lucra com esta situação em que o camponês teme que toda colheita se estrague na terra, para lhe extorquir ao preço

mais baixo e sabe assegurar-se da ajuda de funcionários e especialmente do *Muktar* (governador local) para fazer face às queixas eventuais dos descontentes. E se não se consegue encontrar um rendeiro, os dízimos são recebidos pelo governo directamente em produtos agrícolas, armazenados e entregues aos capitalistas para a amortização da dívida. Eis como funciona o mecanismo interno da «regeneração económica da Turquia» levada a cabo pela obra civilizadora do capital europeu!

Estas operações permitem esperar dois resultados diferentes: por um lado, a economia campesina da Ásia Menor torna-se objecto de um processo bem organizado de sucção em benefício do capital bancário e industrial europeu e, neste caso, sobretudo do capital alemão. Assim, aumentam as «esferas de interesse» da Alemanha na Turquia, o que fornece o ponto de partida para uma «protecção» política desta última. Ao mesmo tempo, o aparelho de sucção necessário à exploração económica do campesinato, a saber, o governo turco, torna-se o instrumento obediente, o vassalo da política exterior alemã. Desde há muito tempo, as finanças, a política fiscal, e as despesas do Estado turco estavam sob o controlo europeu. A influência alemã apoderou-se especialmente da *organização militar*.

Tudo isto torna evidente que o imperialismo alemão tem interesse em que o poder do Estado turco seja reforçado, para que a sua derrocada não ocorra cedo demais. Uma liquidação acelerada da Turquia conduziria à sua partilha entre a Inglaterra, Rússia, Itália e Grécia, e conseqüentemente ao desaparecimento desta base privilegiada para as grandes operações do capital alemão. Ao mesmo tempo, contribuiria para um acréscimo de poder da Rússia e Inglaterra,

e dos Estados mediterrânicos. Para o imperialismo alemão tratava-se então de conservar o mais tempo possível a independência desse cómodo aparelho de Estado turco e a «integridade» da Turquia, para que o país fosse devorado do interior pelo capital alemão e caísse como um fruto maduro nas mãos da Alemanha, tal como tinha acontecido anteriormente com os Ingleses no Egipto e, ainda há bem pouco tempo, com os Franceses em Marrocos. O célebre porta-voz do imperialismo alemão, Paul Rohrbach declara, por exemplo, com a maior sinceridade: É que a Turquia envolvida de todos os lados por vizinhos cheios de cobiça, procure um apoio junto de uma potência que não tenha, tanto quanto possível, nenhum interesse territorial no Oriente. Esta potência é a Alemanha. Por outro lado, sofreríamos um grande desgosto se a Turquia desaparecesse. Se a Rússia e a Inglaterra são os principais herdeiros dos Turcos, é evidente que estes dois Estados receberiam com isso um acréscimo de poder muito considerável. Mas se numa eventual partilha da Turquia nos viesse a caber uma parte considerável do seu território, isso representaria para nós dificuldades sem fim, porque a Rússia, a Inglaterra e de certo modo também a França e a Itália, além de serem os vizinhos das actuais possessões da Turquia encontram-se em situação de ocuparem a sua parte e de a defenderem tanto no mar como na terra. Quanto a nós, pelo contrário, estamos fora de qualquer comunicação com o Oriente... Uma Ásia Menor ou uma Mesopotâmia alemãs, eis um projecto que só poderá tornar-se realidade com uma condição: que a Rússia e, ao mesmo tempo, a França, sejam obrigadas a renunciar às suas actuais idéias e

objectivos, isto é, que a evolução desta guerra seja decidida no sentido dos interesses alemães». (*A guerra e a política alemã*, p. 36).

A Alemanha, que jurou solenemente, a 8 de Novembro de 1898, à sombra, do grande Saladino, garantir e proteger o mundo muçulmano e a bandeira verde do Profeta, empenhou-se a fundo durante dez anos a consolidar o regime do sanguinário sultão Abdul Hamid e, depois de um curto interlúdio de insucessos prosseguiu a sua obra sob o regime dos jovens Turcos. Além dos negócios lucrativos do *Deutsche Bank* a missão alemã ocupou-se principalmente da organização e preparação do militarismo turco. A modernização do exército criava naturalmente novas despesas que recaíam sobre as costas dos camponeses turcos, mas prometia igualmente novos negócios brilhantes para a *Krupp* e para o *Deutsche Bank*. Ao mesmo tempo, o militarismo turco colocava-se na dependência do militarismo prusso-alemão e tornava-se o ponto de apoio da política alemã na Ásia Menor.

Que a «regeneração» da Turquia, empreendida pela Alemanha, não era senão uma tentativa de reanimação artificial de um cadáver, torna-se patente ao longo das peripécias da revolução turca. A princípio, enquanto os Jovens Turcos se alimentavam sobretudo de ideologia, levando-os a conceber projectos grandiosos e embalando-os na ilusão de poderem dar uma nova juventude à Turquia através de uma verdadeira transformação interna, as suas simpatias políticas voltavam-se resolutamente para a Inglaterra, na qual viam o ideal do Estado liberal moderno, enquanto a Alemanha, desde há anos protectora oficial do regime sagrado do velho sultão, surgia como inimiga aos olhos

dos Jovens Turcos. A revolução de 1908 parecia marcar a falência da política oriental da Alemanha, e foi essa a interpretação geral. Parecia que a queda de Abdul Hamid era também a queda da influência alemã. Contudo, uma vez chegados ao poder, os Jovens Turcos demonstraram progressivamente a sua total incapacidade de realizarem uma reforma económica, social e nacional de grande envergadura; o seu carácter contra-revolucionário tornava-se cada vez mais evidente, e não tardaram a voltar, muito naturalmente, aos ancestrais métodos de dominação que eram os de Abdul Hamid: organizar periodicamente banhos de sangue ao atirar os povos vassallos uns contra os outros e explorar o campesinato sem contemplos, à moda oriental; era nestes dois métodos que o Estado assentava. Ao mesmo tempo que a «Jovem Turquia» regressava à preocupação dominante de conservar artificialmente este regime de violência, era assim compelida, no caso da política externa, a retornar às tradições de Abdul Hamid, isto é, a retornar à aliança com a Alemanha.

Tendo em conta a multiplicidade de questões nacionais que esquetejavam o Estado turco — a questão armênia, a questão curda, a síria, a árabe e grega (e ainda recentemente a questão albanesa e macedónica), o nascimento de um capitalismo poderoso nos jovens Estados balcânicos, e sobretudo a desagregação económica que o capitalismo e a diplomacia internacionais tinham provocado na Turquia desde há anos — todo o mundo, e em primeiro lugar a social-democracia alemã, via bem que uma regeneração real do Estado turco era uma operação votada ao fracasso. Já por ocasião do grande levantamento de Creta em 1896, se desencadeara

um aceso debate na imprensa do partido alemão a propósito da questão do Oriente, que conduziu à revisão do ponto de vista outrora defendido por Marx aquando da guerra da Crimeia, e à rejeição definitiva da idéia da «integridade da Turquia», enquanto herança da reacção europeia. E era realmente uma idéia tipicamente prussiana a de pensar que bastava um caminho de ferro estratégico susceptível de levar a uma rápida mobilização e de alguns enérgicos instrutores militares para tornar viável uma tenda tão carunchosa como o estado turco<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A 3 de Dezembro de 1912, depois da primeira guerra balcânica, o orador do grupo social-democrata exprimia-se nestes termos no Reichstag: «Ontem, fez-se notar a esta mesma tribuna que a política oriental da Alemanha não era responsável pela derrocada da Turquia, que isso tinha sido uma boa política. O senhor Chanceler do império acreditava que tínhamos prestado muitos bons serviços à Turquia e o senhor Bassermann afirmava que tínhamos levado a Turquia a fazer reformas judiciais. Sobre este último ponto, não estou ao corrente de nada (*hilaridade entre os sociais-democratas*); e por detrás dos bons serviços eu desejava fazer uma pergunta: porque se desmoronou a Turquia? O que nela se desmoronou foi um regime de junkers semelhantes ao que temos a Leste do Elba. (*«Muito justo!» — dos lugares dos sociais-democratas. Risos à direita*). A derrocada da Turquia é um fenómeno paralelo à derrocada dos junkers da Manchúria, na China. Para os regimes de junkers, as coisas parecem ir cada vez pior por todo o lado. (*Aclamações dos sociais-democratas: «Tanto melhor!»*) Eles já não respondem às exigências do mundo moderno.

Dizia eu que a situação na Turquia se parece até certo ponto com a que conhecemos a Leste do Elba. Os turcos são uma casta dirigente de conquistadores, são uma pequena minoria. Ao lado dos Turcos, encontramos ainda os não-turcos que adoptaram a religião muçulmana; mas os verdadeiros Turcos de origem são só uma pequena minoria. Uma casta guerreira,

Já no Verão de 1912, o regime dos Jovens Turcos devia dar lugar à contra-revolução. O primeiro acto da «regeneração turca» nesta guerra foi, facto significativo, o golpe de Estado, a abolição da constituição, ou seja, também neste caso, o regresso formal ao regime de Abdul Hamid.

que, como na Prússia, se apoderou de todos os lugares-chave, na administração, na diplomacia e no, exército; uma casta que, comparada com os camponeses búlgaros e sérvios, seguiu a mesma política senhorial que os nossos Spahis a Leste do Elba. (*Hilaridade*). Enquanto a Turquia tinha uma economia natural, ainda se tolerava; porque então, um tal regime senhorial ainda é em certa medida suportável, visto que o senhor não explora demasiado os seus camponeses; se ele tem com que se alimentar bem e com que viver bem, está satisfeito. Mas no momento em que a Turquia, entrando em contacto com a Europa, se transformou numa economia monetária moderna a opressão dos junkers turcos tornou-se cada vez mais insuportável. A classe camponesa foi espremida como um limão e uma grande parte dos camponeses reduzida à mendicidade; muitos fizeram-se salteadores. Eis o que são os Komitaschis! (*Risos à direita*.) Os junkers turcos não fizeram somente a guerra contra o inimigo exterior, pois que, com esta guerra, se realizou também uma revolução camponesa na Turquia. Eis o que acabou com os Turcos e provocou a derrocada do seu regime de junkers!

E, agora, diz-se que o governo alemão prestou bons serviços nesse país! Mas os melhores serviços que poderia ter prestado à Turquia e também ao regime dos junkers, esses não os prestou ele! Deveria tê-los aconselhado a cumprir as reformas que tinham que fazer em virtude do protocolo de Berlim: libertar verdadeiramente os seus camponeses, como a Bulgária e a Sérvia tinham feito. Mas como é que uma diplomacia alemã de junkers teria sido capaz disso?

...As instruções que o senhor von Marschall recebia de Berlim não podiam em caso algum levá-lo a prestar realmente bons serviços aos- Jovens Turcos.

O militarismo turco que tinha sido organizado pela Alemanha, falhou lamentavelmente durante a primeira guerra dos balcãs. E quanto à actual guerra, que arrastou a Turquia para o seu sinistro turbilhão, na situação de «protegida» da Alemanha, deverá, qualquer que seja o seu resultado e com uma fatalidade inelutável, prosseguir ou mesmo cumprir definitivamente a liquidação do Império Turco.

A posição do imperialismo alemão no Oriente, isto é, em primeiro lugar os interesses do *Deutsche Bank*, tinha feito entrar o império alemão em conflito com todos os outros Estados primordialmente com a Inglaterra. Esta não somente tinha permitido que as empresas inglesas dessem lugar às suas rivais alemãs, na Anatólia e na Mesopotâmia, perdendo assim copiosos benefícios, — conformando-se por fim

O que elas lhes trouxeram — não quero falar de assuntos militares — foi um certo estado de espírito que se apressaram a inculcar no corpo de oficiais turcos: o espírito do «elegante oficial de guarda» (hilaridade *entre os social-democratas*), um espírito que se verificou extraordinariamente funesto para o exército turco em combate. Igualmente se conta que se encontraram oficiais mortos que usavam calçado de verniz. A pretensão de dominar em tudo a massa do povo e a massa dos soldados, esta arrogância do oficial, este modo de comandar de alto, tudo isto fez com que apodrecessem pela raiz as relações de confiança no seio do exército turco e, desde então, pode-se compreender quanto esse estado de espírito contribuiu para provocar a derrocada do exército turco.

Meus senhores, as nossas opiniões divergem sobre a questão de saber quem é responsável pela derrocada da Turquia. A transmissão de um certo espírito prussiano não é responsável por si só, claro que não, mas contribuiu para isso, precipitou-a. A derrocada deve-se fundamentalmente a causas económicas como eu demonstrei».

— como sobretudo se ultimava a construção das linhas estratégicas e o reforço do militarismo turco sob a influência da Alemanha num dos pontos mais sensíveis para a Inglaterra, na carta política mundial: num cruzamento entre a Ásia Central, a Pérsia e a Índia por um lado, e o Egipto por outro.

«A Inglaterra — escrevia Rohrbach no seu livro *O caminho de ferro de Bagdad* — só pode ser atacada e seriamente atingida por terra num único ponto fora da Europa: no Egipto. Perdendo o Egipto, a Inglaterra não só perderia a supremacia do canal do Suez e a comunicação com a Índia e com toda a Ásia, como também ficaria sem as possessões na África Central e Oriental. A conquista do Egipto por uma potência muçulmana, como a Turquia, poderia além disso suscitar perigosas reacções na Índia, nos 60 milhões de muçulmanos súbditos da Inglaterra, assim como no Afeganistão e na Pérsia. Mas a Turquia só pode encetar a conquista do Egipto sob várias condições: dispor da rede completa de caminhos de ferro da Ásia Menor e da Síria; poder impedir um ataque da Inglaterra sobre a Mesopotâmia, depois de ter prolongado a linha da Anatólia; melhorar o seu exército e aumentar os seus efectivos; fazer progredir a sua situação económica geral e as finanças».

E no seu livro surgido no começo da guerra, *A guerra e a política alemã*, diz:

«O caminho de ferro de Bagdad destinava-se sobretudo a pôr os principais pontos estratégicos do Império turco na Ásia Menor em comunicação pelo Eufrates e o Tigre. Naturalmente, era de prever que esta linha de caminho de ferro, ligada às linhas da Síria e da Arábia, em parte apenas projectadas, permitiria levar as



tropas turcas, prontas a intervir, na direcção do Egipto. Ninguém negará que, supondo a existência de uma aliança entre a Alemanha e a Turquia e de várias outras condições que seriam ainda menos simples de realizar do que esta aliança, o caminho de ferro de Bagdad representaria para a Alemanha um seguro de vida político».

Os porta-vozes semi-oficiais do imperialismo alemão expunham pois abertamente os projectos e as intenções deste no Oriente. Definiam as grandes linhas da política alemã: uma tendência agressiva que comprometeria gravemente o equilíbrio que tinha existido até então na política mundial e uma ponta de lança visivelmente dirigida contra a Inglaterra. A política oriental da Alemanha tornava-se assim a tradução do plano dos factos da política marítima inaugurada em 1899.

Ao mesmo tempo, sustentando o princípio da integridade da Turquia, a Alemanha entrava em conflito com os Estados balcânicos, cuja história e desenvolvimento interno se identificavam com a liquidação da Turquia européia. Finalmente, entrou em conflito com a Itália, cujos apetites imperialistas estavam dirigidos em primeiro lugar contra as possessões turcas. Na conferência marroquina de Algesiras de 1905, a Itália encontrava-se já ao lado da Inglaterra e da França. E, seis anos mais tarde, a expedição tripolitana da Itália que seguia as pisadas da Áustria ao anexar a Bósnia, o que deu início à primeira guerra dos Balcãs, era já o desafio da Itália, o desmoronamento da Tripla Aliança e o isolamento da política alemã.

Quanto à segunda direcção dos esforços de expansão da Alemanha, é a Oeste que ela se manifesta, no negócio de Marrocos. Em parte alguma o afastamento em relação à política de Bismarck favorecia deliberadamente as aspirações coloniais da França com o

único fim de a desviar dos pontos quentes da política continental e nomeadamente da Alsácia-Lorena. A nova orientação política da Alemanha, pelo contrário, manifestava-se directamente contra a expansão colonial da França. Mas havia sensíveis diferenças entre a situação em Marrocos e a situação na Turquia asiática. Eram muito escassos os verdadeiros interesses do capitalismo alemão em Marrocos. É certo que, durante a crise de Marrocos, os imperialistas alemães fizeram grande alarido à volta das reivindicações da firma capitalista *Mannesmann* de Remscheid, que tinha emprestado dinheiro ao sultão de Marrocos e recebido em troca concessões mineiras, transformando o caso em negócio de «interesse vital para a pátria». Mas como cada um dos dois grupos capitalistas concorrentes em Marrocos — tanto o grupo *Mannesmann* como a sociedade *Krupp-Schneider* — era uma composição mista de empresários alemães, franceses e espanhóis, não se pode falar seriamente nem com a menor propriedade de uma «esfera de interesses alemães». Tanto mais sintomáticas eram a resolução e a energia com as quais o Império alemão fez saber imediatamente em 1905 a sua pretensão em colaborar na regularização do caso de Marrocos e protestou contra a hegemonia francesa no país. Era o primeiro atrito com a França no plano da política mundial. Ainda em 1895, a Alemanha saltou em cima do Japão vitorioso, ao lado da França e da China, para o impedir de tirar partido da sua vitória sobre a China em Chimo-noseki. Cinco anos mais tarde, entrava também a Alemanha, de braço dado com a França, na

grande falange internacional formada com vista à pilhagem da China. É agora, em Marrocos, assistiu-se a uma mudança radical nas relações franco-alemãs. Por duas vezes no decorrer dos sete anos que durou a crise de Marrocos, esteve iminente uma guerra entre a França e a Alemanha. Já não se tratava desta vez de uma «vingança» por qualquer rivalidade continental entre os dois Estados. Aqui era todo o outro conflito que nascia e provinha daquilo que o imperialismo alemão caçava nas terras do imperialismo francês. Por fim, ao cabo desta crise, a Alemanha decidiu contentar-se com o território congolês, reconhecendo com isto que não possuía interesses a defender em Marrocos. Mas é precisamente por isso que a escaramuça alemã em Marrocos tem um significado político prenhe de conseqüências. É na medida em que os seus objectivos e reivindicações permanecem indeterminados, que a política da Alemanha em Marrocos trai os seus apetites ilimitados: via-mo-la tacteante à procura de uma presa. Esta política era geralmente considerada como uma declaração de guerra imperialista à França. A oposição entre os dois Estados aparecia ali à luz do dia. De um lado, um desenvolvimento industrial lento, uma população estagnada, um Estado de arrendatários que investiu de preferência no estrangeiro e que se encontra atolado num grande império colonial cuja coesão só a muito custo consegue manter; do outro, um capitalismo jovem e potente que se instala na primeira linha, que corre mundo à caça de colônias. Não se tratava para o imperialismo alemão de cobiçar as colônias inglesas. Doravante, a sua fome devoradora não podia mover-se, fora da Turquia asiática. Senão na direcção das possessões francesas. Estas possessões permitiam

igualmente acenar à Itália com a possibilidade de uma indenização à custa da França, no caso de aquela se sentir lesada com os apetites de conquista dos alemães nos Balcãs — e retê-la, assim, no seio da Tripla Aliança associando-se a uma empresa comum. É claro que as pretensões da Alemanha sobre Marrocos deviam inquietar ao máximo o imperialismo francês se se tiver em conta que uma vez instalada em qualquer ponto de Marrocos, bastaria à Alemanha distribuir armas para, de um momento para o outro, deitar fogo aos quatro cantos do Império francês do Norte de África, porque a população desta zona vivia num estado de guerra crônico contra os conquistadores franceses. E se se concluiu um compromisso, se a Alemanha consentiu finalmente em renunciar às suas pretensões, não se faz mais do que afastar o perigo imediato enquanto persistia a inquietação geral da França e o antagonismo político que daí adveio<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A ruidosa excitação mantida há anos nos meios imperialistas alemães à volta da questão de Marrocos não era feita para acalmar as apreensões da França. A associação pan-germânica defendia bem alto o programa da anexação de Marrocos, que considerava naturalmente como uma «questão vital» para a Alemanha e difundiu um folheto da autoria do seu presidente Heinrich Clatz sob o título: *O Oeste de Marrocos alemão!* Quando o professor Schiedmann procurou justificar o acordo concluído pelo Departamento dos Negócios Estrangeiros e a sua renúncia a Marrocos invocando os interesses comerciais no Congo, o *Post* manifesta-se contra ele da seguinte maneira:

«O senhor professor Schiedmann é russo por nascimento e talvez nem seja mesmo de pura linhagem alemã. Por isso, ninguém lhe pode querer mal se ele considera com ar frio e trocista questões que tocam no mais fundo da consciência nacional e no orgulho

A política marroquina da Alemanha não só a conduziu ao conflito com a França, mas, indirectamente, também com a Inglaterra. Como Gibraltar é a segunda encruzilhada mais importante da política mundial da Inglaterra, a chegada repentina do imperialismo alemão a Marrocos, na proximidade imediata de Gibraltar, com as pretensões que ele manifestava e o estilo brutal da sua acção, devia surgir aos olhos dos ingleses como uma manifestação hostil contra eles. Também no plano formal, a primeira nota de protesto da Alemanha manifestava-se directamente contra o acordo concluído em 1904 entre a França e a Inglaterra a propósito de Marrocos e do Egipto, e as exigências alemãs tendiam nitidamente a eliminar a Inglaterra da regularização do negócio de Marrocos. O efeito que esta tomada de posição devia inevitavelmente produzir sobre as relações anglo-alemãs não podia ser segredo para ninguém. O correspondente em Londres do *Frankfurter Zeitung* descreve claramente a situação assim criada na edição de 8 de Novembro de 1911:

que todo o autêntico Alemão possui. O pensamento de um estrangeiro que fala do que é o bater do coração patriótico e a participação dolorosa da alma inquieta do povo alemão como se se tratasse de uma fantasia política passageira ou de uma aventura de conquistadores, deve provocar, com razão, a nossa cólera e o nosso desprezo, tanto mais que este estrangeiro goza da hospitalidade do Estado prussiano enquanto professor da Universidade de Berlim. Que o homem que assim ousa insultar os sentimentos mais sagrados do povo alemão no órgão director do partido conservador seja o mestre e o conselheiro do nosso Kaiser em matéria política e que seja considerado, com razão ou sem ela, como o seu porta-voz, isso enche-nos de uma profunda tristeza».

«Eis o balanço: no total, um milhão de negros no Congo, um amargo dissabor contra a «pérfida Albion». A Alemanha digerirá a sua amargura. Mas que acontecerá às nossas relações com a Inglaterra, se não podem de maneira nenhuma prosseguir sem alterações, mas que, com toda a certeza histórica, devem conduzir, quer a um agravamento, quer mesmo à guerra, ou ainda melhorar rapidamente... A expedição do *Panther* era, como um correspondente berlinense do *Frankfurter Zeitung* o exprimia recentemente de maneira impressionante, uma corohnada que devia mostrar à França que a Alemanha não tinha deixado de existir... Quanto à impressão que esta estocada deveria produzir em Londres, é impossível que em Berlim ainda subsistam dúvidas a esse respeito; pelo menos aqui nenhum correspondente duvidou que a Inglaterra não se colocasse energeticamente ao lado da França. Como é que o *Norddeutsche Allge-meine Zeitung* se pode ainda agarrar a este clichê segundo o qual a Alemanha teria que discutir «unicamente com a França». Há alguns centos de anos, a política europeia desenvolveu-se de tal modo que, cada vez mais, os interesses políticos são emaranhados uns nos outros. Se um país se encontra numa má situação, a natureza das leis políticas nas quais nós vivemos impõe que uns esfreguem as mãos e que outros se desolem. Quando há dois anos os Austríacos tiveram disputas com a Rússia a propósito da Bósnia, a Alemanha entrou na liça «de armas em riste», embora em Viena, como se declarou mais tarde, tivessem preferido regular o negócio sozinhos... Não é concebível que se tenha acreditado em Berlim que os ingleses, que mal acabavam de sair de uma fase inteiramente hostil à Alemanha, tivessem de repente pensado

que os nossos contactos com a França em nada lhes diziam respeito. Tratava-se em última análise de uma *questão de força*, porque uma coronhada, mesmo que pareça amigável, é uma coronhada, e ninguém poderá dizer se pouco tempo depois ela não será seguida de um murro nos queixos. A partir daí, a situação tornou-se menos crítica. No momento em que Loyd George tomou a palavra, existia de maneira aguda — temos informações superiores muito precisas — o perigo de uma guerra entre a Alemanha e a Inglaterra... Será que — tendo em conta esta política seguida há longo tempo por Sir Edward Grey e seus partidários e cujos bons fundamentos não discutimos aqui — se devia esperar uma outra atitude por parte dos ingleses sobre a questão de Marrocos? Parece-nos que se Berlim contou com isso, é toda a sua política que está condenada».

Assim, a política imperialista da Alemanha na Ásia como em Marrocos tinha criado um antagonismo violento entre a Alemanha por um lado, a Inglaterra e a França por outro. Em que pé estavam as relações entre a Alemanha e a Rússia? Em que termos se produziu o choque? Na atmosfera de destruição total que se tinha apoderado da opinião pública alemã, durante os primeiros meses da guerra deitava-se a mão não importa a quem. Acreditava-se que as mulheres belgas vazavam os olhos dos feridos alemães, que os Cossacos comiam velas de estearina e que agarravam as criancinhas pelas pequenas pernas para as despedaçarem. Admitia-se também que os objectivos da Rússia nesta guerra eram anexar o Império alemão, destruir a civilização alemã e implantar o absolutismo da Warthe até ao Reno e de Kiel a Munique.

O órgão social-democrata *Chemnitzer Volksstimme*, escrevia a 2 de Agosto:

Nós não queremos que os cossacos, que ocuparam já todas as localidades fronteiriças, irrompam pelo nosso país e tragam a ruína às nossas cidades. A social-democracia nunca acreditou nas intenções pacíficas do czar russo, nem mesmo no dia em que ele publicou o seu manifesto de paz; não queremos que este czar, que é já o pior inimigo do povo russo, governe este povo de raça alemã».

E o *Konigsberber Volkszeitung* de 3 de Agosto escrevia:

«Mas nenhum de nós, quer esteja ou não sujeito ao serviço militar, pode duvidar disso um só instante: por tanto tempo quanto dura a guerra, o dever de cada um é fazer tudo o que puder para manter longe das nossas fronteiras este odioso regime czarista. Se o czarismo alcança a vitória, milhões de camaradas nossos serão enviados para os horríveis cárceres da Rússia. Sob o ceptro russo, o direito dos povos a disporem de si mesmos é reduzido a nada; nem o menor traço de uma imprensa social-democrata; os sindicatos sociais-democratas e as reuniões sociais-democratas são interditos. É por isso que, nesta hora, nenhum de nós poderia desinteressar-se pela evolução da guerra; pelo contrário, mantendo sempre a nossa oposição à guerra, queremos agir todos em conjunto para preservarmos de nós próprios as atrocidades destes canalhas que governam a Rússia».

Examinemos mais de perto as relações dos alemães com o czarismo russo, que formam um capítulo inteiro da atitude da social-democracia ao longo desta guerra. Sobre o desejo que o czar teria de anexar o Império alemão, poder-se-ia, do mesmo modo, dizer que a Rússia pro-

jectava anexar a Europa ou mesmo a lua. Na guerra actual, a questão da sobrevivência apenas se punha em relação a dois Estados: a Bélgica e a Sérvia. E os canhões alemães foram apontados contra eles porque se gritava por todo o lado que a existência da Alemanha estava em jogo. Com fanáticos de morticínio ritual, qualquer discussão está evidentemente excluída. Contudo, as pessoas que tomam em consideração não os instintos da população e as grandes palavras demagógicas da provocadora imprensa nacionalista, mas antes os pontos de vista políticos, esses devem compreender que o tzarismo podia fixar como objectivo tanto a anexação da luta como a da Alemanha. São verdadeiros crápulas os que dirigem a política russa, mas não loucos, e a política do absolutismo tem de qualquer maneira este aspecto em comum com qualquer outra política que se exerça no mundo das possibilidades reais, num espaço em que as coisas entram rudemente em contacto e não nas nuvens. No que diz respeito ao temor de ver os nossos camaradas alemães presos e deportados para a Sibéria e de ver o absolutismo russo implantar-se no império alemão, os políticos do sanguinário tzar, apesar da sua inferioridade intelectual, compreenderam melhor o materialismo histórico do que os jornalistas do nosso partido: esses políticos sabem muito bem que uma dada forma de governo não se deixa «exportar» à vontade, para qualquer sítio, mas que cada forma de governo corresponde a certas condições económicas e sociais bem precisas: sabem-no, até por amarga experiência, visto que na própria Rússia as condições do seu domínio já quase fizeram o seu tempo; sabem finalmente que o reino da Reacção se serve em cada país da forma que

mais lhe convém, e que qualquer outra forma lhe é intolerável, e ainda que a variante do absolutismo, que corresponde às relações entre as classes e os partidos na Alemanha, é o Estado policial dos Hohenzollern e o sufrágio censitário da Prússia. Examinando friamente as coisas, vê-se que não existia de antemão qualquer razão para acreditar que o tzarismo russo se sentisse verdadeiramente obrigado a atingir estes produtos da civilização alemã, mesmo no caso improvável da sua vitória total.

Na realidade, foi num plano inteiramente diferente que a Rússia e a Alemanha entraram em oposição. Não foi no domínio da política interna que se afrontaram, domínio onde, pelo contrário, graças às suas tendências comuns e à sua profunda afinidade, uma velha e tradicional amizade se estabelecera há um século entre os dois Estados, mas sim no domínio da política externa, sobre o terreno de caça política mundial.

Tal como o dos Estados ocidentais, o imperialismo russo é um tecido de elementos de natureza diferente. O seu fim mais sólido não é constituído, como na Alemanha ou na Inglaterra, pela expansão económica de um capital esfaimado de acumulação, mas pelos interesses políticos do Estado. É verdade que a indústria russa, o que é absolutamente característico da produção capitalista, devido à inaptidão do seu mercado interno, exporta há muito tempo para o Oriente, para a China, Pérsia, Ásia Central e que o governo tzarista procura por todos os meios favorecer esta exportação que lhe dá o fundamento sonhado pela sua «esfera de interesses». Mas aqui, a política de Estado detém a parte activa, não é dirigida por outros facto-

res. Nas tendências conquistadoras do regime tzarista exprime-se por um lado a expansão tradicional de um império poderoso cuja população compreende hoje 170 milhões de seres humanos e que, por razões económicas e estratégicas, procura obter o livre acesso dos mares, do Oceano Pacífico a Leste, do Mediterrâneo a Sul; e por outro lado intervém esta necessidade vital do absolutismo: a necessidade no plano da política mundial de assumir uma atitude que impunha o respeito na competição geral dos grandes Estados, para obter do capitalismo estrangeiro o crédito financeiro sem o qual o tzarismo não é absolutamente viável. A tudo isto junta-se o interesse dinástico que, como em todas as monarquias, devido à oposição cada vez mais viva entre o regime e a grande massa da população, tinha necessidade de manter permanentemente o seu prestígio e de procurar aí uma diversão para as dificuldades internas: receita indispensável da política.

Contudo, os interesses burgueses modernos entram cada vez mais em linha de conta como factor do imperialismo no Império dos tzares. O jovem capitalismo russo, que sob o regime absolutista não pode naturalmente chegar a um desenvolvimento completo e que não pode ultrapassar o estágio do sistema primitivo de roubo, vê contudo abrir-se diante de si um futuro prodigioso nas imensas fontes naturais deste Império gigantesco. Não há a mínima dúvida que desde que esteja desembaraçada do absolutismo, a Rússia tornar-se-á rapidamente — supondo que a situação da luta de classes internacional lhe concede o prazo — o primeiro Estado capitalista moderno. É porque ela pressente este futuro que está, por assim dizer, antecipada-

mente esfaimada de acumulação, que a burguesia russa é devorada por uma violenta febre imperialista, e que manifesta com ardor as suas pretensões na patrulha do mundo. Esta febre histórica encontra ao mesmo tempo o seu apoio nos muito poderosos interesses actuais da burguesia russa. Primeiramente nos interesses concretos da indústria dos armamentos e dos seus fornecedores; também na Rússia, a indústria pesada fortemente organizada em cartéis tem um grande papel. Em segundo lugar, a oposição ao «inimigo interno», ao proletariado revolucionário, reforçou particularmente a estima que a burguesia concede ao militarismo e à acção de diversão que representa o evangelho da política mundial e assim aproximou a burguesia do regime contra-revolucionário. O imperialismo dos meios burgueses da Rússia e, sobretudo, dos meios liberais, cresceu a olhos vistos no ar tempestuoso da Revolução, e neste baptismo de fogo deu uma fisionomia moderna à política estrangeira tradicional do Império dos tzares. Ora o objectivo principal da política tradicional do tzarismo tal como os apetites modernos da burguesia russa, são os Dardanelos, que, segundo a célebre frase de Bismarck, dão a chave das possessões russas sobre o Mar Negro. Foi com vista a este objectivo que a Rússia conduziu desde o século XVIII uma série de guerras sangrentas contra a Turquia, que tentou libertar os Balcãs e que ao serviço desta missão amontoou pilhas enormes de cadáveres em Ismail, Navarin, Sinope, Sisitria, Sebastopol, em Plevna e em Schipka. Tudo isso, dizia-se, para defender os irmãos eslavos e os cristãos contra as atrocidades dos turcos; esta sedutora legenda de guerra teve para os mujiques russos o mesmo papel que a «defesa da civilização e da

liberdade alemãs contra as atrocidades russas» tem agora para a social-democracia alemã. A burguesia russa era mais entusiasta pelas perspectivas sobre o Mediterrâneo que em relação à missão civilizadora na Manchúria e na Mongólia. Foi por isso que a guerra japonesa foi muito criticada pela burguesia liberal que a considerava como uma aventura insensata, porque, segundo ela, a política russa desviava-se da sua tarefa essencial: os Balcãs. Mas por outro modo ainda, a infeliz guerra contra o Japão teve o mesmo efeito. A extensão do poderio russo na Ásia Oriental, na Ásia Central até ao Tibete e na direcção da Pérsia, devia inquietar vivamente a vigilância do imperialismo inglês. Preocupada com o seu enorme império indiano, a Inglaterra devia seguir o avanço russo na Ásia com unia desconfiança crescente. E a oposição anglo-russa na Ásia foi efectiva-mente a oposição política mais forte da conjuntura internacional no princípio deste século, e deveria muito possivelmente tornar-se o nó do futuro desenvolvimento imperialista após a actual guerra. O fracasso da Rússia na derrota de 1904 e a eclosão da Revolução modificaram a situação. O enfraquecimento visível do Império dos tzares trouxe como consequência uma trégua nas suas relações com a Inglaterra, trégua que conduziu mesmo a um acordo sobre o bloqueio comum à Pérsia em 1907 e que permitiu relações de boa vizinhança na Ásia Central. Por isso, a Rússia preocupava-se, sobretudo, em impedir o acesso das grandes empresas à Ásia e concentrou toda a sua energia no seu velho objectivo: a política dos Balcãs. Foi nesta região que a Rússia czarista, depois de um século de amizade sólida e fiel com a civilização alemã, entrou pela primeira vez num conflito

penoso com ela. O caminho dos Dardanelos passa pelo cadáver da Turquia, mas a Alemanha considerava a integridade deste cadáver como a sua principal tarefa política. É verdade que os princípios da política russa nos Balcãs já tinham mudado mais que uma vez: irritada pela «ingratidão» dos eslavos dos Balcãs que tinha libertado, e que procuravam libertar-se dos seus laços de vassalagem em relação ao império do czar, a Rússia tinha, também ela, defendido durante um certo tempo o programa da «integridade» da Turquia e, também por ela, estava subentendido que a partilha era adiada na expectativa de uma época mais favorável. No entanto, a liquidação final da Turquia ocupa agora o seu lugar nos planos da Rússia tal como nos da política inglesa. Esta, com vista a reforçar a sua própria posição nas Índias e no Egipto, esforça-se por reunir num grande Império muçulmano sob o ceptro britânico os territórios que separam estas duas partes do seu Império, a saber, a Arábia e a Mesopotâmia. Assim, o imperialismo russo, tal como antes o imperialismo inglês, caiu no Oriente sobre o imperialismo alemão, o qual considerando-se como usufruidor privilegiado da decomposição da Turquia, montava guarda sobre o Bósforo<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> No mês de Janeiro de 1908, o político liberal russo Pierre Strouvé escrevia, segundo a imprensa alemã:

«Agora, é altura de dizer que não existe senão um meio para criar uma grande Rússia: é o de concentrar todas as nossas forças sobre uma só região que seja acessível à civilização russa e onde ela possa exercer uma influência real. Esta região é *toda a bacia do Mar Negro*, ou seja, o conjunto dos países europeus

Mas a política russa nos Balcãs colidia ainda mais directamente com a Áustria do que com a Alemanha. O imperialismo austríaco é o complemento político do imperialismo alemão, seu irmão siamês e simultaneamente seu destino funesto.

A Alemanha encontrou-se completamente isolada por causa da sua política mundial e o seu único aliado era a Áustria. Sem dúvida, a aliança com a Áustria é antiga, foi ainda Bismarck que a estabeleceu em 1879; mas ela mudou inteiramente de feição desde então. Tal como a oposição à França, esta aliança tomou todo um outro conteúdo no decorrer da evolução dos últimos decênios. Bismarck sonhava somente em defender as possessões adquiridas

e asiáticos costeiros do Mar Negro. Lá, dispomos de uma base real para implantar solidamente a nossa soberania econômica: *homens, carvão e ferro*. E sobre esta base real e somente sobre ela, que, mediante um trabalho civilizador infatigável a levar a cabo pelo Estado, se poderá edificar uma grande Rússia economicamente forte».

No princípio da actual guerra mundial, o mesmo Strouvé escrevia antes da intervenção da Turquia:

«Entre os políticos alemães surge uma política de autonomia turca, cuja ideia principal é o programa da egiptização da Turquia sob a salvaguarda da Alemanha. O Bósforo e os Dardanelos deveriam tornar-se um Suez alemão. Antes da guerra entre a Itália e a Turquia, que desalojou os Turcos das suas posições em África e, antes da guerra dos Balcãs que os caçou perto da Europa, a tarefa seguinte surgia já claramente aos olhos da Alemanha: conservar a Turquia e manter a sua independência no interesse da estabilidade econômica e política da Alemanha. Depois da guerra que acabamos de mencionar, esta tarefa não mudou senão na medida em que a extrema fraqueza da Turquia era posta a nu; nestas condições, uma aliança deveria degenerar em breve num protectorado

até 1870 graças à guerra de 1864. A Tripla Aliança que concluíra tinha um carácter conservador dum ponta à outra: significava que a Áustria devia renunciar definitivamente a entrar na confederação alemã, representava a consagração da situação criada por Bismarck, a vitória da dispersão nacional da Alemanha e da hegemonia militar da Grande Prússia. As tendências da Áustria relativamente aos Balcãs desagradavam a Bismarck tanto quanto as aquisições da Alemanha em África. Nos seus *Pensamentos e Recordações*, diz ele:

«É natural que os habitantes da bacia do Danúbio tenham necessidades e projectos que ultrapassam as fronteiras actuais da monar-

ou numa tutela que finalmente conduziria o Império otomano ao mesmo ponto em que se encontrava o Egipto. Ora, é ponto assente que um Egipto alemão sobre o mar Negro e o mar da Mármara seria *absolutamente intolerável* para a Rússia. Por isso, não é de espantar que o governo russo tenha protestado imediatamente contra as diligências que preparavam uma tal política e principalmente contra a missão do general Liman von Sanders, que estava incumbido não só de reorganizar o exército turco, mas também de comandar um corpo do exército em Constantinopla. A Rússia obteve superiormente as satisfações formais, mas, na realidade, a situação não mudou um milímetro. Nestas condições, em Dezembro de 1913, era iminente uma guerra entre a Rússia e a Alemanha: o exemplo da missão militar de Liman von Sanders tinha revelado que a política da Alemanha tendia para a «egiptização» da Turquia.

Só esta nova direcção da política alemã teria bastado para provocar um conflito armado entre a Alemanha e a Rússia. Entrávamos pois em Dezembro de 1913 numa época de amadurecimento dum conflito que devia inevitavelmente tomar o carácter de um conflito mundial».



quia: a constituição do Império alemão mostra a via pela qual a Áustria pode chegar a reconciliar os seus interesses políticos e materiais que estão compreendidos entre a fronteira oriental que é de raça romena e o golfo de Cáataro . Mas não é tarefa do Império alemão dar forte apoio aos seus súbditos para realizar os desejos que podem alimentar quanto às suas relações com os seus vizinhos».

Como um dia o exprimiu numa frase célebre, a Bósnia não valia para ele o osso de um granadeiro da Pomerânia. A melhor prova de que Bismarck não pensava efectivamente em pôr a Tripla Aliança ao serviço dos esforços de expansão da Áustria é o «Tratado de Ressegurança», concluído em 1884 com a Rússia, e, nos termos do qual, no caso de rebentar uma guerra entre a Rússia e a Áustria, o Império alemão não se poria ao lado da Áustria, mas conservava uma «neutralidade benevolente». Desde que se realizou a viragem da política alemã para o imperialismo, as suas relações com a Áustria modificaram-se. A Áustria-Hungria fica entre a Alemanha e os Balcãs, portanto, no caminho deste centro da política oriental da Alemanha. Ter a Áustria por adversário equivaleria, devido ao seu isolamento geral no qual se colocou a política alemã, a renunciar a todos os seus projectos no plano da política mundial. No caso de um enfraquecimento ou mesmo da ruína da Áustria-Hungria que conduziria imediatamente à liquidação da Turquia e a um enorme reforço do poder da Rússia, dos Estados balcânicos e da Inglaterra, a Alemanha realizaria sem dúvida a sua unificação e reforçaria a sua potência, mas seria necessário tocar o sino da política

imperialista do Império alemão<sup>4</sup>. A salvação e a conservação da monarquia habsburguesa tornava-se pois logicamente a tarefa acessória do imperialismo alemão, tal como a conservação da Turquia era a sua tarefa principal.

A própria existência da Áustria representa, no entanto, um estado permanente de guerra latente nos Balcãs. Logo que o irresistível processo de decomposição da Turquia conduziu à formação e à consolidação dos Estados balcânicos na proximidade imediata da Áustria, principiou uma oposição entre o Estado habsburguês e os seus jovens vizinhos. É evidente que o nascimento, a seu lado, dos Estados nacionais independentes devia acelerar a decomposição desta monarquia deteriorada que, sendo ela própria constituída por um mosaico de peças desligadas dessas mesmas nacionalidades, não se sabe governar senão sob o poder descricionário dos parágrafos ditatoriais. A não viabilidade intrínseca da Áustria manifesta-se precisamente na sua política balcânica e muito especialmente nas suas relações com a Sérvia. A despeito dos seus apetites imperialistas que se lançavam cegamente tão depressa sobre a Salônica como sobre Durazza, a Áustria não estava à altura de anexar a Sérvia em tal circunstância, mesmo que esta não tivesse recebido um aumento de força e de extensão a seguir às

<sup>4</sup> No folheto imperialista *Porquê a guerra alemã?* lemos: «A Rússia já tinha experimentado anteriormente a tentação de nos oferecer a Áustria alemã — estes dez milhões de Alemães que ficaram fora da nossa unificação nacional em 1886 e em 1870-71. Se lhes entregássemos a monarquia dos Habsburgueses, esta traição poderia receber uma recompensa».

duas guerras balcânicas. Ao incorporar a Sérvia, a Áustria teria alimentado perigosamente no seu seio uma das mais turbulentas de entre as nacionalidades eslavas do Sul que ela já não conseguia dominar senão a muito custo, apesar do regime brutal e estúpido da sua Reacção<sup>5</sup>. A Áustria não podia no entanto tolerar mais o desenvolvimento autônomo da Sérvia para daí tirar proveito nas relações econômicas normais. Com efeito a monarquia habsburguesa não é uma organização política do Estado burguês, mas apenas um trust coligando, mediante laços bastante frouxos, alguns conciliábulos de parasitas sociais que querem encher os bolsos explorando ao máximo as fontes do poder enquanto a monarquia ainda se mantém de pé. Para favorecer os agricultores húngaros e para manter artificialmente os produtos agrícolas a um preço elevado, a Áustria impediu a importação de gado e frutos da Sérvia, privando este país agrícola da saída principal dos seus produtos.

<sup>5</sup> O *Kölnische Zeitung* escrevia depois do atentado de Seravejo, quer dizer, na véspera da guerra, quando ainda não se conhecia o segredo do jogo da política oficial alemã:

«Aquele que não está ao corrente da situação perguntar-se-á: como é que, apesar dos favores que prodigalizou à Bósnia, não só a Áustria não é benquista neste país, como é mesmo profundamente detestada pelos Serviços que constituem 42% da população? Só quem conhece o povo e a situação encontrará resposta para, esta questão; um não iniciado, sobretudo se estiver acostumado às idéias e às realidades européias, ouvi-lo-á de boca aberta sem compreender. Eis a resposta preto sobre branco: *a administração da Bósnia foi um caos completo na sua concepção e nos seus princípios fundamentais* e ainda hoje, já passada uma geração (desde a ocupação), continua a imperar sobre esta situação a mais criminosa das ignorâncias.

No interesse dos cartéis industriais austríacos, constrangiu a Sérvia a obter a leste o acesso do mar Negro concluindo uma aliança militar com a Bulgária e a oeste o acesso ao mar Adriático adquirindo um porto na Albânia. A política balcânica da Áustria visava, pois, unicamente estrangular a Sérvia. Mas, ao mesmo tempo, visava impedir qualquer aproximação mútua entre os Estados balcânicos e entravar o seu desenvolvimento interno; constituía para si própria um perigo permanente. Ora pela anexação da Sérvia, manifestando as suas pretensões sobre o Sandjak de Novibazar e sobre Salônica, ora reivindicando a costa albanesa, o imperialismo austríaco ameaçava continuamente a existência e as possibilidades de desenvolvimento dos Estados balcânicos. Em conformidade com as tendências da Áustria e devido à concorrência da Itália, ia-se assim criar depois da segunda guerra balcânica a imagem irrisória de uma «Albânia independente» sob a égide de um príncipe alemão que, desde a primeira hora, não passou do joguete das intrigas das potências imperialistas rivais.

Assim, no decorrer dos últimos decênios, a política imperialista da Áustria tornou-se o freio que impedia o desenvolvimento normal dos Balcãs e conduzia muito naturalmente a este dilema inevitável: ou a monarquia habsburguesa ou o desenvolvimento dos Estados balcânicos! Os Balcãs que se tinham emancipado da soberania turca viam-se perante uma nova tarefa: desembaraçar-se do obstáculo que a Áustria representava. Historicamente, a liquidação da Áustria-Hungria não é senão a continuação do desmembramento da Turquia e é, como ele, imposta pela evolução histórica.

Mas este dilema não deixava outra solução a não ser a guerra, e precisamente a guerra mundial. Com efeito, atrás da Sérvia, encontrava-se a Rússia, que não podia renunciar à sua influência nos Balcãs e ao seu papel de «protector» sem comprometer a totalidade do seu programa imperialista no Oriente. Exactamente ao contrário da política austríaca, a política russa tinha por objectivo reunir os Estados balcânicos, evidentemente sob o protectorado russo. A confederação balcânica, cuja vitória na guerra de 1912 tinha liquidado quase inteiramente a Turquia europeia, era obra da Rússia que via com bons olhos que ela fosse principalmente dirigida contra a Áustria. Sem dúvida que a confederação se deslocou desde a primeira guerra balcânica apesar de todos os esforços da Rússia, mas a Sérvia, que saiu vitoriosa desta guerra, estava destinada a tornar-se ainda aliada da Rússia, do mesmo modo que a Áustria se tornava sua inimiga mortal. A Alemanha, presa ao destino da monarquia habsburguesa, foi obrigada a dar o seu apoio à sua política arquireaccionária e, assim, a entrar duplamente em conflito com a Rússia.

A política balcânica da Áustria conduziu-a igualmente a entrar em conflito com a Itália, que desejava vivamente quer a liquidação da Áustria, quer a da Turquia. O imperialismo italiano encontra para os seus desejos de expansão o pretexto mais próximo e mais cómodo — porque era mais popular — nas possessões italianas da Áustria e na nova partilha dos Balcãs. Mas as suas pretensões visam sobretudo a costa albanesa do Adriático em frente da Itália. A Tripla Aliança que já tinha sofrido um rude golpe na guerra de Tripoli foi completamente

destruída pela crise que conheceram os Balcãs desde as duas grandes guerras balcânicas, e as suas duas potências centrais estavam em conflito com o resto do mundo. O imperialismo alemão, preso aos dois cadáveres em decomposição, encaminhava-se directamente para a guerra mundial.

Este movimento era, de resto, plenamente consciente. Era sobretudo a Áustria que dava o impulso, ela que corria há anos para a catástrofe com uma cegueira fatal. A sua corja dirigente clerical e militar, com o arquiduque Francisco Fernando à cabeça e o seu braço direito, o barão von Chlumezki, estava de há muito à espera de um pretexto para lançar as operações. Em 1909, para desencadear nos países alemães o furor guerreiro que ela buscava, fez fabricar muito especialmente, pelo professor Friedmann, os famosos documentos que revelavam uma conspiração diabólica com múltiplas ramificações dirigidas contra a monarquia habsburguesa, documentos que só tinham um defeito: serem falsos de *a* a *z*. Alguns anos mais tarde espalhou-se durante dias a notícia de que o cônsul austríaco Prohaska tinha sido atrozmente martirizado em Uestub, provocando o efeito de uma bomba, enquanto o mesmo Prohaska, vivo e fresco, passeava assobiando pelas ruas de Uestub. Até que surgiu o atentado de Será vejo, o crime revoltante e autêntico há tanto tempo esperado. «Se jamais um sacrifício teve *um efeito libertador e redentor*, aquele teve-o plenamente» exultavam os porta-vozes do imperialismo alemão. Os imperialistas austríacos exultavam ainda mais alto e decidiram utilizar os cadáveres dos arquidukes enquanto ainda

estavam frescos<sup>6</sup>. Enterraram-se rapidamente com a Alemanha, a guerra foi definitivamente decidida e expediu-se o telegrama que ia atear o ódio no interior do mundo capitalista.

Mas o incidente de Seravejo só forneceu o pretexto. As causas e as oposições, tudo estava já maduro há muito tempo: o traçado que

<sup>6</sup> *Porquê a guerra alemã?*, p. 21. O órgão da corja do arquiduque da «Grande-Áustria» escrevia algumas semanas mais tarde artigos incendiários deste estilo:

«Se se quer vingar dignamente a morte do arquiduque herdeiro de Francisco Fernando respeitando a sua vontade, então é necessário executar tão rapidamente quanto possível o testamento político desta vítima inocente do desenvolvimento funesto da situação ao Sul do Império.

Há já dez anos que esperamos estar livres de todas as tensões opressivas que tão cruelmente se fazem sentir em toda a nossa política.

Sabemos que a Áustria nova e grandiosa, a Grande-Austria que irá libertar os seus povos, só poderá nascer por uma guerra e, por isso, a queremos.

Queremos a guerra porque estamos profundamente convencidos de que só ela nos permitirá realizar de uma maneira radical e rápida o nosso ideal de uma Grande-Austria poderosa em que, no clarão luminoso de um futuro sublime e feliz, poderão desabrochar o pensamento político e os projectos missionários da Áustria: levar a liberdade e a civilização aos povos dos Balcãs.

Depois da morte do grande homem cuja mão poderosa, obstinada e enérgica teria erguido a Grande-Áustria de um dia para o outro, só nos resta a guerra como única esperança.

É a nossa última cartada na qual jogamos tudo.

Talvez a enorme indignação que este atentado levantou na Áustria e na Hungria provoque uma explosão contra a Sérvia e mais tarde também contra a Rússia.

O arquiduque Francisco Fernando, sozinho, só pôde preparar este imperialismo; não o pôde completar. Oxalá a sua morte tenha sido o sacrifício capaz de incendiar a paixão imperialista de toda a Áustria».

conhecemos hoje estava já decidido há 10 anos. Cada ano que corria e cada novo acontecimento político que se produziu no decurso destes últimos anos aproximavam um pouco mais o prazo decisivo: a Revolução turca, a anexação da Bósnia, a crise de Marrocos, a expedição de Tripoli, as duas guerras dos Balcãs. Foi na perspectiva desta guerra que se elaboraram todos os projectos de lei destes últimos anos: preparava-se conscientemente a inevitável conflagração geral. Cinco vezes no decurso destes últimos anos, a guerra não rebentara por um fio: no Verão de 1905, quando a Alemanha fez saber pela primeira vez e peremptoriamente as suas pretensões no caso de Marrocos; no Verão de 1908, depois do encontro dos monarcas em Reval, quando a Inglaterra, a Rússia e a França quiseram enviar um ultimato à Turquia por causa da questão da Macedónia, e em que, para defender a Turquia, a Alemanha estava prestes a lançar-se numa guerra que só foi impedida pelo súbito rebentar da revolução turca<sup>7</sup>; no princípio de 1909, quando a Rússia respondeu à anexação da Bósnia com uma mobilização, ao mesmo tempo que a Alemanha declarava com firmeza que estava decidida a entrar na guerra ao lado da Áustria; no Verão de 1911, quando o *Panther* foi enviado a Agadir, o que teria inevitavelmente desencadeado a guerra, se a Alemanha não tivesse renunciado a reclamar

<sup>7</sup> «Pelo lado da política alemã, estávamos, evidentemente, informados do que se iria passar, e hoje, já não traímos qualquer segredo ao dizer que, tal como outras frotas europeias, as forças navais da Alemanha encontravam-se então em pé de guerra, prontas a intervir imediatamente». (Rohrbach, p. 32).

a sua parte de Marrocos e não se tivesse contentado com o Congo. E, finalmente, no princípio do ano de 1913, quando a Alemanha, vendo que a Rússia pretendia penetrar na Armênia, declarou pela segunda vez firmemente que estava disposta a fazer a guerra.

É assim que a actual guerra mundial estava no ar desde há 8 anos. Se, de cada vez, ela foi adiada, foi unicamente porque uma das partes implicadas ainda não tinha terminado os seus preparativos militares. A actual guerra mundial já estava madura na aventura do *Panther* em 1911 — sem o golpe de arquiducos assassinados, sem os aviadores franceses sobre Nuremberga e sem a invasão russa da Prússia oriental. A Alemanha remeteu-a simplesmente para uma data que lhe conviria mais. Aqui, também, é suficiente ler a explicação ingênua dos imperialistas alemães:

«Do lado «pan-germânico», reprova-se à política alemã o ter-se mostrado demasiado fraco durante a crise de Marrocos em 1911; para liquidar esta falsa idéia, é suficiente lembrar que, no momento em que enviamos o *Panther* a Agadir, o arranjo do canal do Mar do Norte estava ainda na primeira fase, que o arranjo de Helgoland para uma grande praça marítima não estava ainda terminado e que as relações de força entre a nossa frota e a potência naval inglesa em couraçados e em armamentos auxiliares eram-nos nitidamente mais desfavoráveis que três anos depois. O canal, a ilha de Helgoland e a potência da nossa frota eram, em relação ao que são hoje, 1914, meios não só anacrônicos como verdadeiramente inaptos para a guerra. Daí que, sabendo-se que mais tarde disporíamos de possibilidades de sucesso bem mais

favoráveis, querer provocar uma guerra decisiva teria sido uma loucura pura e simples»<sup>8</sup>.

Primeiramente, era preciso não só pôr a frota alemã em condições como fazer passar ao Reichstag os projectos de leis militares. No Verão de 1914, a Alemanha sentiu-se preparada para a guerra, ao passo que a França estava ainda a instituir penosamente o serviço militar de três anos, e a Rússia não tinha ainda completado o seu programa, nem para a força naval, nem para o exército. O mesmo Rohrbach — que não é somente o porta-voz mais sério do imperialismo alemão, mas, dada a sua proximidade das altas esferas da política alemã, quase a sua voz oficiosa — escreve acerca da situação em 1914:

«Quanto a nós, Alemanha e Áustria-Hungria, receávamos essencialmente que a Rússia adoptasse por algum tempo uma atitude manifestamente conciliadora; nesse caso, teríamos sido moralmente obrigados a esperar até ao momento em que a França e a Rússia estivessem realmente preparadas». (*loc. cit.*)

Por outras palavras: receava-se principalmente, em Julho de 1914, que «a acção de paz» do governo alemão fosse coroada de êxito e que a Rússia e a Sérvia se pudessem deixar acalmar. Tratava-se desta vez de os impelir à guerra. E isso resultou. «É com profunda dor que vemos malograrem-se os nossos esforços no sentido de manter a paz mundial», etc.

Por isso, quando os batalhões alemães penetraram na Bélgica, quando o Reichstag foi colocado perante o facto consumado da guerra e do estado de sítio, não havia razão para se

<sup>8</sup> Rohrbach, *A guerra e a política alemã*, p. 41.

ficar aturdido, porque não se tratava de uma situação nova e inaudita, porque não era um acontecimento que, tendo em conta o contexto político, pudesse surpreender a social-democracia alemã. A guerra mundial declarada oficialmente a 4 de Agosto era precisamente aquilo para que a política imperialista alemã e internacional trabalhara incansavelmente durante dez anos, e cuja aproximação a social-democracia alemã, também incansavelmente, profetizava ano a ano; era a mesma guerra que os parlamentares, os jornais, estigmatizaram em todos os tons como um crime frívolo do imperialismo, que nada tinha - a ver nem com a civilização nem com os interesses nacionais, mas que, antes pelo contrário, agia contra estes dois princípios.

Efectivamente: não é a «existência e o desenvolvimento livre» da Alemanha que estão em jogo nesta guerra, como o diz a declaração do grupo parlamentar social-democrata, não é a civilização alemã, como o escreve a imprensa social-democrata, mas antes os lucros actuais do *Deutsche Bank* na Turquia asiática e os lucros futuros dos *Mannesmänner* e *Krupp* em Marrocos, é a existência do regime reaccionário da Áustria, esse «monte de podridão organizada que se chama monarquia habsburguesa», como o escrevia o *Vorwärts* de 25 de Agosto de 1914, são os porcos e as ameixas húngaras, é o § 14, são as trombetas das crianças e a civilização de Friedmann-Prohaška, é a conservação da dominação turca dos Bachibuzuks na Ásia Menor e a contra-revolução nos Balcãs.

Uma grande parte da imprensa do nosso partido estava profundamente chocada com o facto de as «gentes de cor e os selvagens», os Negros, os Sikhs, os Maori, estarem a ser empurrados para a guerra pelos adversários da

Alemanha. Ora, estes povos têm pouco mais ou menos o mesmo papel na actual guerra que os proletários socialistas dos Estados europeus, E se se sabia pelos comunicados de *Reuter* que os Maoris da Nova-Zelândia ferviam de desejos de se fazerem massacrar pelo rei de Inglaterra, eles manifestariam o mesmo discernimento em relação aos seus próprios interesses que aquele de que deu provas o grupo parlamentar social-democrata ao confundir a salvação da monarquia habsburguesa, da Turquia e do cofre do *Deutsche Bank* com a sobrevivência e a liberdade do povo alemão e da civilização alemã. É verdade que uma grande diferença os separa, apesar de tudo: há uma geração, os Maori praticavam ainda o canibalismo e não a teoria marxista.

E o tzarismo! Foi ele quem indiscutivelmente decidiu da atitude adoptada pelo nosso partido, sobretudo logo no começo da guerra. Na sua declaração, o grupo social-democrata tinha lançado a palavra de ordem: contra o tzarismo! Na imprensa social-democrata, travou-se imediatamente um combate em defesa da «civilização» europeia.

O *Frankfurter Volksstimme* escrevia já a 31 de Julho:

«A social-democracia alemã acusou há longo tempo o tzarismo de ser a fortaleza sangrenta da Reacção europeia, desde a época em que Marx e Engels denunciavam todos os factos e façanhas deste regime bárbaro com as suas análises penetrantes, até à época actual, em que enche as suas prisões de prisioneiros políticos, mas treme, no entanto, diante de qualquer movimento operário. *Possa agora chegar a ocasião de acabar com esta sociedade horrorosa sob as bandeiras de guerra alemãs*».

O *Pfalzische Post in Ludwigshafen*, no mesmo dia:

«É um princípio que forjou o nosso inolvidável August Bebel: trata-se aqui de um combate da civilização contra a barbárie, no qual o proletariado participa igualmente».

O *Münchener Post* do 1.º de Agosto:

«No cumprimento do dever da defesa do país contra o sangrento tzarismo, não queremos ser tratados como burgueses de segunda classe».

O *Volksblatt* de Halle datado de 5 de Agosto:

«Se é verdade que somos atacados pela Rússia — e é o que todos os despachos nos têm dado a entender até agora — é evidente que a social-democracia aprova todos os meios requeridos para a defesa nacional. Devemos com todas as nossas forças expulsar o tzarismo do país»!

E o mesmo jornal a 18 de Agosto:

«Agora, os dados estão lançados, agora já não é somente o dever de defender a nossa pátria e de salvaguardar a existência da nação que nos faz pegar em armas, como todos os outros Alemães, mas também a consciência de que o inimigo contra o qual nos batemos a leste é igualmente o inimigo de todo o progresso e de toda a civilização... A derrota da Rússia equivale à vitória da liberdade na Europa».

O *Volksfreund* de Brunschwig escrevia a 5 de Agosto:

«A pressão irresistível da violência militar arrasta tudo à sua passagem, Mas os operários conscientes não suportam somente um constrangimento exterior, obedecem à sua própria convicção quando defendem o seu solo perante um invasor vindo de Leste».

O *Arbeiterzeitung* de Essen escrevia já a 3 de Agosto:

«Se agora este país está ameaçado pelos desígnios da Rússia, e uma vez que se trata de combater o militarismo russo cujos crimes contra a liberdade e a civilização não têm conta, então não aceitaremos ficar a dever a ninguém deste país o cumprimento do dever e o espírito

de sacrifício... Abaixo o tzarismo! Abaixo a fortaleza da barbárie! Eis a palavra de ordem».

Da mesma maneira, o *Volkswacht* de Bierfeld datado de 4 de Agosto:

«A palavra de ordem é por todo o lado a mesma: *Contra o despotismo russo e sua per-fídia!*»

O jornal do partido de Elberfeld datado de 5 de Agosto:

«É do interesse vital de toda a Europa ocidental eliminar este tzarismo abominável e sedento de crimes. Mas esta acção que diz respeito a toda a humanidade é contrariada directamente pela avidez das classes capitalistas da Inglaterra e da França que querem privar o capital alemão das fontes de lucro que ele explorava até aqui».

O *Rheinische Zeitung* de Colônia:

«Amigos, cumpri o vosso dever, todos, tantos quantos sois, lá onde vos envia o destino! *Vós lutais pela civilização europeia*, pela liberdade da vossa pátria e pela vossa própria prosperidade».

O *Schleswig-Holsteinische Volkszeitung* de 7 de Agosto escrevia:

«É evidente que vivemos na época do capitalismo e que teremos certamente também lutas de classes depois da grande guerra. Mas estas lutas desenrolar-se-ão num Estado mais livre do que hoje; limitar-se-ão muito mais ao domínio econômico e será impossível no futuro, uma vez que o tzarismo russo desapareça, tratar os sociais-democratas como réprobos, como burgueses de segunda classe desprovidos de direitos políticos».

A 11 de Agosto, o *Hamburger Echo* escrevia:

«Porque nós não temos somente que levar uma guerra de defesa contra a Inglaterra e a



França, temos que fazer, antes de tudo, *a guerra ao tzarismo, e essa guerra fazemo-la com entusiasmo e sem reservas. Porque é uma guerra em prol da civilização.*

B o órgão do partido em Lübeck declarava ainda a 4 de Setembro:

«Se a liberdade da Europa está salvaguardada após o desencadear da guerra, *a Europa devê-lo-á à força das massas alemãs. É contra o inimigo mortal de toda a democracia e de toda a liberdade que tendem todos os nossos esforços neste combate!*»

Eis o apelo que ressoava de todos os lados na imprensa cio partido social-democrata alemão.

No estádio inicial da guerra, o governo alemão aceitou a ajuda que se lhe oferecia: com uma mão negligente, exibiu sobre os seus capacetes os louros de libertador da civilização européia. Consentiu fazer o papel de «libertador das nações» embora com um mal-estar visível e uma graça um pouco pesada. O comando geral «para os dois grandes exércitos» tinha mesmo — a necessidade não tem lei — aprendido a falar judeu e, na Polônia russa, fazia cócegas atrás das orelhas dos «mendigos e conspiradores». Da mesma maneira, prometeu-se mundos e fundos aos Polacos se traíssem em massa o governo tzarista enquanto, nos Camarões, acusado injustamente deste mesmo crime, de «alta traição», o Duala Manga Bell era enforcado, sem tambores nem trombetas, no meio do alarido da guerra, sem ter de suportar os fastidiosos processos judiciais. E a social-democracia tomava parte em todos estes saltos de urso do imperalismo alemão em dificuldade. Enquanto o grupo parlamentar cobria o corpo deste chefe de tribo dos Camarões com um silêncio discreto, a

imprensa social-democrata enchia o ar com os seus cantos de alegria e louvava a liberdade que era levada pelas «coronhadas» alemãs às pobres vítimas do tzarismo.

O órgão teórico do partido, o *Neue Zeit*, escrevia no seu número de 28 de Agosto:

«A população fronteiriça do Império do «Pequeno Pai» saudou com clamores de triunfo as tropas de vanguarda alemãs — porque, para todos os Polacos e todos os Judeus destas regiões, a idéia de pátria não evoca senão a corrupção e as chicotadas. São pobres diabos e verdadeiros apátridas, estes súbditos explorados pelo sanguinário Nicolau; e mesmo se eles o desejassem, não teriam mais nada a defender que as suas cadeias, e é por isso que eles agora só vivem na esperança de que as coronhadas, brandidas pelos punhos alemães, possam dentro em pouco aniquilar todo o sistema tzarista... Enquanto a tempestade tumultua acima das suas cabeças, a classe operária alemã está animada de uma vontade política consciente: defender-se a oeste contra os aliados da barbárie oriental, concluir com eles uma paz honrosa e *prosseguir a destruição do tzarismo até ao último suspiro aos cavalos e dos homens*».

O grupo social-democrata tinha emprestado à guerra o carácter de uma defesa da nação e da civilização alemãs; a imprensa social-democrata, essa, proclamou-a libertadora dos povos estrangeiros. Hindenburg tornava-se o executor testamentário de Marx e Engels.

A memória do nosso partido pregou-lhe decididamente uma partida no decurso desta guerra: ele esquecia completamente todos os seus princípios, todos os seus juramentos e todas

as resoluções adoptadas nos Congressos internacionais no próprio momento em que se tratava de os aplicar. Mas, para cúmulo do azar, recordava-se de um «testamento» de Marx e retirava-o da poeira dos tempos no próprio momento em que mais valeria que ele lá ficasse, para fazer dele o ornamento do militarismo prussiano que Marx queria combater «até ao último suspiro dos cavalos e dos homens». Foram os arrefecidos toques das trombetas do *Neue Rheinische Zeitung* e da revolução alemã de Março, dirigidos contra a Rússia subjugada a Nicolau I que, de repente, no ano de graça, 1914, vieram impressionar os ouvidos da social-democracia e meter-lhe nas mãos as «coronhas alemãs» para partir em campanha, de braço dado com os junkers prussianos, contra a Rússia da grande Revolução.

É aqui que se impõe proceder a uma «revisão» da experiência histórica de cerca de 70 anos tendo em conta as palavras-chave da revolução de Março.

Em 1848, o tzarismo russo era efectiva-mente «a fortaleza da Reacção europeia». Produto específico das relações sociais da Rússia, profundamente enraizado no sistema medieval que repousava sobre a economia natural, o absolutismo russo era o apoio e ao mesmo tempo o guia todo-poderoso da reacção burguesa e enfraquecida na Alemanha pelo particularismo dos pequenos Estados. Em 1851, Nicolau I podia dar a entender em Berlim por intermédio do enviado prussiano, von Rochow, que «teria gostado muito que em Novembro de 1848 a revolução tivesse sido sufocada à nascença pela entrada do general von Wrangel em Berlim» e que «teria havido outros momentos em que não se deveria dar uma má Constituição». Ou, nou-

tra altura, numa advertência a Manteuffel: que tinha a firme esperança de que, sob a direcção de Hochdero, o ministério real defenderia da maneira mais enérgica os direitos da Coroa perante as Câmaras, e que faria valer os princípios conservadores. O próprio Nicolau I podia também conceder a ordem de Alexandre Nevki a um presidente do Conselho prussiano para o recompensar dos seus «esforços constantes... com vista a reforçar a ordem legal na Prússia».

Já com a guerra da Crimeia, as coisas mudaram consideravelmente. Esta guerra conduziu à queda militar e, simultaneamente, à queda política do velho sistema. O absolutismo russo viu-se obrigado a entrar pela via das reformas, e a modernizar-se, adaptar-se às condições burguesas, pondo assim o dedo numa engrenagem diabólica que, pouco a pouco, deveria acabar por engoli-lo completamente. Os acontecimentos da guerra da Crimeia permitem-nos ao mesmo tempo efectuar um instrutivo exame ao dogma da libertação que as «coronhadas» podem levar a um povo subjugado.

A queda militar de Sedan deu a República à França. Mas esta República não era um presente da soldadesca de Bismarck: ontem como hoje, a Prússia não tinha nada para oferecer aos outros povos a não ser o seu próprio regime de junkers. Em França, a República era o fruto de uma maturação interna; resultava das lutas sociais que tiveram lugar desde 1789 e das três Revoluções. Quanto ao krach de Sebastopol, teve o mesmo efeito que o de Iena: a falta de um movimento revolucionário no interior do país, não conduziu senão a uma renovação interna e à consolidação do antigo regime.

Mas as reformas dos anos 60 na Rússia, que abriram a via ao desenvolvimento burguês - capi-

talista, só podiam ser realizadas com os meios financeiros de uma economia burgueso-capi-talista. E estes meios eram fornecidos pelo capital da Europa ocidental — da França e da Alemanha. Foi neste momento que se estabeleceu esta nova situação que dura até aos nossos dias; o absolutismo russo é sustentado pela burguesia da Europa ocidental. O «rublo russo» já não corre em abundância nas câmaras diplomáticas e, como o deplorava amargamente o príncipe Guilherme da Prússia ainda em 1854, «até na antecâmara do rei», é o ouro alemão e francês que corre para São Petersburgo para aí alimentar o regime czarista que, sem esta seiva vivificante, teria já acabado a sua missão há muito tempo. Desde essa época, o czarismo já não é somente um produto das condições econômicas da Rússia: o sistema capitalista da Europa ocidental torna-se a sua segunda raiz. A partir de então, a situação transforma-se cada vez mais em cada decênio. A medida que a raiz original da monarquia é roída na própria Rússia pelo desenvolvimento do capitalismo russo, a sua outra raiz, a raiz ocidental, fortifica-se cada vez mais. Ao apoio financeiro junta-se de uma maneira crescente o apoio político, devido à concorrência a que se entregavam a França e a Alemanha desde a guerra de 1870. Quanto mais forças revolucionárias se levantassem contra o absolutismo no próprio seio do povo russo, tanto mais resistências encontravam vindas dos países da Europa ocidental, que tornavam sólido o czarismo ameaçado do seu apoio moral e político. No começo dos anos 80, o movimento terrorista do velho socialismo russo tinha abalado por um certo tempo o regime czarista e tinha arruinado seriamente a sua autoridade tanto no interior como

no exterior do país; foi este momento que Bis-marck escolheu para concluir com a Rússia o seu Tratado de Ressegurança e dar-lhe o apoio na política internacional. Por outro lado, quanto mais a Rússia era cortejada pela política alemã tanto mais os cofres da burguesia francesa lhe eram largamente abertos. Sugando nestas duas fontes de rendimento, o absolutismo procurava prolongar a sua existência ao lutar contra a acção violenta, de ora em diante crescente, do movimento revolucionário no interior do país. Então, o desenvolvimento capitalista que o czarismo tinha acariciado com as suas próprias mãos começou finalmente a dar os seus frutos: a partir dos anos 90, assistiu-se ao movimento revolucionário de massas do proletariado russo. Os alicerces do czarismo começam a estremecer e a vacilar no próprio país. A única «fortaleza da reacção europeia» vê-se em breve obrigada a outorgar «uma má constituição» e a procurar por seu lado uma «fortaleza» salvadora perante a violência que aumenta no seu próprio país. E encontra-a: na Alemanha. A Alemanha de Bülow paga a dívida de gratidão que a Prússia de Wrangel e de Manteuffel tinha contraído. O cenário é completamente invertido: a ajuda fortalecida pela Rússia para lutar contra a revolução alemã é trocada pela ajuda fornecida pela Alemanha para a luta contra a revolução russa. Denúncias, suspensões, extradições... — como nos benditos tempos da Santa Aliança; uma caça em regra aos «agitadores» desencadeia-se na Alemanha contra os combatentes russos pela liberdade e persegue-os até ao limiar da revolução russa. A perseguição encontra o seu coroamento no processo de Königsberg; mas, para além disso, este processo ilumina como um relâmpago todo o período da evolução histórica

desde 1848, o desabamento completo das relações entre o absolutismo russo e a reacção europeia. *Tua rés agitatur!*, exclama um ministro da justiça prussiano na mensagem das classes dirigentes alemãs, ao apontar os alicerces vacilantes do regime tzarista. «O estabelecimento de uma república democrática na Rússia deveria ter repercussões sensíveis na Alemanha», declara em Königsberg o primeiro procurador Schulze. — «Se a casa do meu vizinho está em chamas, a minha também corre perigo». E o seu adjunto Gaspar sublinha: «Os interesses públicos da Alemanha são evidentemente afectados em alto grau pela sorte do bastião do absolutismo. É indubitável que as chamas do movimento revolucionário podem facilmente fulgurar sobre a Alemanha». Aqui, pode-se ver claramente como a toupeira da evolução histórica efectua o seu trabalho de sapa e muda as coisas completamente: tinha enterrado a palavra de ordem de «fortaleza da reacção europeia». Agora é a reacção europeia e, em primeiro lugar, a dos junkers prussianos que é a fortaleza do absolutismo russo; é graças a ela que ele se tem ainda de pé e é nela que ele pode ser mortalmente atingido. Os acontecimentos da Revolução russa viriam a confirmá-lo.

A revolução foi esmagada. Mas, se se examinam um pouco mais profundamente as razões deste fracasso provisório, elas esclarecem a posição da social-democracia alemã no decurso da guerra actual. Duas causas podem explicar a derrota do levantamento russo de 1905-1906, apesar da riqueza extraordinária da sua força revolucionária, apesar da lucidez e da tenacidade de que deu provas. A primeira é uma causa interna; reside na própria natureza da revolução: na imensidade do seu programa histórico,

na quantidade de problemas económicos e políticos que levantou, tal como a grande Revolução francesa o tinha feito um século antes e que, como a questão agrária, por exemplo, são absolutamente insolúveis na ordem social actual; na dificuldade de criar uma forma moderna de Estado assegurando a dominação da classe da burguesia contra a resistência contra-revolucionária de toda a burguesia do Império. Deste ponto de vista, a revolução russa abortou porque era uma revolução proletária com tarefas burguesas, ou, se se quiser, uma revolução burguesa com meios de luta socialistas proletários — o encontro violento de duas épocas que se entrechocam no raio e no pára-raios, o produto tanto do desenvolvimento atrasado das relações de classe na Rússia, como do seu desenvolvimento avançado na Europa ocidental; deste ponto de vista, a sua derrota, em 1906, não representa a sua queda, mas simplesmente a conclusão do primeiro capítulo, ao qual se seguiram outros capítulos com a necessidade de uma lei natural. Quanto à segunda causa, trata-se de novo de uma causa exterior e é na Europa Ocidental que é preciso procurá-la. Uma vez mais, a Reacção europeia precipitava-se em socorro do seu protegido em perigo. Não ainda com a pólvora e o chumbo, embora já em 1905 as «coronhadas alemãs brandidas por punhos alemães» só esperassem um sinal de São Peters-burgo para penetrar na vizinha Polónia. Mas com remédios simples que eram totalmente eficazes: deu uma pequena ajuda ao tzarismo através de subsídios financeiros e alianças políticas. Com o dinheiro francês, o tzarismo comprou metralha com a qual abateu os revolucionários russos e recebeu da Alemanha o reconforto político e moral que lhe permitiu recuperar a posi-

ção depois das afrontas que lhe tinham infligido os torpedos japoneses e os punhos dos proletários russos. Em 1910, a Alemanha recebeu oficialmente de braços abertos o tzarismo russo. Ao receber este monstro sanguinário portas a dentro da capital do Reich, a Alemanha não dava somente a sua benção ao estrangulamento da Pérsia, mas sobretudo ao trabalho de carrasco da contra-revolução russa; era o banquete oficial da «civilização» alemã e européia sobre o pretendido túmulo da revolução russa. E, coisa espantosa, no próprio momento em que ela assistia em sua própria casa a este festim fúnebre celebrado sobre as hecatombes da revolução russa, a social-democracia alemã guardou um silêncio completo e tinha esquecido totalmente o «testamento dos nossos mestres» do ano de 1848. Ao passo que agora, no princípio da guerra, sempre que a polícia o permite, a mais pequena folha do partido se cobre de expressões sanguinárias contra o carrasco da liberdade russa; em 1910, no momento em que o próprio carrasco era festejado em Potsdam, não balbuciou uma palavra, não fez ouvir o menor protesto, não publicou o menor artigo de solidariedade para com a liberdade russa, não introduziu o veto contra o apoio da contra-revolução russa! E, todavia, esta viagem triunfal do tzar na Europa, em 1910, mostrou ao vivo que os proletários russos que foram assassinados não eram somente vítimas da reacção da sua terra natal, mas também da reacção da Europa Ocidental e que, tal como os combatentes de Março de 1848, eles não despedaçaram o crânio somente contra a reacção do seu próprio país, mas também contra a sua «fortaleza» no estrangeiro.

E, no entanto, a fonte viva da energia revolucionária do proletariado russo é tão inesgotável como os duros sofrimentos que suportou sob o duplo regime de chicotadas do tzarismo e do Capital. Depois de um período de cruzada bárbara da contra-revolução, o fermento revolucionário recomeçou. Desde 1911, desde o massacre de Lena, a massa operária ergueu-se e retomou o combate, a onda recomeçou a subir e a rebentar. Segundo os comunicados, as greves económicas na Rússia contam 46623 operários e 256385 dias de greve em 1910, 96730 operários e 768556 dias de greve em 1911, 98 771 operários e 1 214 881 dias de greve nos cinco primeiros meses de 1912. As greves políticas de massa, os protestos e manifestações reuniram 1 005 000 operários em 1912, e 1 272 000 em 1913. Em 1914, a onda continuava a crescer com um estrondo surdo e tornava-se cada vez mais ameaçadora. A 22 de Janeiro, para celebrar o aniversário do princípio da revolução, havia uma greve de massa compreendendo 200 000 operários. Em Junho, tal como antes da eclosão da revolução, um foco revolucionário nasce no Cáucaso, em Baku 40 000 operários fizeram greve de massa. As chamas propagam-se até São Petersburgo: aí, a 17 de Julho, 80000 operários puseram-se em greve; a 20 de Julho 200000 operários; a 23 de Julho a greve geral começou a estender-se a todo o Império russo, ergueram-se barricadas, a revolução estava em marcha. Mais alguns meses e ela faria certamente a sua aparição bandeiras ao vento. Uns anos mais e ela poderia talvez paralisar o tzarismo a ponto de este não mais poder servir na dança imperialista de todos os Estados, prevista para 1916. Isso teria talvez

modificado toda a configuração da política mundial e transtornado todos os planos do imperialismo...

Mas foi o inverso que se produziu: a Reacção alemã transtornou todos os planos do movimento revolucionário russo, A guerra foi desencadeada por Viena e Berlim e sepultou a Revolução russa sob os seus escombros — talvez de novo para uns anos. As «coronhadas alemãs» não esmagaram o tzarismo, mas os seus opositores. Forneceram ao tzarismo a guerra mais popular que a Rússia conhecera há um século. Desta vez tudo contribuía para aureolar o governo russo de prestígio moral: o facto, evidente por todo o lado salvo na Alemanha, de que a guerra fora provocada por Viena e Berlim, a «Sagrada União» proclamada na Alemanha e o delírio nacionalista que ela desencadeava, a sorte da Bélgica, a necessidade de correr em socorro da República francesa — jamais o absolutismo tivera uma posição tão favorável numa guerra européia. A bandeira da revolução, que simbolizava tantas esperanças, foi devorada no remoinho tumultuoso da guerra — mas pereceu com honra e voltará a sair desta carnificina imunda para tremular de novo, apesar das coronhadas alemãs, apesar da vitória ou da derrota do tzarismo nos campos de batalha.

As rebeliões nacionais que se esperavam na Rússia não se realizaram. As minorias nacionais são, evidentemente, menos fáceis de enganar pela missão libertadora das tropas de Hindenburg que a social-democracia alemã. Práticos como são, os Judeus podiam fazer este simples cálculo pelos dedos: se os «punhos alemães» não tinham conseguido «esmagar» uma única vez a reacção no seu próprio país, se eles per-

mitiam a existência do sufrágio censitário, ainda menos capazes eram de «esmagar» o absolutismo russo. Os Polacos, vítimas do triplo inferno da guerra, não podiam na verdade responder em voz alta à mensagem de saudação, cheia de promessas, dos seus «libertadores» vindos de Wreschen, onde se inculcava o Nosso Pai alemão às crianças polacas, marcando-as de sulcos sangrentos, nem à dos membros das comissões de colonização prussianas — mas podiam ter traduzido no seu foro íntimo, num polaco ainda mais enérgico, a expressão alemã de Goetz von Berlichingen<sup>1</sup>. Todos: Polacos, Judeus e Russos verificaram muito rapidamente que as «coronhadas alemãs» que lhes despedaçavam o crânio não lhes levavam a liberdade, mas a morte.

A legenda da libertação forjada nesta guerra pela social-democracia alemã com o testamento de Marx é mais do que um triste gracejo: é um gesto frívolo. Para Marx, a revolução russa era uma viragem na história. Todas as perspectivas políticas e históricas que ele traçava estavam ligadas a esta restrição: «enquanto a revolução não rebentar na Rússia». Marx acreditava na revolução russa e esperava-a, mesmo quando ainda não tinha diante dos olhos senão uma Rússia subjugada. Entretanto a revolução produzira-se. Não tinha alcançado a vitória ao primeiro golpe, mas já não podemos ignorá-la, ela está na ordem do dia, acaba precisamente de se revelar. E eis que, de repente, os sociais-democratas alemães se reconciliam com as «coronhadas alemãs» e declaram a revolução russa nula

<sup>1</sup> Merda.

e não chegada, riscam-na da história. Subitamente, desenterraram os arquivos de 1848: Viva a guerra contra a Rússia! Mas, em 1848, havia a Revolução na Alemanha e na Rússia uma Reacção desesperadamente coagulada. Em 1914, pelo contrário, a Rússia tinha a Revolução no corpo, enquanto a Alemanha era dirigida pelo regime dos junkers prussianos. Não é a partir das barricadas alemãs, como Marx em 1848, mas directamente na cave de Pandour, onde um pequeno lugar-tenente os mantinha fechados, que os «libertadores da Europa» alemães se lançaram na sua missão civilizadora contra a Rússia! Num abraço fraterno com os junkers prussianos, que são a fortaleza mais sólida do tzarismo russo, e de braço dado com os ministros e os procuradores de Königsberg, com quem tinham concluído uma «Sagrada União» — lançaram-se contra o tzarismo e despedaçaram com as suas «coronhadas»... o crânio dos proletários russos!

Difícilmente se pode imaginar uma farsa histórica mais sanguinária, um insulto mais brutal à Revolução russa e ao testamento de Marx. Ela forma o episódio mais sombrio da atitude política da social-democracia durante esta guerra.

Mas a libertação da civilização europeia nada mais devia ser do que um simples episódio: rapidamente, o imperialismo alemão abandonou esta máscara embaraçosa e declarou-se abertamente contra a França e sobretudo contra a Inglaterra. Em vez de se manifestar contra o sangüíneo tzar, entregou-se a votar a pérfida Albion e o seu espírito mercantil ao desprezo geral e a livrar a civilização europeia da dominação marítima da Inglaterra depois de a ter libertado do absolutismo russo. A situação horrorosamente

embrulhada na qual o partido se tinha colocado não podia manifestar-se de maneira mais brilhante do que nos esforços convulsivos da melhor parte da sua imprensa, a qual, horrorizada por esta frente reaccionária, se esforçava por todos os meios em reconduzir a guerra ao seu objectivo inicial, insistindo sobre o «testamento dos nossos mestres» — isto é, sobre um mito que a própria social-democracia tinha forjado! «Foi com o coração pesado que tive de mobilizar o meu exército contra um vizinho com o qual combatemos em comum sobre tantos campos de batalha. É com uma dor sincera que eu vejo quebrar-se uma amizade lealmente respeitada pela Alemanha». Era claro, simples e honesto. O grupo e a imprensa social-democrata tinham transcrito isto num artigo do *Neue Rheinische Zeitung*. Mas quando a retórica das primeiras semanas da guerra foi varrida pelo prosaísmo lapidar do imperialismo, a única e fraca explicação da atitude social-democrata alemã ficou em nada.

## VI

O outro aspecto da atitude social-democrata era a aceitação oficial da Sagrada União, quer dizer a suspensão da luta de classes enquanto durasse a guerra. A declaração do grupo, lida no Reichstag a 4 de Agosto, foi exactamente o primeiro acto deste abandono da luta de classes: o texto estava, de antemão, de acordo com os deputados do governo e os partidos burgueses. O acto solene de 4 de Agosto era um número patriótico preparado em segredo, destinado ao povo e ao estrangeiro e, no qual, a social-democracia desempenhava já, ao lado dos outros participantes, o papel que tinha adoptado.

O voto dos créditos pelo grupo parlamentar deu o exemplo a todas as instâncias dirigentes do movimento operário. Os chefes sindicais fizeram cessar imediatamente todas as lutas de salários e comunicaram oficialmente a sua posição aos empresários, invocando os deveres da Sagrada União. A luta contra a exploração capitalista foi espontaneamente interrompida durante a guerra. Estes mesmos chefes sindicais tomaram a iniciativa de fornecer aos agricultores a mão-de-obra citadina, de modo a que as colheitas não fossem interrompidas. A direcção do movimento das mulheres socialistas proclamou a união com as mulheres da burguesia e



formou com elas um «serviço nacional das mulheres», de forma a que a parte mais importante dos efectivos do partido, que ficou no país depois da mobilização, não se ocupasse a fazer a agitação social-democrata, mas fosse mobilizada nas boas obras de interesse nacional: distribuir a sopa, dar conselhos, etc. Sob a lei dos socialistas, o partido tinha, a maior parte das vezes, utilizado as eleições parlamentares para propagar as suas idéias e afirmar a sua posição, não obstante todos os estados de sítio e perseguições de que era objecto a imprensa social-democrata. Agora, durante as segundas eleições parlamentares para o Reichstag, dietas locais e representações comunais, a social-democracia renunciou oficialmente a toda a luta eleitoral, isto é, a toda a agitação e direcção ideológica no sentido da luta da classe proletária e reduziu as eleições ao seu simples conteúdo burguês: reunir o maior número possível de mandatos, sobre os quais estabelecia acordo amigável com os partidos burgueses. O voto do orçamento para os deputados sociais-democratas nas dietas locais e nas representações comunais — à excepção da dieta prussiana e da dieta da Alsácia-Lorena — acompanhado de um apelo solene à Sagrada União, marcou a rotura brutal com a prática anterior ao começo da guerra. A imprensa social-democrata, salvo raras excepções, exaltava bem alto o princípio da unidade nacional no interesse vital do povo alemão. No momento da declaração da guerra, pôs mesmo os leitores de sobreaviso contra os levantamentos de somas depositadas nas caixas económicas; por isso, contribuiu grandemente para impedir alterações na vida económica do país e permitiu aos fundos das caixas económicas servirem, os empréstimos de guerra de maneira

notável; aconselhava as mulheres proletárias a não informarem os seus maridos, caídos na miséria, onde elas e seus filhos se encontravam e a não os porem ao corrente da insuficiência de provisões fornecidas pelo Estado, antes lhes sugeriam que «produzissem um efeito tranqüilizante e entusiasmador» nos combatentes, pintando-lhes o encanto da vida familiar e «*descrevendo-lhes com, boa vontade a ajuda que até ali tinham recebido*»<sup>1</sup>. Louvava o trabalho educador do movimento operário moderno por fornecer uma ajuda preciosa na condução da guerra, de que é exemplo este texto clássico:

«É na necessidade que se reconhecem os verdadeiros amigos. Este velho provérbio confirma-se na hora presente. Expostos a tantos vexames e tormentos, os sociais-democratas levantam-se como se fossem um só homem, para defenderem a pátria e as centrais sindicais alemãs, a quem se tem feito tantas vezes a vida dura na Alemanha prussiana, anunciam unanimemente que os seus melhores homens se encontram a defender a bandeira. Mesmo os jornais de empresa do gênero do *Generalanzeiger* noticiam este facto e acrescentam que estão persuadidos de que «estes homens» não só cumprirão o seu dever como os outros, como até, onde quer que estejam, talvez que os golpes redobrem de energia.

Quanto a nós, estamos persuadidos de que, graças ao seu papel orientador, os nossos sindicatos podem fazer bem mais do que «deixar-se

<sup>1</sup> Ver o artigo do órgão do partido de Nuremberga, reproduzido no *Hamburger Echo* de 6 de Outubro de 1914.

enganar». Com os exércitos de massa modernos, os generais não têm tarefa fácil ao conduzir a guerra: os obuses modernos da infantaria, que permitem atingir um alvo a cerca de 3.000 metros e com precisão até aos 2.000 metros, tornam completamente impossível o avanço de grandes contingentes de tropas em colunas de marcha cerrada. Por isso importa sobretudo «alongar» o movimento das tropas, e este alongamento exige, por seu lado, um número muito maior de patrulhas, grande disciplina e grande clareza de discernimento, tanto da parte dos destacamentos como dos homens isolados; e é aí que se vê o papel educador levado a cabo pelos sindicatos e também até que ponto se pode ter confiança nesta educação em dias tão difíceis como estes. O soldado russo e o soldado francês podem realizar grandes prodígios de bravura, mas no que toca a reflexão fria e calma o sindicalizado alemão ultrapassá-los-á. Além disso, há ainda o facto de que, nas zonas fronteiriças o pessoal organizado conhece com preferência todos os recantos do terreno como as próprias mãos; e verificam também que muitos funcionários sindicais têm conhecimento de línguas, etc. Assim *se se pôde dizer em 1866 que o avanço das tropas prussianas era uma vitória do mestre de escola, falar-se-á desta vez de uma vitória do funcionário sindical*». (*Frankfurter Volksstimme*) de 18 de Agosto de 1914).

O órgão teórico do partido, *Neue Zeit*, (número 23 de 25 de Setembro de 1914), declarava:

«Tantas vezes a questão é posta simplesmente sob a forma de *vitória ou derrota*, que se faz passar para segundo plano todas as outras, *inclusive a da finalidade da guerra. Que passem então para segundo plano, ainda com mais*

*forte razão, todas as diferenças entre os partidos, as classes, as nações, no seio do exército e da população*».

E no número 8 (de 27 de Novembro de 1914), a mesma revista *Neue Zeit* escreve, num artigo intitulado *Os limites da Internacional*:

«A guerra mundial divide os socialistas em campos diferentes, e essencialmente em diferentes campos nacionais. *A Internacional é incapaz de o impedir*, o que significa que ela não é um instrumento eficaz em tempo de guerra; a Internacional é essencialmente um instrumento válido em tempo de paz».

A sua grande «missão histórica» seria «a luta pela paz, a luta de classe em tempo de paz».

Assim, a social-democracia declara que, até à data de 4 de Agosto de 1914 e até à conclusão futura da paz, a luta de classes não existirá. Assim, desde que, na Bélgica troou o primeiro tiro dos canhões da *Krupp*, a Alemanha transformou-se no país da abundância, no país da solidariedade das classes e das harmonias sociais.

Mas, em boa verdade, como imaginar semelhante milagre? É bem sabido que a luta de classes nunca foi uma invenção, uma criação deliberada da social-democracia, ao ponto de esta poder, por simples capricho e por sua própria iniciativa, suprimi-la durante certos períodos. A luta de classe do proletariado é mais antiga que a social-democracia; é um produto elementar da sociedade de classes que se desencadeia com a subida ao poder do capitalismo, na Europa. Não é a social-democracia que tem levado o proletariado moderno à luta de classe; bem ao contrário, é o proletariado que tem levado a social-democracia a coordenar a luta de diversas facções, no espaço e no

tempo, com a luta de classe e a fazer com que todos tomem consciência do fim a atingir. Em que é que a declaração de guerra pôde mudar esta situação? Acaso a propriedade privada, a exploração capitalista, a dominação de classe, deixaram de subsistir? Será que, num acesso de patriotismo, os dirigentes teriam declarado: «Uma vez que a guerra foi declarada e enquanto ela durar, entreguemos os meios de produção, — terras, fábricas, metalurgias — nas mãos da comunidade, renunciemos a tirar daí proveito em nosso benefício, ponhamos fim a todos os privilégios políticos e sacri-fiquemo-nos no altar da pátria, por tanto tempo quanto ela correr perigo?» Hipótese completamente absurda que faz lembrar as histórias que se contam às crianças. E, no entanto, seria a única premissa que, logicamente, poderia levar a classe operária a declarar: «A luta de classes está interrompida». É evidente que nada disso se passou. Pelo contrário, todas as relações de propriedade, a exploração, a dominação de classe e mesmo a ausência de direitos políticos para o proletariado, sob as diversas formas que toma no nosso Reich germano-prussiano, permaneceram intactas. O troar dos canhões na Bélgica e na Prússia oriental não modificou a estrutura econômica, social e política da Alemanha num único ponto sequer.

A supressão da luta de classes foi, pois, uma medida perfeitamente unilateral. Enquanto para a classe operária, «o inimigo interior», isto é, a exploração e a opressão capitalistas, continuou a existir, os dirigentes da classe operária — a social-democracia e os sindicatos, — num movimento de magnanimidade patriótica, abandonaram, sem combate, a classe operária ao seu inimigo durante toda a guerra. Enquanto

as classes dominantes ficam em pé-de-guerra, na posse de todos os seus direitos de proprietários e patrões, a social-democracia deu ordens ao proletariado para «desarmar».

O milagre da harmonia de classes, da confraternização de todas as camadas sociais, já tinha um precedente na sociedade burguesa: os acontecimentos de 1848 em França.

«No espírito dos proletários — escreve Marx na sua obra *As lutas de classes em França* — que em geral confundiam a aristocracia financeira com a burguesia, na imaginação de bravos republicanos que negavam mesmo a existência das classes ou a admitiam, em último caso, como uma consequência da monarquia constitucional, nas frases hipócritas das facções burguesas até ali excluídas do poder, a *dominação da burguesia* encontrava-se abolida com a instauração da República. Todos os realistas se transformaram então em republicanos e todos os milionários de Paris, em operários. A palavra que respondia a esta supressão imaginária das relações de classe, era a *fraternidade*, a fraternização e a fraternidade universal. Esta abstracção demasiadamente complacente dos antagonismos de classes, este equilíbrio sentimental dos interesses contraditórios de classe, esta exaltação entusiasta acima da luta de classes, a *fraternidade*, tal foi verdadeiramente a divisa da revolução de Fevereiro. (...) O proletariado de Paris deixou-se ir neste generoso entusiasmo de fraternidade. (...) O proletariado parisiense, que reconhecia na República a sua própria criação aclamava naturalmente cada acto do Governo Provisório que lhe permitia tomar posição mais facilmente na sociedade burguesa. Deixou-se empregar, por Caussidière, nas funções de polícia, para proteger a proprie-

dade em Paris, da mesma maneira que deixou regular amigavelmente os conflitos de salários entre operários e patrões, por Louis Blanc. Marcava o seu *ponto de honra* ao manter imaculada, aos olhos da Europa, a honra burguesa da República».

Em Fevereiro de 1848, também o proletariado parisiense tinha suspenso ingenuamente a luta de classes, mas, bem entendido, ele acabava de destruir a monarquia de Julho, pela sua acção revolucionária, e acabava de impor a república. O 4 de Agosto de 1914 foi o inverso da revolução de Fevereiro: a supressão da luta de classes, não na república, mas sob a monarquia militar; não depois de uma vitória do povo sobre a reacção, mas depois de uma vitória da reacção sobre o povo; não pela proclamação da «liberdade, igualdade, fraternidade», mas pela proclamação do estado de sítio, o estrangulamento da liberdade de imprensa e a supressão da Constituição! O governo proclamou solenemente a Sagrada União e recebeu de todos os partidos a promessa de a respeitar escrupulosamente. Mas, como político experiente, não se ficou nas promessas, assegurou a Sagrada União pelos meios tangíveis da ditadura militar. Também isso a social-democracia aceitou sem hesitar. Na sua declaração no Reichstag a 4 de Agosto, da mesma forma que na de 2 de Dezembro, o grupo parlamentar não tomava a menor precaução contra a bofetada do estado de sítio. Mais do que a Sagrada União e os créditos de guerra, a social-democracia aprovava pelo seu silêncio o estado de sítio que a remetia de pés e mãos atadas ao bem querer das classes dirigentes. Ela admitia de uma assentada que o estado de sítio, o açaimamento do povo e a ditadura militar eram medidas ne-

cessárias à defesa da pátria. Mas o estado de sítio não era dirigido contra a pessoa de outrem que não a social-democracia. Era unicamente do lado social-democrata que se poderia esperar dificuldades de resistências, protestos contra a guerra. No momento em que, com a aprovação da social-democracia, se proclamava a Sagrada União e portanto a supressão das oposições de classes, a social-democracia foi declarada em estado de sítio, ao mesmo tempo que se desencadeava o combate contra a classe operária sob a forma mais violenta: sob a forma da ditadura militar. Como fruto da sua capitulação, a social-democracia recebeu aquilo que viria a sofrer na pior das hipóteses — a derrota — se tivesse tomado a decisão de resistir: o estado de sítio! A declaração solene do grupo parlamentar apela para isso, para justificar o seu voto dos créditos militares, sob o princípio socialista do direito das nações e disporem de si próprias. A primeira etapa deste «direito» da nação alemã a dispor de si mesma, no decurso desta guerra, foi o colete de forças do estado de sítio, no qual metia a social-democracia! Em boa verdade, a história raramente assistiu a que um partido caísse no ridículo até este ponto.

Aceitando o princípio da Sagrada União, a social-democracia renegou a luta de classes durante a guerra. Mas, assim, ela renegava o fundamento da sua própria existência, da sua própria política. Em cada uma das fibras será ela outra coisa senão luta de classes? Que papel será o seu, enquanto durar a guerra, depois de ter abandonado o seu princípio vital: a luta de classes? Renegando esta, a social-democracia despediu-se de si própria como partido político activo, como representante da

classe operária, por todo o tempo que durasse a guerra. Mas, por isso mesmo, ela privou-se da sua arma mais importante: a crítica da guerra do ponto de vista particular da classe operária. Ela abandonou a «defesa nacional» às classes dominantes, limitando-se a colocar a classe operária sob o seu comando e a assegurar a calma durante o estado de sítio; o que significa que ela passou a desempenhar o papel de gendarme da classe operária.

Mas a social-democracia, pela sua atitude, comprometeu muito gravemente a causa da liberdade alemã por um período que ultrapassa singularmente a duração da guerra actual, causa que é actualmente confiada, a acreditar na declaração do grupo parlamentar, aos canhões da *Krupp*. Nos círculos dirigentes da social-democracia, conta-se muito com o facto de que, depois da guerra, a classe operária verá alargarem-se consideravelmente as liberdades democráticas e que se lhe assegurará a igualdade de direitos com a burguesia, em recompensa da sua atitude patriótica durante a guerra. Mas nunca, até agora, na história, as classes dominantes concederam às classes dominadas direitos políticos a título de gratificação, devido à atitude adoptada por estas últimas para agradar às classes dominantes. Pelo contrário, a história está cheia de exemplos de dirigentes a faltarem brutalmente à palavra, mesmo no caso de terem sido feitas promessas solenes antes de uma guerra. Na realidade, a social-democracia não garantiu, pelo seu comportamento, o alargamento das liberdades políticas na Alemanha do futuro, mas minou as liberdades que existiam antes da guerra. O modo pelo qual o estado de sítio e a supressão da liberdade de imprensa, da liberdade de associação e de vida

pública são suportados na Alemanha desde há meses sem o menor combate, e são mesmo em parte aprovados pelo lado social-democrata<sup>2</sup> — não tem exemplo na história da sociedade moderna. Na Inglaterra reina uma completa liberdade de imprensa, em França a liberdade de imprensa está longe de ser tão açaimada como na Alemanha. Em nenhum país, desapareceu a opinião pública tão completamente como na Alemanha, para ser substituída pela simples «opinião» oficial, isto é, pelas ordens do governo. Mesmo na Rússia, não se conhece senão a destruição do lápis vermelho do censor; não se conhece, ali, a disposição pela qual a imprensa da oposição deve imprimir artigos tal e qual lhes remete o governo, e deve, nos seus próprios artigos, defender certas concepções que lhe são ditadas e impostas pelas autoridades governamentais no decorrer de «conversações confidenciais com a imprensa». Mesmo na Alemanha, durante a guerra de 1870, não se conheceu nada comparável à situação actual. A imprensa gozava de uma liberdade ilimitada e, apesar da grande cólera de Bismarck, os acontecimentos da guerra eram objecto de crí-

<sup>2</sup> O *Chemnitzer Volksstimme* escrevia a 21 de Outubro de 1914: «Apesar de tudo, a censura militar na Alemanha é mais razoável que na França ou na Inglaterra. O grande alarido a propósito da censura, que, muitas vezes, encobre a ausência de uma atitude coerente em relação ao problema da guerra, não faz mais do que ajudar os inimigos da Alemanha a propalar a mentira segundo a qual a Alemanha seria uma segunda Rússia, Aquela que está convencido de não ser capaz de escrever de acordo com as suas convenções sob a censura militar actual, esse nada mais tem a fazer do que pôr a pena de lado e calar-se».

ticas, por vezes muito vivas, e de conflitos de opiniões muito animados, nomeadamente a propósito dos objectivos da guerra, das questões de anexação e das questões constitucionais. Quando Johann Jakoby foi preso, uma vaga de indignação rebentou em toda a Alemanha, e o próprio Bismarck desacreditou este atentado da Reacção considerando-o uma grave falta de bom senso. Tal era a situação na Alemanha depois que Bebel e Liebknecht, em nome da classe operária alemã, se recusaram francamente a associar-se ao patriotismo delirante que então reinava. Era necessário esperar pela patriótica social-democracia e pelos seus quatro milhões e meio de eleitores, para assistir a esta comovedora festa de reconciliação da Sagrada União e à aprovação dos créditos de guerra pelo grupo social-democrata, no seguimento da qual se impunha à Alemanha a mais dura ditadura militar que um grande povo jamais tinha suportado. Que uma coisa destas seja possível actualmente na Alemanha, que ela seja aceite não somente pela imprensa social-democrata, bastante desenvolvida e influente, duma maneira resignada e sem que se note a mínima resistência — este facto teve uma importância extraordinária no destino da liberdade alemã. Isso prova que, na sociedade alemã, as liberdades políticas não repousam sobre qualquer fundamento digno de crédito, uma vez que podem ser retiradas sem dificuldades, nem obstáculos. Não esqueçamos que o mínimo de direitos políticos que subsistia no Império alemão antes da guerra não era, como em França ou na Inglaterra, fruto de lutas revolucionárias importantes e repetidas, não era consolidado na vida do povo por tradições, mas era o presente da política de Bismarck após uma contra-revolução

vitoriosa que tinha durado mais de dois anos. A Constituição alemã não amadurecera nos campos de batalha da revolução, mas no jogo diplomático da monarquia militar prussiana, era o cimento com o qual foi construído o Império alemão. Os perigos que corria o «desenvolvimento livre» da Alemanha não se encontravam na Rússia, como o pensava o grupo parlamentar, mas sim na própria Alemanha. Residiam nesta particular origem contra-revolucionária da Constituição alemã, nos grupos reaccionários da sociedade alemã que, desde a fundação do Império, não cessaram de dirigir uma guerra silenciosa contra a miserável «liberdade alemã», a saber: os junkers prussianos, os provocadores da grande indústria, o *Zentrum* archi-reaccionário, o liberalismo alemão em fragmentos, o regime pessoal e, enfim, aquilo que, em conjunto, fizeram nascer: a dominação do sabre, o curso de Saverne que, precisamente antes da guerra, festejava as suas vitórias na Alemanha. Há, na verdade, uma desculpa verdadeiramente liberal para explicar a paz de cemitério que reina actualmente na Alemanha: tratava-se apenas de uma renúncia «provisória» enquanto durasse a guerra. Mas um povo politicamente maduro pode tanto renunciar «provisoriamente» aos seus direitos políticos, como um homem vivo pode «renunciar» a respirar. Um povo que admita pelo seu comportamento que o estado de sítio é uma coisa necessária durante a guerra admite, pela mesma razão, que a liberdade política não é, ao fim e ao cabo, tão indispensável como isso. Resignando-se ao estado de sítio actual — e não fazia outra coisa ao aprovar incondicionalmente os créditos de guerra e ao admitir o princípio da Sagrada União — a social-democracia só pôde exercer

um efeito desmoralizador sobre as massas populares, que são o único apoio da Constituição, enquanto do mesmo passo ela estimula e encoraja o partido da Reacção que é inimigo da Constituição.

Renunciando à luta de classes, o nosso partido desperdiçou, de um só golpe, a possibilidade de exercer uma influência real sobre a duração da guerra e sobre a forma evolutiva que poderia ter a conclusão da paz. E, por isso, a sua própria declaração oficial se volta contra ele. Um partido que se declarava solenemente contra todas as anexações — e as anexações são a consequência lógica da guerra imperialista, desde o momento em que haja sucessos militares, — desapossava-se ao mesmo tempo de todas as suas armas e de todos os meios que lhe teriam permitido mobilizar as massas populares e a opinião pública, de os unir à volta do seu ponto de vista e, por meio deles, de exercer uma pressão eficaz e controlar a guerra, contribuindo para o restabelecimento da paz. Pelo contrário: bem longe de exercer um controle, a social-democracia, adoptando a política da Sagrada União, assegurava ao militarismo a tranquilidade na retaguarda e permitia-lhe avançar sem ter em conta outros interesses que não fossem os das classes dominantes; ele dava livre curso a instintos imperialistas inactos, que aspiram precisamente às anexações e só a elas, na verdade, conduzem. Por outras palavras, aceitando o princípio da Sagrada União e, desarmando politicamente a classe operária, a social-democracia condenou a letra morta o seu próprio protesto solene contra as anexações. Mas, fazendo isto, ela obteve ainda outra coisa: o prolongamento da guerra. E, aqui, podemos apontar a perigosa armadilha para a

política do proletariado, que constitui o dogma actualmente admitido segundo o qual nós só podíamos lutar contra a guerra enquanto esta fosse uma ameaça; uma vez em guerra, o papel da política social-democrata estaria terminado; a única questão seria, então, *vitória ou derrota*; por outras palavras, a luta de classes cessaria durante a guerra. Na realidade, é depois da eclosão da guerra que o papel mais importante da política social-democrata *começa*. Lê-se na resolução adoptada em Estugarda, em 1907, pelo Congresso da Internacional, e confirmada em Bale em 1912, resolução que tinha sido adoptada por unanimidade pelos representantes do partido e dos sindicatos alemães:

«No caso de rebentar, entretanto, a guerra, era dever da social-democracia *agir para a fazer cessar imediatamente e empenhar-se, com todas as forças, a explorar a crise económica e política provocada pela guerra para pôr em movimento o povo e acelerar a abolição da dominação capitalista*».

Ora, que fez a social-democracia durante esta guerra? Exactamente o contrário do que ordenavam os Congressos de Estugarda e de Bale. Votando os créditos, mantendo a política da Sagrada União, ela esforça-se por impedir, por todos os meios, a crise económica e política, por impedir que a guerra leve as massas a movimentarem-se. Com todas as suas forças, entrega-se a salvar a sociedade capitalista da sua própria anarquia consecutiva à guerra, logo, esforça-se por prolongar a guerra indefinidamente e aumentar o número das suas vítimas.

Mas parece que não teria havido, de qualquer maneira, menos um homem morto no campo de batalha se a social-democracia não tivesse votado os créditos de guerra: eis o

raciocínio que se ouve entre os nossos parlamentares. E a imprensa do nosso partido defende geralmente o seguinte ponto de vista: nós devíamos participar na defesa do país e sustentá-la, precisamente para reduzir ao máximo o número de vítimas ensangüentadas da guerra, no interesse do nosso povo. Mas a política seguida pela social-democracia conduziu directamente ao inverso: foi a atitude «patriótica» da social-democracia, e a Sagrada União assegurada na rectaguarda, que permitiram que a guerra imperialista desencadeasse as suas fúrias sem ser inquietada. Até então, o medo da agitação interior, do furor do povo miserável, era o pesadelo perpétuo das classes dirigentes e, ao mesmo tempo, a guarda mais eficaz aos seus desejos de guerra. Conhecem-se as palavras de von Bülow, que dizia que era essencialmente por respeito para com a social-democracia que se esforçava, tanto quanto possível, por retardar a guerra. Rohrbach escreve na página 7 do seu livro *A guerra e a política, alemã*: «Se não intervissem catástrofes naturais, a única coisa que podia forçar a Alemanha à paz era a fome dos sem-pão». Ele sonhava evidentemente com uma fome que se exprime, que se põe nitidamente em evidência e que obriga as classes dirigentes a tomá-la em consideração. Escutemos finalmente o que diz um homem militar eminente, um teórico da guerra, o general von Bernhardt. Na sua grande obra, *Da guerra actual*, escreve ele:

«Assim, os exércitos de massa modernos tornam a condução da guerra mais difícil sob todos os pontos de vista. Mas, por outro lado, há neles, *um factor de perigo que não se deve subestimar*.

«O mecanismo dum tal exército é tão colossal e tão complicado que não pode conservar-se operacional e controlável, a não ser que as suas peças funcionem, pelo menos em conjunto, de maneira segura e se evite ao máximo os fortes abalos morais. Não devemos esperar a eliminação completa de tais fenómenos na guerra movimentada, nem contar com uma campanha límpida e vitoriosa. Contudo, é possível ultrapassá-los desde que se manifestem numa escala reduzida. Mas se grandes massas escapam ao controle do alto comando, se o pânico se apodera delas, se falha a logística, se o espírito de insubordinação se espalha entre as tropas, nesses casos não só as massas se tornam incapazes de resistir ao inimigo, como se transformam num perigo para elas próprias e para o comando do exército; rompem com as regras da disciplina, desarticulam o curso das operações e colocam assim o alto comando perante tarefas que ele não está à altura de executar.

«*A guerra conduzida com exércitos de massa modernos é pois, por todas as razões, um jogo arriscado*, que põe excessivamente à prova as forças pessoais e financeiras do Estado. Em tais condições, é natural que sejam tomadas disposições para *pôr rapidamente termo à guerra logo que ela rebente e para suprimir imediatamente a enorme tensão que provoca o levantamento em massa de nações inteiras*».

Políticos burgueses e técnicos militares consideravam, pois, um «jogo arriscado» a guerra moderna conduzida com exércitos de massa, e ali estava a razão essencial que podia fazer hesitar os actuais detentores do poder a desencadear a guerra, e levá-los a fazer tudo para que ela acabasse rapidamente, no caso de ela rebentar. A atitude da social-democracia no decorrer da



guerra actual — atitude que, sob todos os pontos de vista, tem tido por efeito amortecer «a enorme tensão» — dissipou-lhes as inquietações, abateu os únicos diques que se opunham à corrente desenfreada do militarismo. Produziu-se qualquer coisa que nem um Bernhardi, nem qualquer outro político burguês jamais ousou esperar: no campo da social-democracia ressoou a palavra de ordem «resistir», isto é, continuar a carnificina. E, assim, estes milhares de vítimas que caem há meses e cujos corpos cobrem os campos de batalha, pesam-nos na consciência.

## VII

Mas apesar de tudo — já que não pudemos impedir o deflagrar da guerra, agora que a guerra é, mau grado, uma realidade, e que o país se encontra diante de uma invasão inimiga — devemos deixar o nosso próprio país sem defesa, abandoná-lo ao inimigo? Deverão os Alemães abandonar o seu próprio país aos Russos, aos Franceses e os Belgas aos Alemães, os Sérvios aos Austríacos? Será que o princípio socialista do direito das nações de disporem de si próprias não diz que qualquer povo tem o direito e o dever de proteger a sua liberdade e a sua independência? Quando a casa está em chamas, não devemos antes de tudo apagar o fogo, em vez de procurar quem o ateou? Este argumento da «casa em chamas» teve grande importância na atitude dos socialistas, na Alemanha como na França, e fez igualmente escola nos países neutros; traduzido em holandês, viria a ser: quando o barco mete água, não devemos antes de tudo procurar colmatar-lhe as brechas?

Evidentemente, um povo que capitula diante do inimigo vindo do exterior é um povo indigno, tal como é indigno o partido que capitule diante do inimigo interno. Os bombeiros da «casa

em chamadas» só esqueceram uma coisa: é que, na boca de um socialista, defender a pátria não significa servir de carne para canhão, sob as ordens da burguesia imperialista. Primeiramente, no que diz respeito à «invasão», será este, verdadeiramente, o espantoso diante do qual toda a luta de classe no interior do país deveria desaparecer, como que subjugada e paralisada por um poder sobrenatural? Depois da teoria policial do patriotismo burguês e do estado de sítio, toda a luta de classe é um crime contra os interesses da «defesa nacional», porque, segundo esta teoria, a luta de classe põe em perigo e enfraquece a força armada da nação. A social-democracia oficial deixou-se impressionar por estes altos gritos. E, no entanto, a história moderna da sociedade burguesa mostra constantemente que, para a burguesia, a invasão inimiga não é o mais abominável de todos os horrores, como ela a descreve hoje, mas um meio comprovado de que ela se serve voluntariamente para lutar contra o «inimigo interno». Não fizeram os Bourbons e os aristocratas de França apelo à invasão estrangeira contra os Jacobinos? Em 1849, a contra-revolução da Áustria e dos estados pontifícios não apelaram para a invasão francesa contra Roma, e para a invasão Russa contra Budapeste? Para fazer ceder a Assembléia Nacional, não brandiu o «partido da ordem» em França a ameaça duma invasão dos cossacos? E pelo famoso tratado de 18 de Maio de 1871 — concluído entre Jules Favre, Thiers e C.<sup>a</sup> e Bismarck — não foi acordado pôr em liberdade o exército bonapartista e o sustentáculo directo das tropas prussianas para esmagar a Comuna de Paris? Para Karl Marx, esta experiência histórica bastou para denun-

ciar, há já 45 anos, as «guerras nacionais» dos modernos Estados burgueses como uma trapaça. Em *Adresse du Conseil General de l'Internationale*, diz:

«Que depois da mais terrível guerra dos tempos modernos, o exército vitorioso e o exército vencido se unissem para massacrarem em conjunto o proletariado, este acontecimento inaudito prova, não como o crê Bismarck, o esmagamento definitivo da nova sociedade ascendente, mas antes a derrocada da velha sociedade burguesa. O mais alto esforço de heroísmo de que a velha sociedade será ainda capaz é uma guerra nacional; está agora provado que é uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, para ser posta de lado logo que esta luta de classe se converta em guerra civil. A dominação de classe jamais se pode esconder sob um uniforme nacional; os governos nacionais fazem bloco contra o proletariado!»

A invasão e a luta de classes não são pois contraditórias na história burguesa, como se diz nas narrações oficiais, mas uma serve-se da outra para se exprimir. Se para as classes dirigentes, a invasão representa um meio comprovado de combater a luta de classes, da mesma maneira, para as classes revolucionárias, a mais violenta luta de classes é sempre o melhor meio de lutar contra a invasão. No limiar dos tempos modernos, a história turbulenta das cidades, e especialmente das cidades italianas, agitadas por inumeráveis subversões internas e por hostilidades exteriores, a história de Florença, de Milão com o seu combate secular contra os Hohenstaufen, mostram já que a violência e o tumulto das lutas de classe internas não só não enfraquecem a capacidade

de resistência da sociedade aos perigos exteriores, mas que, ao contrário, a sua força se tempera no fogo destas lutas e que se torna capaz de desafiar qualquer afrontamento com um inimigo vindo do exterior. Mas o exemplo mais frutífero de todos os tempos é a grande revolução francesa. Se alguma vez a expressão «inimigos de todos os lados» teve um sentido foi para a França em 1793 e, para o coração desta França, Paris. Se Paris e a França não foram submersos pela frota da Europa coligada, pelas invasões que rebentavam por todos os lados e se, pelo contrário, lhes opuseram uma gigantesca resistência enquanto aumentava constantemente o perigo e os ataques inimigos se multiplicavam, se destroçava cada nova coligação pelo milagre cada vez renovado de um ardor combativo inesgotável, tal devia-se somente às forças ilimitadas que o grande ajuste de contas das classes desencadeava no interior da sociedade. Hoje, com uma perspectiva de um século, vemos claramente que só a expressão viva deste ajuste de contas, só a ditadura do povo parisiense e o seu radicalismo brutal foram capazes de tirar da nação os meios e as forças suficientes para defender e afirmar a sociedade burguesa, que mal acabava de nascer, contra um mundo cheio de inimigos: contra as intrigas da dinastia, as pérfidas maquinações dos aristocratas, as manigâncias do clero, a rebelião de Vendeia, a traição dos generais, a resistência de sessenta departamentos e capitais da província, e contra os exércitos e as frotas reunidas da coligação monárquica européia. Uma experiência secular demonstra, por consequência, que não é o estado de sítio, mas a luta de classe plena de abnegação que desperta o respeito por si mesma, o heroísmo e a força moral das

massas populares, que é a melhor defesa, a melhor protecção de um país contra o inimigo exterior.

A social-democracia caiu no mesmo equívoco trágico quando, para justificar a sua atitude nesta guerra, reivindicou o direito das nações a disporem de si mesmas. É verdade: o socialismo reconhece a cada povo o direito à independência e à liberdade, à livre disposição do seu próprio destino. Mas é uma pura zombaria do socialismo propor os Estados capitalistas actuais como expressão deste direito de livre disposição. Em qual destes Estados pôde pois a Nação dispor até aqui das formas e condições da sua existência nacional, política ou social?

Os democratas de 1848, os defensores da causa do povo alemão, Marx, Engels e Lassale, Bebel e Liebknecht proclamaram e defenderam o que significa a livre-disposição do povo alemão, o que supõe um tal princípio: *é a grande Republica alemã*. Foi por este ideal que os combatentes de Março verteram o seu sangue nas barricadas em Viena e em Berlim; foi para realizar este programa que Marx e Engels queriam constranger a Prússia a fazer a guerra contra o tzarismo russo em 1848. Para executar este programa nacional, era primeiramente necessário liquidar este «monte de podridão organizada» chamado monarquia habsburguesa, abolir a monarquia militar prussiana tal como as duas dúzias de pequenas monarquias na Alemanha. A derrota da Revolução alemã, a traição da burguesia alemã contra os seus próprios ideais democráticos, conduziram ao regime de Bismarck e à sua obra política: a grande Prússia actual, com as vinte pátrias sob um único capacete em bico, chamado Império Alemão. A Alemanha actual está edificada sobre o

túmulo da revolução de Março, sobre as ruínas do direito do povo alemão à sua livre disposição. A guerra actual, que, para além da conservação da Turquia, tem por finalidade a conservação da burguesia habsburguesa e o reforço da monarquia militar prussiana, é um novo enterro dos mortos de Março e do programa nacional da Alemanha. E há uma ironia verdadeiramente diabólica da história no facto de os sociais-democratas, os herdeiros dos patriotas alemães de 1848, entrarem nesta guerra agitando o estandarte do «direito das nações a disporem de si próprias». A menos que a Terceira República com as suas possessões coloniais em quatro continentes e as suas atrocidades coloniais em dois continentes, seja a expressão da «livre disposição» da nação francesa? Ou melhor, talvez o Império Britânico com as Índias e o domínio de um milhão de brancos sobre uma população negra de cinco milhões de habitantes na África do Sul? Ou ainda a Turquia ou o Império czarista?... Só um político burguês, para quem a humanidade é representada pelas raças dos senhores e uma nação pelas suas classes dirigentes, pode falar de «livre disposição» a propósito dos Estados coloniais. No sentido socialista do conceito de liberdade, não se poderá falar de nação livre, quando a sua existência nacional repousa sobre a subjugação à escravatura de outros povos, porque os povos coloniais, também eles, são povo e fazem parte do Estado. O socialismo internacional reconhece às nações o direito de serem livres, independentes e iguais. Mas só ele é capaz de criar tais nações, só ele pode conseguir que o direito dos povos a disporem de si próprios se torne uma realidade. Esta palavra de ordem do socialismo é também, como todas

as outras, não uma santificação do estado de coisas existentes, mas uma indicação e um estimulante para a política activa do proletariado que se emprega a operar transformações revolucionárias. Enquanto existirem Estados capitalistas e, em particular, enquanto a política imperialista determinar e modelar a vida interior e exterior dos Estados, o direito dos povos a disporem de si próprios em nada se assemelhará à maneira como este direito é praticado tanto durante a guerra como em tempo de paz.

Há mais. No quadro imperialista actual, não poderá haver guerra defensiva, guerra nacional, e os socialistas que não tiverem em conta este quadro histórico determinante, que, no meio do tumulto do mundo, quiserem colocar-se num ponto de vista particular, no ponto de vista de um país, constroem a sua política sobre uma falsa base.

Já anteriormente tentamos mostrar as razões de fundo do conflito actual entre a Alemanha e os seus adversários. Era necessário aclarar as forças reais e as conexões internas da actual guerra, porque, na posição adoptada pelo nosso grupo parlamentar como nos argumentos da nossa imprensa, o argumento decisivo tem sido: defesa da liberdade e da cultura alemãs. Contra esta afirmação, é necessário reportarmo-nos à verdade histórica: trata-se aqui de uma guerra preventiva há anos preparada pelo imperialismo alemão, provocada pelos objectivos da sua *Weltpolitik* e desencadeada, com pleno conhecimento, no Verão de 1914, pela diplomacia alemã e austríaca. Mas, por outro lado, quando se quer fazer um juízo geral sobre a guerra mundial e analisar a sua importância para a política de classe do proletariado, o problema de saber quem é o agressor e o agre-

dido, o problema da «culpabilidade» é totalmente desprovido de sentido. Se a Alemanha está empenhada, menos do que qualquer outro país, numa guerra defensiva, também o estão a França e a Inglaterra; porque o que estas nações «defendem» não é a sua posição nacional, mas a que ocupam na política mundial, as suas velhas possessões imperialistas ameaçadas pelos assaltos do recém-chegado alemão. Se as incursões do imperialismo alemão e do imperialismo austríaco no Oriente pegaram indubitavelmente fogo ao rastilho, por seu lado o imperialismo francês, explorando Marrocos, o imperialismo inglês preparando a pilhagem da Mesopotâmia e da Arábia e urdindo todas as medidas para assegurar o seu despotismo da Índia, o imperialismo russo pela sua política nos Balcãs dirigida contra Constantinopla, a pouco e pouco acabaram por encher o paiol. Os preparativos militares tiveram importância primordial: serviram de detonador que desencadeou a catástrofe, mas tratava-se de uma competição na qual participavam todos os Estados. E se foi a Alemanha em 1870 que, pela política de Bismarck, deu o primeiro impulso à corrida aos armamentos, a política do Segundo Império tinha-lhe preparado o terreno e em seguida foi encorajada pela política aventureira da Terceira República, pela sua expansão na Ásia Oriental e em África.

O que deu aos socialistas franceses a ilusão de que se tratava de «defesa nacional», foi o facto de o governo e todo o povo francês não alimentarem nenhuma intenção bélica em Julho de 1914. «Hoje, toda a gente em França é pela paz, sincera e lealmente, sem reservas e sem restrições», atestava Jaurès no seu último discurso, que pronunciou, na véspera da guerra,

na Casa do Povo de Bruxelas. O facto é perfeitamente plausível, e pode explicar psicologicamente a indignação que se apoderou dos socialistas franceses quando uma guerra criminosa foi imposta pela força ao seu país. Mas isso não é suficiente para julgar a guerra mundial enquanto fenómeno histórico, e para permitir à política proletária uma tomada de posição a este respeito. A história que gerou a guerra actual não começou em Julho de 1914, mas remonta alguns anos atrás, ao longo dos quais foi urdida fio por fio com a necessidade de uma lei natural, até ao ponto em que o fio, nas malhas cerradas da política mundial imperialista, envolveu os cinco continentes — um formidável complexo histórico de fenómenos cujas raízes descem às profundidades plutónicas do devir económico, e em que a extremidade dos ramos assinala a direcção de um novo mundo, ainda indistinto, que começa a despontar, de fenómenos que, pela sua gigantesca grandeza, tornam inconscientes os conceitos de falta e de expiação, de defesa e de ataque.

A política imperialista não é obra de um país ou de um grupo de países. É o produto da evolução mundial do capitalismo num dado momento da sua maturação. É um fenómeno por natureza internacional, um todo inseparável que só se compreende nas suas relações recíprocas e ao *qual nenhum Estado poderá encapar*.

É somente a partir deste ponto de vista que se pode avaliar correctamente, na guerra actual, o problema da «defesa nacional». O Estado nacional, a unidade e a independência nacionais, tais eram as bandeiras ideológicas à sombra das quais se constituíam os grandes Estados burgueses no coração da Europa no século passado. O capitalismo é incompatível com o particula-

rismo dos pequenos Estados, com um parcelamento político e econômico; para se desenvolver, necessita de um território coerente, tão grande quanto possível, dum mesmo nível de civilização; sem o que as necessidades da sociedade se não poderiam elevar ao nível requerido pela produção mercantil capitalista, nem fazer funcionar o mecanismo da dominação burguesa moderna. Antes de estender as suas malhas sobre todo o globo, a economia capitalista procurou criar um único território nos limites nacionais dum Estado. Este programa, dado o xadrez político e nacional tal como tinha sido transmitido, pelo feudalismo medieval, só podia realizar-se pelas vias revolucionárias. Só o foi em França durante a grande Revolução. No resto da Europa (tal como a revolução burguesa em qualquer parte), este programa não foi além do esboço, parou a meio do caminho. O Império alemão e a Itália de hoje, a conservação da Austria-Hungria e da Turquia até aos nossos dias, o Império russo e a Commonwealth britânica, são disso provas vivas. O programa nacional não teve importância histórica, enquanto expressão ideológica da burguesia ascendente aspirando ao poder no Estado, senão no momento em que a sociedade burguesa se instalou mais ou menos nos grandes Estados do centro da Europa e aí criou os instrumentos e as condições indispensáveis da sua política.

Desde então, o imperialismo esqueceu completamente o velho programa burguês democrático: a expansão para além das fronteiras nacionais (quaisquer que sejam as condições nacionais dos países anexados) tornou-se a plataforma da burguesia de todos os países. É certo que o espírito nacional permaneceu, mas o seu conteúdo real e a sua função transforma-

ram-se no seu contrário. Serve somente para mascarar, bem ou mal, as aspirações imperialistas, a não ser que seja utilizado como grito de guerra, nos conflitos imperialistas, único e último meio ideológico de captar a adesão das massas populares e de as fazer servir de carne para canhão nas guerras imperialistas.

A tendência geral da política capitalista actual domina a política de cada Estado como uma lei cega e toda poderosa, da mesma maneira que as leis da concorrência económica determinam rigorosamente as condições de produção para cada empresa particular.

Imaginemos por um instante — para dissipar o fantasma da «guerra nacional» que domina actualmente a política social-democrata — que, num dos Estados contemporâneos, a guerra tenha efectivamente começado como uma simples guerra de defesa nacional: vemos que os sucessos militares conduzem, antes de tudo, à ocupação dos territórios estrangeiros. Mas na presença de grupos capitalistas altamente influentes, interessados em aquisições imperialistas, os apetites de expansão revelam-se durante a guerra, e a tendência imperialista que, no início desta, estava em germe ou adormecida, vai desenvolver-se com todas as suas forças e vai determinar o carácter da guerra, seus fins e suas conseqüências. Por outro lado, o sistema de aliança entre os Estados militares que, há dezenas de anos, domina as relações políticas dos Estados, implica necessariamente que cada uma das partes beligerantes, de um ponto de vista puramente defensivo, procure chamar para o seu lado os aliados. Por este facto, a guerra arrasta sem cessar novos países e, assim, inevitavelmente, os interesses imperia-

listas da política mundial são atingidos e novos interesses se criam.

A Inglaterra arrastou o Japão para a guerra, fez passar a guerra da Europa à Ásia Oriental e pôs na ordem do dia o destino da China, atçou as rivalidades entre o Japão e os Estados Unidos, entre ela e o Japão — e assim acumulou com que alimentar novos conflitos. Da mesma forma, no outro campo, a Alemanha arrastou a Turquia para a guerra, o que conduz ao mesmo tempo à liquidação da questão de Constantinopla da questão dos Balcãs e do Próximo-Oriente. Quem não tivesse compreendido que, nas suas causas e nos seus pontos de partida, a guerra mundial era já uma guerra puramente imperialista, pode aperceber-se em todo o caso, depois dos seus efeitos, que a guerra devia, nas condições actuais, transformar-se num processo imperialista de partilha do mundo segundo um encadeamento inteiramente mecânico e inevitável. Foi o que se produziu, por assim dizer, desde o princípio. Como o equilíbrio de forças fica constantemente precário entre as partes beligerantes, cada uma delas é obrigada, de um ponto de vista puramente militar, a reforçar a sua própria posição e a preservar-se do perigo de novas hostilidades, e de conduzir à trela os países neutros, procedendo a toda uma série de combinações com os povos e os países. Ver as «ofertas» germano-austríacas de um lado e as anglo-russas do outro feitas na Itália, na Romênia, na Grécia e na Bulgária. A dita «guerra de defesa nacional» tem pois como consequência para os países neutros um deslocamento geral das possessões e das relações de força, dirigido expressamente no sentido da expansão.

Enfim, como hoje todos os Estados capitalistas têm possessões coloniais e como em caso de guerra, mesmo se esta se inicia como uma «guerra de defesa nacional», as colônias são atraídas por razões puramente militares, e como cada Estado beligerante procura ocupar as colônias do adversário ou pelo menos provocar aí um levantamento — ver a extorsão das colônias alemãs pela Inglaterra e as tentativas feitas para desencadear a «guerra santa» nas colônias inglesas e francesas, — toda a guerra actual se deve transformar automaticamente numa conflagração mundial do imperialismo.

Assim esta idéia de uma guerra modesta e virtuosa para a defesa da pátria que hoje se apoderou dos nossos parlamentares e dos nossos jornalistas é uma pura ficção que impede toda a análise de fundo da situação histórica no seu contexto mundial. O elemento determinante quanto à natureza da guerra, é a natureza histórica da sociedade contemporânea e da sua organização militar, e não as declarações solenes nem mesmo as sinceras intenções dos «dirigentes» políticos.

O esquema duma pura «guerra de defesa nacional» podia talvez, à primeira vista, aplicar-se a um país como a Suíça, Mas, como que por sorte, acontece que a Suíça não é nem um Estado nacional nem um estado representativo dos Estados actuais. A sua «neutralidade» e o luxo da sua milícia não são mais do que produtos negativos do estado de guerra latente das grandes potências militares que a circundam e perdurarão enquanto ela se puder acomodar nesta situação. Uma tal neutralidade é desprezada num abrir e fechar de olhos, pelas botas do imperialismo, no decurso de uma guerra mundial: testemunha isto a sorte da Bélgica.

Aqui, chegamos muito especialmente à situação dos pequenos Estados. O caso da Sérvia constitui hoje o melhor meio de pôr à prova o mito da «guerra nacional». Se há um Estado que reivindique o direito da defesa nacional depois de todos os indícios formais exteriores, esse Estado é a Sérvia. Privada da sua unidade nacional pelas anexações da Austria, ameaçada por esta na sua existência nacional e por ela também encurralada numa guerra sem possibilidades de saída, a Sérvia defende uma verdadeira causa nacional para salvaguardar a sua existência e a sua liberdade. Se a posição do grupo social-democrata alemão é justa, então os social-democratas sérvios que protestaram contra a guerra perante o parlamento de Belgrado e que recusaram os créditos de guerra, são pura e simplesmente traidores: eles teriam traído os interesses vitais do seu próprio país. Na realidade, os Sérvios Lapchewitch e Kazlerowitch não somente estão inscritos em letras de ouro na história do socialismo internacional, como deram provas de uma penetrante visão histórica das circunstâncias reais da guerra e, por isso, prestaram um assinalado serviço ao seu país e ao desenvolvimento do seu povo.

Formalmente, a Sérvia está metida sem qualquer dúvida numa guerra de defesa nacional. Mas as tendências da sua monarquia e das suas classes dirigentes manifestam-se no sentido da *expansão*, como as tendências das classes dirigentes de todos os Estados actuais, sem ter em conta as fronteiras nacionais, e tomando por isso um carácter agressivo. É o caso da tendência da Sérvia para a Costa Adriática, onde, com a Itália, resolveu um verdadeiro diferendo imperialista às costas da Albânia, e cujo resultado se decidiu sem a

Sérvia, entre as grandes potências. Contudo, o ponto capital é o seguinte: atrás do imperialismo sérvio, encontra-se o imperialismo russo. A Sérvia não é mais que um peão no grande xadrez da política mundial e qualquer análise da atitude da Sérvia face à guerra, que não tenha em conta todo este contexto e o pano de fundo da política geral, é uma construção sem bases.

Isto diz respeito igualmente à última guerra dos Balcãs. Se se consideram as coisas isoladamente e de um modo formal, os jovens Estados balcânicos estavam historicamente no seu direito, executavam o velho programa democrático do Estado nacional. No entanto, situados no seu contexto histórico real que fez dos Balcãs o centro da política imperialista mundial, as guerras dos Balcãs não eram objectivamente um pormenor do quadro geral das hostilidades, um anel da cadeia fatídica dos acontecimentos que conduziram à guerra mundial com uma fatal necessidade. A social-democracia internacional rendeu aos socialistas dos países balcânicos em Bale a mais calorosa ovação pela sua recusa a toda e qualquer colaboração moral ou política na guerra dos Balcãs e por terem desmascarado a verdadeira feição desta guerra; deste modo, ela condenou, avançada no tempo, a atitude dos socialistas alemães e franceses na actual guerra.

Contudo, hoje todos os pequenos Estados se encontram na mesma situação dos Estados balcânicos; por exemplo a Holanda. «Quando o barco mete água é necessário antes de tudo procurar colmatar-lhe as brechas». Com efeito, que outra razão levaria a pequena Holanda a agir senão pura e simplesmente a defesa nacional, a defesa da existência e da independência



do país? Se se toma apenas em consideração as *intenções* do povo holandês, não se tratará de outra questão que não seja a defesa nacional. Mas a política proletária que repousa sobre o conhecimento histórico não pode tem em conta as intenções subjectivas dum país particular; ela deve colocar-se num nível internacional e orientar-se em relação à totalidade da situação da política mundial. A Holanda, quer queira quer não, não é, ela também, senão uma pequena peça de toda a engrenagem da actual política e diplomacia mundial. Isto saltaria imediatamente à vista no caso de a Holanda ser efectivamente arrastada para o Maëlström da guerra mundial. Primeiro que tudo os seus adversários procurariam arrebatá-lhe as suas colónias; a estratégia da Holanda durante esta guerra teria pois, muito naturalmente, por finalidade a conservação das suas possessões actuais, e a defesa da independência nacional do povo flamengo. Do mar do Norte lançar-se-ia por certo na defesa do seu direito de dominar e explorar o povo malaio do arquipélago indonésio. Mas não é tudo: entregue a si mesmo, o militarismo holandês quebrar-se-ia como umia casca de noz no turbilhão da guerra mundial; a Holanda imediatamente faria parte, quer quisesse, quer não, de uma das grandes associações de Estados combatentes e, deste modo, tornar-se-ia também o suporte e o instrumento de tendências puramente imperialistas.

Assim, cada vez mais, o carácter da guerra para cada país particular é determinado pelo quadro histórico do imperialismo actual e este quadro faz com que *nos nossos dias, as guerras de defesa nacional não sejam absolutamente possíveis*.

Era o que Kautsky escrevia também, há alguns anos apenas, na sua brochura *Patriotismo e social-democracia* (Leipzig, 1907):

«Se o patriotismo da burguesia e o patriotismo do proletariado são duas coisas completamente diferentes, e mesmo opostas, há apesar de tudo situações nas quais estas duas espécies de patriotismo podem convergir para agirem de acordo mesmo no caso de uma guerra. A burguesia e o proletariado de uma nação estão, tanto a como o outro, interessados na sua independência e na sua autonomia; os dois querem a eliminação e o afastamento de toda a espécie de opressão e de exploração por uma nação estrangeira. No decurso das lutas nacionais nascidas de idênticas aspirações, o patriotismo do proletariado está sempre unido ao da burguesia. Contudo, depressa o proletariado se converte numa força que se revela perigosa para as classes dirigentes, cada vez que o Estado sofre grande abalo; além disso, no fim de qualquer guerra, surge a ameaça da revolução, como o mostraram a Comuna de Paris e o terrorismo russo, depois da guerra russo-turca; e assim, a burguesia das nações cuja independência e unidade é nula ou quase, abandona efectivamente os seus fins nacionais quando eles não podem ser atingidos senão pela mudança de governo, porque ela dá menos valor à independência e grandeza da nação, do que à Revolução que detesta e teme. E por isso que ela renuncia à independência da Polónia e permite que subsistam formas de Estados tão antediluvianos como a Áustria e a Turquia, que há já uma geração, pareciam destinados a desaparecer. Deste modo, os problemas nacionais que agora só podem ser resolvidos pela guerra ou revolução, não poderão de hoje em diante encontrar uma solu-

ção senão após a vitória prévia do proletariado. Porque, face à solidariedade internacional, eles tomam imediatamente uma forma em tudo distinta da de hoje, na sociedade de exploração e de opressão. O proletariado dos Estados capitalistas já não se ocupará, como hoje, das suas lutas práticas; poderá consagrar todas as suas forças a outras tarefas». (pp. 12-14).

«Entretanto cada vez se torna menos possível que o patriotismo proletário e o patriotismo burguês possa ainda unir-se para defender a liberdade do seu país». A burguesia francesa, diz ele, uniu-se ao tzarismo. A Rússia já não é um perigo para a liberdade da Europa ocidental, porque está enfraquecida pela revolução. «Nestas condições, já não devemos esperar assistir ainda a *uma guerra de defesa nacional*, durante a qual o patriotismo proletário e o patriotismo burguês pudessem aliar-se». (p. 10).

«Vimos atrás que tinham acabado as oposições que, ainda no século XIX, podiam obrigar muitos povos livres a entrar em conflito armado com os seus vizinhos; vimos que o militarismo actual já não servia em nada a defesa dos interesses essenciais do povo, mas somente a defesa do lucro; *que já não contribuía para manter a independência e a integridade nacionais, que não são ameaçadas por ninguém, mas somente para conservar e estender as conquistas de além-mar que favorecem unicamente o lucro capitalista. As oposições actuais entre os Estados já não podem ocasionar uma guerra à qual o patriotismo proletário se não oporia da maneira mais categórica*». (p. 23).

Que resulta de tudo isto no que diz respeito à atitude prática da social-democracia na guerra actual? Devia declarar: já que esta guerra é uma guerra imperialista, já que o Estado no

qual nós vivemos não responde ao direito socialista da livre disposição, nem ao ideal nacional, não nos importamos, abandonamo-lo ao inimigo? Nunca a atitude passiva do *laisser faire, laisser passer* pôde ser a linha de conduta de um partido revolucionário como a social-democracia. O papel da social-democracia não é colocar-se sob o comando da classe dirigente para defender a sociedade de classes existente, nem ficar silenciosamente de parte, esperando que a tormenta passe, mas antes seguir *uma política de classes independente* que, em cada grande crise da sociedade burguesa, force as classes dirigentes a ir até ao fim e, deste modo, destrua a crise: eis a sua tarefa, enquanto que vanguarda do proletariado em luta. Em vez de encobrir a guerra imperialista sob o véu falacioso da defesa nacional, tratava-se precisamente de tomar a sério, de utilizar como alavancas revolucionárias e de voltar contra a guerra imperialista o direito da livre disposição dos povos e da defesa nacional. Tomar nas suas próprias mãos a sua defesa é a exigência mais elementar da defesa de uma nação. A primeira etapa nesta direcção é a *milícia*, a saber: não somente o armamento imediato de todos os homens adultos, mas também, antes de tudo, a possibilidade para o povo de decidir da guerra e da paz, e ainda o restabelecimento imediato de todos os direitos políticos, porque é fundamento indispensável da defesa nacional popular a maior liberdade política. Proclamar estas verdadeiras medidas de defesa nacional e exigir a sua aplicação, era a primeira tarefa da social-democracia. Durante quarenta anos, explicamos às classes dirigentes e às massas populares que, só mesmo à milícia pertencia defender realmente a pátria e torná-la invencí-

vel. E eis que, no momento em que se deparava a primeira grande prova, nós abandonamos, como se fosse a própria evidência, a defesa do país ao exército permanente, esta carne para canhão sob o poder discricionário das classes dirigentes. Visivelmente, os nossos parlamentares não notaram que ao acompanharem com os seus «ardentes votos» esta carne para canhão que partia para a frente de combate e ao reconhecerem que ela era a verdadeira defesa da pátria, ao admitirem sem nenhum comentário que o exército real prussiano permanentemente fosse a sua salvaguarda na hora do maior perigo, eles deixavam friamente cair por terra o ponto capital do nosso programa político — a milícia — que eles reduziam a nada o significado de quarenta anos de agitação sobre a questão da milícia, que eles faziam dela uma mistificação utópica que ninguém mais tomará a sério<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> «Se, apesar de tudo, o grupo parlamentar social-democrata votou por unanimidade os créditos de guerra — escrevia a 6 de Agosto o órgão do partido em Munique, — se acompanhou com os seus ardentes votos todos aqueles que iam defender o Reich alemão, o que pela sua parte não era uma «manobra táctica», tal conduta decorria naturalmente da atitude de um partido que sempre esteve disposto a confiar a defesa do país a um exército popular, para substituir um sistema que lhe parecia reflectir mais a dominação de classe do que a vontade da nação em se defender contra ataques insolentes».

Parecia!... No *Neue Welt*, a guerra actual é mesmo directamente erigida em «guerra popular», o exército permanente em «exército popular» (ver n.º 20 e 25 de Agosto-Setembro de 1914).

O escritor militar social-democrata, Hugo Schulze, num relatório de guerra de 24 de Agosto de 1914, faz o elogio do «forte espírito de milícia» que «anima» o exército habsburguês!...

Os mestres do proletariado internacional compreendiam de outra forma a defesa da pátria. Quando o proletariado toma o poder em 1871, na cidade de Paris, cercada pelos Prussianos, Marx comentava assim, com entusiasmo, a sua acção:

«Paris, sede do antigo poder governamental e, ao mesmo tempo, fortaleza social da classe operária francesa, tomara as armas contra a tentativa feita por Thiers e seus rurais para restaurar e perpetuar este antigo poder governamental, que lhe tinha legado o Império. Paris somente podia resistir porque, apesar do cerco, estava livre do exército e tinha-o substituído por uma guarda nacional, cuja massa era constituída por operários. Era este estado de coisas que agora se tratava de transformar numa instituição durável. O primeiro decreto da Comuna foi, pois, a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado. (...) Se a Comuna era a verdadeira representação de todos os elementos são da sociedade francesa e, por conseguinte o verdadeiro governo nacional, era, por conseguinte, o verdadeiro governo operário e, a este título, na sua qualidade de campeão audacioso da emancipação do trabalho internacional no pleno sentido do termo. Sob os olhos do exército prussiano, que tinha anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexava à França os trabalhadores do mundo inteiro». (*Adresse du Conseil General de l'Internationale*).

E como é que concebiam os nossos velhos mestres o papel da social-democracia numa guerra como a que conhecemos hoje? Friedrich Engels descrevia, como se segue, as linhas fundamentais da política que o partido do proletariado deve adoptar numa grande guerra:

«Numa guerra em que Russos e Franceses invadissem a Alemanha, seria para esta um combate de vida ou de morte, no qual ela só poderá assegurar a sua existência nacional *se recorrer às medidas mais revolucionárias*. O governo actual, se a tal não for forçado, é certo que não desencadeará a revolução. Mas nós, nós temos um partido forte, *que a isso o pode forçar, ou substituí-lo, se necessário for: o partido social-democrata*.

Não esqueçamos o exemplo prestigioso que nos deu a França de 1793. O jubileu do centenário de 1793 aproxima-se. Se o ardor da conquista do tzarismo e a importância chauvinista da burguesia francesa deviam retardar o avanço vitorioso, mas pacífico, dos sociais-democratas alemães, estes — tenham a certeza — estão prontos a provar ao mundo *que os proletários alemães de hoje não são indignos dos sans-culottes, e que 1893 pode ser colocado ao lado de 1793*. E se os soldados estrangeiros põem pé em território alemão, serão acolhidos por estas palavras da *Marselhesa*:

«Quoi, ces cohortes étrangères

Feraient la loi dans nos foyers?» Numa palavra: a paz significa a certeza da vitória do partido social-democrata alemão dentro de cerca de dez anos, A guerra trar-lhe-á, quer a vitória dentro de dois ou três anos, quer a ruína completa para 15 ou 20 anos pelo menos».

Quando Engels escrevia isto, examinava toda uma situação, que não a actual. Ele ainda tinha presente o velho Império tzarista, enquanto nós, desde então, conhecemos a grande Revolução russa. E mais, ele previa uma verdadeira guerra de defesa nacional da Alemanha atacada simultaneamente a leste e a oeste.

Enfim, sobrestimara o grau de evolução da situação na Alemanha e as perspectivas de uma revolução social: os verdadeiros militantes têm muitas vezes a tendência para sobrestimar o ritmo da evolução. Mas o que, em todo o caso, ressalta claramente da sua análise, é que Engels não entendia por defesa nacional, no sentido da política social-democrata, o apoio ao governo dos junkers prussianos e do seu estado-maior, mas uma acção revolucionária que seguiria o exemplo dos Jacobinos franceses.

Sim, os sociais-democratas devem defender o seu país nas grandes crises históricas. E a grave falha do grupo social-democrata do Reichstag é ter proclamado solenemente na sua declaração de 4 de Agosto de 1914: «Na hora de perigo, não deixaremos a nossa pátria sem defesa», e de ter, ao mesmo tempo, renegado as suas palavras. Deixou a pátria sem defesa na hora de maior perigo. Porque o seu primeiro dever em relação à pátria era, nesse momento, mostrar-lhe os verdadeiros pontos secretos desta guerra imperialista, romper a cadeia de mentiras patrióticas e diplomáticas que camuflava este atentado contra a pátria; declarar alto e em bom som que, nesta guerra, a vitória e a derrota eram igualmente funestas para o povo alemão; resistir até ao limite, ao estrangulamento da sua pátria, por meio do estado de sítio; proclamar a necessidade de armar imediatamente o povo e deixar ele mesmo decidir a questão da guerra ou da paz; com as últimas energias exigir que a representação popular delibere permanentemente durante a guerra, para assegurar o controlo vigilante da representação popular sobre o governo e do povo sobre a representação popular; exigir a abolição imediata de todas as limitações dos direitos políti-

cos, porque só um povo livre pode defender com sucesso o seu país; opor, finalmente, ao programa imperialista da guerra — que tende à conservação da Áustria e da Turquia, isto é, da reacção na Europa e na Alemanha — o velho programa verdadeiramente nacional dos patriotas e democratas de 1848, o programa de Marx, Engels e Lassalle: a palavra de ordem da grande e indivisível República alemã, Eis a bandeira que era necessário desfraldar perante o país, que teria sido verdadeiramente nacional, verdadeiramente libertadora e que teria respondido às melhores tradições da Alemanha e da política de classe internacional do proletariado. A grande hora histórica da guerra mundial reclamava manifestamente uma acção política resoluta, uma tomada de posição de vistas largas e profundas, uma orientação superior do país que só a social-democracia era chamada a propor. Em lugar disto, assistiu-se a uma falha lamentável e sem exemplo, por parte da representação parlamentar da classe operária, que tinha a palavra neste momento. Pela falta dos seus dirigentes, a social-democracia não só seguiu uma falsa política como fundamentalmente não seguiu política nenhuma; enquanto partido de uma classe dotado da sua própria visão do mundo, ela pôs-se completamente fora de circulação; abandonou sem hesitar o país à sorte impiedosa da guerra imperialista, à ditadura do saber, e mais, assumiu a responsabilidade da guerra. A declaração do grupo parlamentar diz que só votou a favor dos meios necessários à defesa do país, mas que declina a responsabilidade da guerra. Ora, é precisamente o inverso que é verdadeiro. Os meios necessários a esta «defesa nacional», isto é, à carnificina humana desencadeada pelo imperialismo,

por meio dos exércitos da monarquia militar, a social-democracia não tinha necessidade alguma de os votar, porque a sua execução não dependia, por nada deste mundo, do voto dos sociais-democratas: estes estavam em minoria face à compacta maioria dos três quartos do Reichstag burguês. Pelo seu voto espontâneo, o grupo social-democrata só conduziu a uma coisa: atestar a unidade de todo o povo durante a guerra, proclamar a Sagrada União, isto é, a suspensão da luta de classe, a interrupção da política de oposição da social-democracia durante a guerra, logo, assumir a co-responsabilidade moral da guerra. Pelo seu voto espontâneo, ele marcou esta guerra com o sinete da defesa democrática da pátria, contribuiu para iludir as massas sobre as verdadeiras tarefas da defesa da pátria e subscreveu esta mistificação.

Assim, o grave dilema: interesses da pátria ou solidariedade internacional do proletariado, o conflito trágico que incitou os nossos parlamentares a reunir «de coração pesado» o campo da guerra imperialista, não é senão pura invenção, uma ficção nacionalista burguesa. Pelo contrário, entre os interesses do país e os interesses de classe da Internacional proletária, existe uma perfeita harmonia, tanto durante a guerra como durante a paz, exige o mais intenso desenvolvimento da luta de classes e a defesa mais resoluta do programa social-democrata.

Mas que devia o nosso partido fazer para sublinhar a sua oposição à guerra e suas exigências? Devia proclamar a greve em massa? Ou antes exortar os soldados a recusarem-se a servir? É assim que habitualmente se põe o problema. Responder sim a tais questões, seria tão ridículo como se o partido se pusesse a

decretar: «Se rebentar a guerra, então fazemos a revolução». As revoluções não são «feitas» e os grandes movimentos populares não são postos em cena com receitas técnicas que saiam do bolso dos dirigentes das instâncias do partido. Pequenos círculos de conspiradores bem podem «preparar» um putsch para um dia e uma hora precisos, podem no momento requerido dar o sinal de «ataque» a alguns milhares de partidários, mas os grandes momentos da história, os movimentos de massa não são dirigidos por meios tão primitivos.

«A mais bem preparada» greve de massas pode em certas circunstâncias não ter sucesso, precisamente no momento em que um chefe de partido dá «o sinal», ou até, depois do primeiro impulso, cair completamente. Se sob uma forma ou outra, se realizam grandes manifestações populares e acções de massas, o que decide é todo um conjunto de factores económicos, políticos e psíquicos, a tensão das oposições de classe num dado momento, o grau de consciência e de combatividade das massas — tudo factores imprevisíveis que nenhum partido pode produzir artificialmente. Aí reside toda a diferença entre as grandes crises da história e as pequenas acções de parada que em período calmo um partido bem disciplinado pode executar delicadamente sob a batuta das suas «instâncias». A hora histórica exige a cada momento formas correspondentes do movimento popular e *ela própria cria, novas formas*, improvisa meios de luta até ali desconhecidos, escolhe e enriquece o arsenal do povo, indiferente a todas as prescrições dos partidos.

O que os dirigentes da social-democracia tinham a propor enquanto vanguarda do proletariado consciente, não eram pois prescrições

e receitas ridículas de natureza técnica, mas *a palavra de ordem política, a formulação clara das tarefas e das interesses políticos do proletariado, durante a guerra*. O que se disse da greve de massas, a propósito da revolução russa, pode aplicar-se a qualquer movimento de massas:

«Se é pois verdade que é no período revolucionário que reaparece a direcção da greve no sentido da iniciativa do seu desencadeamento e do encargo total das despesas, não é menos verdade que, por outro lado, a direcção nas greves de massas reaparece na social-democracia, e nos seus organismos directores. Em vez de se pôr o problema da técnica e do mecanismo da greve de massas, a social-democracia é chamada, num período revolucionário, a tomar a direcção *política*. O mais importante papel de «direcção» no período da greve de massas consiste em dar a palavra de ordem da luta, em orientá-la, em regular a *táctica* da luta política de tal modo que, em cada frase e a cada instante do combate, seja realizada e posta em acção a totalidade da força do proletariado, já decidido e lançado na batalha, e que esta força se exprima pela posição do partido na luta; é necessário que a *táctica* da social-democracia nunca se encontre, quanto à energia e à precisão abaixo do nível das relações de forças em presença, mas que, pelo contrário, ela ultrapasse este nível; então, esta direcção política transformar-se-á automaticamente e em certa medida numa direcção técnica. Uma *táctica* socialista conseqüente, resoluta, sempre à frente, provoca nas massas um sentimento de segurança, de confiança, de combatividade; uma *táctica* hesitante, fraca, fundada numa subestimação de forças do proletariado, paralisa e desorienta as massas,

No primeiro caso, as greves em massa rebentam «espontaneamente» e sempre «em tempo oportuno»; no segundo caso, a direcção do partido bem pode convidar directamente à greve — é em vão»,

A prova de que não se trata de forma exterior, técnica da acção, mas do seu conteúdo político, é por exemplo o facto de *a tribuna do parlamento*, este lugar único de onde se pode fazer ouvir livremente e ter uma audiência internacional, ter podido neste caso tornar-se um meio prodigioso de estimular o povo, se tivesse sido utilizada pelos deputados sociais-democratas para exprimir de forma clara e distinta, os interesses, as tarefas e as exigências da classe operária nesta crise.

E teriam as massas apoiado pela sua atitude estas palavras de ordem da social-democracia? Ninguém o pode dizer no auge da acção. Mas de maneira nenhuma é este o ponto decisivo. «Com confiança», os nossos parlamentares deixaram muito bem partir para a guerra os generais do exército prusso-alemão, sem lhes exigir a certeza de que seriam vencedores e que a possibilidade duma derrota estava excluída. O que é válido para os exércitos militares é-o também para os exércitos revolucionários: entram em combate onde ele se manifeste, sem reclamar de antemão a certeza do sucesso. No pior dos casos, a voz do partido ficaria de início sem efeito visível. E a atitude viril do nosso partido ter-lhe-ia valido de certeza as maiores perseguições, como fora o caso de 1870 para Bebel e Liebknecht. «Mas o que é que isso pode provocar?» — dizia muito simplesmente Auer em 1895 no seu discurso sobre as festas de Sedan — «um partido que quer conquistar o mundo deve manter bem alto os seus princípios, sem

ter em conta os perigos que isso implica; estaria perdido se agisse de outra forma!»

Não é nada fácil nadar contra a corrente — escrevia o velho Liebknecht — e quando a corrente se precipita com a velocidade e a massa impetuosa de um Niagara, então ainda menos é uma sinecura.

Os camaradas mais velhos têm ainda na memória o ódio aos socialistas no ano da maior infâmia nacional: da vergonhosa lei dos socialistas — 1870. Milhões de pessoas viam então em cada social-democrata um assassino e um criminoso de direito comum, e em 1870, um traidor à pátria e um inimigo mortal. Tais explosões da «alma do povo» têm pela sua monstruosa força elementar qualquer coisa de desconcertante, de estupidificante e de opressivo. Sem permitir qualquer hesitação sentimo-nos impotentes diante de um poder superior, de uma *força maior*. Não temos adversário nenhum que nós possamos agarrar. É como uma epidemia: está em todos os homens, no ar e por toda a parte.

A explosão de 1878 não era contudo comparável nem em força nem em selvajaria à de 1870. Não é somente a explosão da paixão humana que submete, abate, destrói tudo aquilo que invade, mas ainda a maquinaria obediente do militarismo funcionando a pleno rendimento — e nós entre as engrenagens de ferro que rangiam por todo o lado, cujo contacto era sinónimo de morte, e entre as garras de ferro que silvavam à nossa volta e que podiam arrebatá-los a todo o instante. Ao lado da força elementar dos espíritos desesperados, o mais completo mecanismo de arte de matar que o mundo jamais conheceu. E tudo isso no movimento

mais alucinante — todas as caldeiras prestes a explodir. Que é feito então da força individual, da vontade individual? Sobretudo quando sabemos que já não fazemos parte de uma minoria e que já não temos um firme ponto de apoio no povo.

O nosso partido estava ainda em formação. Estávamos submetidos à mais difícil prova que se pode imaginar, antes da organização necessária estar criada. Quando rebenta o ódio aos socialistas, o ano da ignomínia para os nossos inimigos, o ano da glória para a social-democracia, tínhamos já uma organização tão forte e tão ramificada que cada um se sentia reconfortado pela consciência de um sólido apoio e ninguém que fosse sensato podia acreditar que o partido pudesse sucumbir.

Não era pois uma sinecura nadar contra a corrente. Mas o que havia a fazer? O que tinha de ser, o que tinha mesmo de ser. Isso significava: cerrar os dentes e deixar vir o que viesse. Não era altura de ter medo... Ora, eu e Bebel não perdíamos um só instante com conselhos e advertências. Não podíamos arredar pé, tínhamos de ficar no nosso posto quaisquer que fossem as consequências».

Ficaram no seu posto, e a social-democracia alemã alimentou-se durante quarenta anos da força moral de que então deu provas, contra um mundo de inimigos.

Era o que aconteceria desta vez. A princípio, o único resultado seria talvez o ter salvo a honra do proletariado alemão, fazer com que os milhares e milhares de proletários que morrem presentemente nas trincheiras dia e noite e no desconhecimento, não fossem mortos numa acabrunhante confusão espiritual, mas conser-

vando esta tênue luz de esperança: o que no mundo lhes era mais caro, a social-democracia internacional, libertadora dos povos, não era uma ilusão. Mas já a voz corajosa do nosso partido tivera como efeito temperar fortemente a embriagues chauvinista e a inconsciência da multidão, teria preservado do delírio os círculos populares mais esclarecidos, ter-se-ia oposto ao trabalho de intoxicação e de embrutecimento do povo pelos imperialistas. E, precisamente, a cruzada contra a social-democracia teria desvanecido a embriagues das massas populares. Em seguida, à medida que dos homens de todos os países se apoderasse um sentimento de náusea perante esta carnificina humana, lúgubre e interminável, onde o carácter imperialista da guerra se revela cada vez mais, onde o caos da especulação sangüínea se torna cada vez mais insolente — tudo o que há de vivo, de sincero, de humano e de progressista se reuniria sob o estandarte da social-democracia. E, sobretudo, no turbilhão, na ruína e na destruição, a social-democracia, como um rochedo no meio de um mar encapelado, permaneceria o grande farol da Internacional pelo qual todos os outros partidos operários em breve se orientariam. A enorme autoridade moral de que dispunha a social-democracia alemã, em todo o mundo proletário até 4 de Agosto de 1914, teria sem qualquer dúvida provocado rapidamente uma alteração no seio desta confusão geral. Além disso, a atmosfera favorável à paz e a pressão das massas populares, com vista à paz, teriam sido reforçadas em todos os países, o fim deste morticínio em massa teria sido acelerado, as guerras mundiais sob a direcção da Inglaterra seriam, no futuro, reduzidas em razão do número das



suas vítimas. O proletariado alemão ficaria a sentinela vigilante do socialismo e da libertação da humanidade — e isso era um acto patriótico bem digno dos discípulos de Marx, Engels e Lassalle.

## VIII

Apesar da ditadura militar e da censura à imprensa, apesar da queda da social-democracia, apesar da guerra fratricida, a luta de classes renasce com uma força elementar na «Sagrada União» e a solidariedade internacional dos operários eleva-se dos vapores sangrentos dos campos de batalha. Não nas débeis tentativas para galvanizar artificialmente a velha Internacional, não nas promessas que por aqui e por ali são renovadas para fazer de novo causa comum logo que a guerra termine. Não, é agora, durante a guerra e a partir da guerra, que de novo aparece, com uma força e uma importância totalmente novas, o facto de os proletários de todos os países terem um só e mesmo interesse. A própria guerra mundial refuta a mistificação a que dera lugar.

Vitória ou derrota? Tal é a palavra de ordem lançada pelo militarismo dominante em cada um dos países beligerantes, e na qual fizeram coro os dirigentes sociais-democratas. Para os proletários da Alemanha, da França, da Inglaterra e da Rússia tal como para as classes dirigentes destes países, tudo deveria depender da alternativa da vitória ou derrota nos campos de batalha. Logo que os canhões começassem a roar, o proletário de cada país deveria estar interessado na sua vitória e na derrota dos

outros países. Vejamos pois o que a guerra pode trazer ao proletariado.

Segundo a versão oficial retomada textualmente pelos *leaders* da social-democracia, a vitória representa para a Alemanha a perspectiva de um progresso econômico ilimitado e sem obstáculos, e a derrota, pelo contrário, a ameaça de uma ruína econômica. Esta concepção baseia-se um pouco mais ou menos no esquema da guerra de 1870. Ora, a prosperidade que a Alemanha conheceu depois da guerra de 1870 não resultava da guerra, mas antes da unificação política, ainda que esta não tivesse senão a forma mirrada do Império alemão criado por Bismarck. O progresso econômico resultou da unificação política *apesar* da guerra e apesar dos numerosos obstáculos reaccionários que ela arrastou. O efeito real da guerra vitoriosa foi consolidar a monarquia militar da Alemanha e o regime dos junkers prussianos, ao passo que a derrota da França contribuiu para liquidar o Império e instaurar a República. Mas hoje as coisas passam-se de forma diferente com todos os Estados implicados.

Hoje a guerra já não funciona como um método dinâmico susceptível de conceder ao jovem capitalismo nascente as condições políticas indispensáveis para o seu florescimento «nacional». Rigorosamente pode-se admitir que a guerra possui este carácter na Sérvia, e apenas desde que a consideramos isoladamente. Reduzida ao seu significado histórico objectivo, a actual guerra mundial é, de um ponto de vista geral, uma luta de concorrência de um capitalismo elevado à sua plena maturidade, pela soberania mundial e pela exploração das zonas do mundo que permaneciam não-capitalistas. Por isso assiste-se a uma mudança completa no carácter da própria

guerra e dos seus efeitos. O elevado grau do desenvolvimento econômico da produção capitalista manifesta-se tanto no nível extraordinariamente elevado da técnica, isto é, do potencial de destruição dos armamentos de guerra, como no seu nível aproximadamente igual para todos os países beligerantes. A organização internacional da indústria de guerra reflecte-se actualmente no equilíbrio de forças que estabelece sem cessar através das decisões e das hesitações parciais da balança e que retarda sem cessar uma decisão geral. Por seu lado, a indecisão das operações militares dá lugar a que novos efectivos sejam constantemente enviados para a guerra: tanto novas massas de população nos países beligerantes como novos países que até ali permaneceram neutros. A guerra encontra por toda a parte uma profusão de novos desejos imperialistas e de novos conflitos a explorar; ela própria cria alguns novos e assim se propaga como bola de neve. Mas quanto maiores são as massas de população e de países arrastados para a guerra, maior é a sua duração. Tudo isto faz com que mesmo antes que intervenha uma decisão militar, a guerra produza um fenómeno que ás guerras precedentes dos tempos modernos não conheceram: a ruína econômica de todos os países que nela tomam parte e, de uma maneira crescente, mesmo dos países que formalmente não estão nela implicados. A medida que a guerra se prolonga, este fenómeno confirma-se e reforça-se: cada mês que passa, a possibilidade de recolher os frutos de uma vitória militar torna-se dez anos mais distante. Nem a vitória nem a derrota podem ao fim e ao cabo modificar algo neste fenómeno, que, pelo contrário, torna completamente duvidosa uma decisão puramente militar:

é cada vez mais verossímil que a guerra acabe finalmente pelo extremo esgotante de todos os adversários. Nestas condições, se a Alemanha tivesse de sair vitoriosa da guerra — mesmo se os imperialistas fautores de guerra realizassem os seus ambiciosos sonhos, se conseguissem o massacre até à eliminação completa de todos os seus adversários — ela não conseguiria mais do que uma vitória de Pirro. Terra por troféus: a anexação de alguns territórios despovoados e reduzidos à ruína que sobrevirá logo após o desaparecimento da estrutura de uma economia financeira sustentada pelos empréstimos de guerra e das aldeias de Potemkine do «inabalável bem-estar do povo» mantidas em actividade por ajudas de guerra. Salta aos olhos que mesmo o mais vitorioso Estado não pode reparar, por pouco que seja, com indenizações, os desgastes sofridos durante a guerra. A laia de compensação e para completar a sua «vitória», a Alemanha assistirá à ruína talvez ainda maior do campo oposto, da França e da Inglaterra, isto é, dos países com quem está estreitamente ligada do ponto de vista económico e deles dependendo em grande parte a sua própria prosperidade. É neste quadro que o após-guerra — uma guerra «vitoriosa», bem entendido — representará para o povo alemão a obrigação de pagar os gastos de guerra que os parlamentares patriotas com antecedência «aprovaram», o que significa que terá de suportar o peso de uma série interminável de impostos e a carga de uma reacção militar reforçada: eis o único fruto durável e tangível da sua «vitória».

Se procurarmos agora delinear as piores conseqüências de uma derrota, verificamos que, à excepção das anexações imperialistas, elas se

assemelham traço por traço às conseqüências que resultariam inevitavelmente duma vitória: é que os efeitos da própria guerra são tão profundos e tão extensos que o seu resultado militar não pode aí modificar grande coisa.

Contudo imaginemos por um instante que o Estado vitorioso decide apesar de tudo aliviar-se do grande peso da ruína e sobrecarregar o seu adversário vencido, e que estrangula o seu desenvolvimento económico por entraves de toda a espécie. Poderá a classe operária alemã, depois da guerra, progredir se a acção sindical dos operários franceses, ingleses, belgas e italianos for entravada por enfraquecimento económico? Até 1870, o movimento operário progredia ainda independentemente em cada país, e as decisões eram lançadas em cidades isoladas. É nas ruas de Paris que são iniciadas e decididas as batalhas do proletariado. Mas o movimento operário actual, com a sua luta quotidiana laboriosa e regular e a sua organização de massa, assenta na cooperação de todos os países que conhecem a produção capitalista. Se é verdade que a causa operária só pode prosperar sobre a base de uma vida económica sã e vigorosa, então isso valerá não só para a Alemanha, mas também para a França, Inglaterra, Bélgica, Rússia e Itália. E se o movimento operário estagna em todos os Estados capitalistas da Europa, se em todos eles se encontrarem salários baixos, sindicatos enfraquecidos e pouca resistência da parte dos explorados, então é impossível que o movimento sindical floresça na Alemanha. Dentro deste ponto de vista, a perda é ao fim e ao cabo exactamente a mesma para a luta económica do proletariado se o capitalismo francês ou se o capitalismo inglês se reforça em detrimento do capitalismo alemão.

Mas voltemos às conseqüências políticas da guerra. Aqui deveríamos poder ajuizar mais facilmente do que no domínio econômico. Desde sempre, as simpatias e o apoio dos socialistas foram para aquele dos beligerantes que combatia pelo progresso histórico e contra a reacção. Na guerra mundial actual, que campo representa o progresso e qual o campo da reacção? É claro que não se pode julgar esta questão a partir das etiquetas que ostentam Estados beligerantes, tais como «democracia» ou «absolutismo», mas unicamente a partir das tendências objectivas que cada campo revela na política mundial. Antes de poder ajuizar sobre as conseqüências da vitória alemã no proletariado alemão, impõe-se avaliar as conseqüências que essa vitória teria sobre a situação política global na Europa. A vitória pura e simples da Alemanha teria como primeira conseqüência a anexação da Bélgica e provavelmente também de alguns pedaços de territórios a Leste e a Oeste bem como de uma parte das colónias francesas; permitiria ao mesmo tempo a conservação da monarquia habsburguesa que se enriqueceria com novos territórios, e finalmente a conservação da «integridade» fictícia da Turquia sob o protectorado alemão, isto é, praticamente a transformação imediata da Ásia Menor e da Mesopotâmia em províncias alemãs sob este ou aquele revestimento. A segunda conseqüência seria a hegemonia militar e econômica efectiva da Alemanha na Europa. Se é preciso esperar que uma simples vitória da Alemanha produza todos estes resultados, não é porque correspondam aos desejos imperialistas alardeados no decorrer da guerra actual, mas sim porque derivam inevitavelmente da posição adoptada pela Alemanha na política mundial, da sua opposição

em relação à Inglaterra, França e Rússia, que, com o desenrolar da guerra, toma proporções muito acima das dimensões iniciais. Basta no entanto ter presente estes resultados para compreender que em caso algum poderiam dar lugar a um equilíbrio estável da política mundial. Apesar de todas as ruinosas conseqüências que a guerra acarreta a todos os países implicados e mais ainda talvez aos vencidos, no dia imediato ao da conclusão da paz, começarão a fazer-se preparativos com vista a uma nova conflagração mundial sob a égide da Inglaterra, para sacudir o jugo do militarismo prusso-alemão que deveria pesar sobre a Europa e a Ásia. Uma vitória da Alemanha apenas seria, pois, um prelúdio de uma segunda guerra mundial que surgiria imediatamente a seguir e, deste modo, não passaria de um ponto de partida para novos preparativos militares febris assim como para o desencadear da mais negra reacção em todos os países, e em primeiro lugar na própria Alemanha. Por outro lado, a vitória da Inglaterra e da França conduziria, muito provavelmente, à perda pela Alemanha de pelo menos uma parte das suas colónias e da sua metrópole, e infalivelmente à queda da posição do imperialismo alemão na política mundial. O que significa: o desmembramento da Austria-Hungria e a liquidação completa da Turquia. Estes dois estados são actualmente produtos tão arqui-reaccionários, e a sua queda correspondendo neste ponto às exigências da evolução do progresso, que, no quadro concreto actual da política mundial, o colapso da monarquia habsburguesa e da Turquia não poderia conduzir a outra coisa que não fosse a partilha dos seus territórios e populações entre a Rússia, Inglaterra, França, e Itália. Esta redistribuição

geográfica de grande envergadura e este reajustamento das forças nos Balcãs e no Mediterrâneo estender-se-ia inevitavelmente à Ásia pela liquidação da Pérsia e por um novo desmembramento da China. Por isso, o conflito anglo-russo e o conflito anglo-japonês passariam ao primeiro plano da política mundial, daria talvez uma nova guerra mundial cujo pomo de discórdia poderia muito bem ser Constantinopla. Assim, uma vez mais a vitória conduziria a novos preparativos militares em todos os estados — a Alemanha vencida tomando evidentemente a iniciativa das operações — iniciando por conseguinte uma era de dominação incontestada do militarismo e da reacção na Europa inteira, como objectivo final de uma nova guerra mundial.

Assim, se a política proletária deve tomar posição em face da guerra actual, um ou outro dos dois campos do ponto de vista do progresso e da democracia, a verdade é que, considerando globalmente a política mundial e as suas perspectivas futuras, a política proletária se encontra imobilizada entre Scylla e Charybde, e a questão vitória ou derrota reaparece nestas condições, para a classe operária europeia, tanto no plano político como no plano económico, sob a forma de uma escolha desesperada entre dois males. Não é pois mais do que funesta ilusão da parte dos socialistas franceses imaginar que, vencendo a Alemanha pelas armas, se consegue atingir o militarismo ou mesmo o imperialismo no próprio coração e abrir as vias à democracia pacífica no mundo. Acontece precisamente o contrário: qualquer que seja o vencedor da guerra, o imperialismo e o seu fiel servidor militarismo aí encontrarão o seu terreno favorito salvo num caso: se, pela sua inter-

venção revolucionária, o proletariado lhes vier perturbar os cálculos.

Com efeito, a lição mais importante que a política do proletariado deve tirar da guerra actual é a absoluta certeza de que nem na Alemanha, nem na França, nem na Inglaterra, nem na Rússia o proletariado poderá fazer sua a palavra de ordem: vitória ou derrota. Porque esta palavra de ordem só tem verdadeiro sentido para o imperialismo, uma vez que, para cada grande Estado, equivale à questão: reforço ou perda do seu poderio mundial, das suas anexações territoriais, das suas colónias e do seu domínio militar. Se se considera a situação actual em bloco, a vitória ou a derrota de cada um dos campos é igualmente funesta para o proletariado europeu, do ponto de vista de classe. É a própria guerra, independentemente dos seus sucessos militares, que representa para o proletariado europeu a maior das derrotas, e é a eliminação da guerra e a paz imposta tão rapidamente quanto possível pela luta internacional do proletariado que podem trazer a única vitória à causa proletária. E é unicamente esta vitória que permitirá salvar realmente a Bélgica e a democracia europeia.

Na guerra actual, o proletariado consciente não pode identificar a sua própria causa com qualquer dos dois campos. Será que a política do proletariado exige neste caso a permanência do Statu quo? Que não temos outro programa de acção que não seja este voto: que subsista o antigo estado de coisas, que tudo fique como antes da guerra?

Primeiro, nós nunca poderíamos ter por ideal o estado de coisas existente que de resto não resulta nem de perto nem de longe da livre determinação dos povos; além disso, já não

podemos regressar ao antigo estado de coisas porque já não existe, mesmo que acabassem por subsistir as actuais fronteiras entre os Estados. Antes mesmo de ter levado até ao fim todas as suas conseqüências, a guerra produziu uma modificação tão considerável nas relações de força e na avaliação das forças antagonistas, nas alianças e oposições políticas, modificou tão radicalmente as relações entre os Estados e as classes no interior da sociedade, destruiu tão profundamente velhas ilusões e castelos no ar, criou tantas urgências e tarefas novas, que o retorno à velha Europa tal como existia antes de 4 de Agosto de 1914 é tão impossível como é o regresso a uma situação que tivesse precedido uma revolução, mesmo que esta revolução tivesse sido esmagada. Aliás a política do proletariado não conhece a «marcha atrás», não pode ir senão em frente; é-lhe necessário ir sempre além do que existe, ultrapassar o que acaba de ser criado. É neste sentido somente que ele pode opor a sua própria política à de cada um dos dois campos imperialistas em guerra.

Mas, para os partidos sociais-democratas, esta política não poderia consistir em reencontrarem-se nas conferências internacionais para elaborarem o maior número possível de projectos, cada um de per si ou todos à uma, e para inventarem receitas subtis para uso da diplomacia burguesa: não se trata de lhe explicar como deve concluir a paz para permitir no futuro uma evolução pacífica e democrática. Todas as reivindicações que tendem por exemplo para um «desarmamento» total ou parcial, para a abolição da diplomacia secreta, para o desmembramento de todos os grandes Estados com vista a criar pequenos Estados nacionais, e tudo o mais, relevam todas sem excepção da

utopia, enquanto a classe capitalista tiver as rédeas na mão; tanto mais que, atendendo à orientação imperialista actual, a burguesia não poderia renunciar ao militarismo, à diplomacia secreta, ao grande Estado multinacional centralizado, porque todos estes postulados se reúnem no fundo, se quisermos ser conseqüentes, a esta simples «exigência»: a abolição do Estado de classe capitalista. A política do proletariado não pode reconquistar o lugar a que tem direito dando conselhos utópicos ou elaborando projectos que permitiriam, por meio de reformas parciais, adoçar, subjugar, moderar o imperialismo no quadro do estado burguês. O problema real que esta guerra mundial põe aos partidos socialistas, e da solução do qual dependem os destinos do movimento operário, é *a capacidade de acção das massas proletárias na sua luta contra o imperialismo*. O que falta ao proletariado internacional não são postulados, programas, palavras de ordem, mas sim acções, uma resistência eficaz, a capacidade de atacar o imperialismo no momento oportuno — na guerra precisamente — e de pôr em prática a velha palavra de ordem «guerra à guerra». É aqui que é necessário dar o salto, é aqui que se situa o nó górdio da política do proletariado e do seu futuro. É verdade que o imperialismo, com toda a violência brutal da sua política e a cadeia ininterrupta de catástrofes sociais que provoca, é uma necessidade histórica para as classes dirigentes do mundo capitalista moderno. Nada seria mais funesto para o proletariado que alimentar ainda a menor ilusão e a menor esperança, ao sair da guerra actual, quanto à possibilidade de uma evolução idílica e pacífica do capitalismo. Mas a conclusão que resulta para a política proletária da necessidade

histórica do imperialismo não é o dever de capitular diante do imperialismo para roer em seguida aos seus pés o osso que ele muito bem lhe quiser lançar depois da sua vitória.

A dialéctica da história progride no meio de contradições e, em cada coisa necessária, ela engendra o seu contrário. A dominação da classe burguesa é fora de qualquer dúvida uma necessidade histórica, mas o levantamento contra ela da classe operária não é menos necessário.

A força imperialista de expansão do capitalismo que marca o seu apogeu e constitui o seu último estágio tem por tendência, no plano económico, a metamorfose do planeta num mundo onde reine o modo de produção capitalista, a espoliação de todas as formas de produção e de sociedade caducas, pré-capitalistas, a transmutação de todas as riquezas da terra e de todos os meios de produção em capital, enquanto as massas laboriosas de todos os países são transformadas em escravos assalariados. Em África, na Ásia, do cabo Norte ao cabo Horn e ao oceano pacífico os únicos vestígios de comunidade primitivas, de estádios de dominação feudais, de economias camponesas patriarcais, de produções artesanais seculares, são destruídas, calcadas aos pés pelo capitalismo que extermina povos inteiros e apaga da superfície do globo civilizações milenárias para aí implantar os meios mais modernos de extorquir lucro. Esta marcha triunfal ao longo da qual o capitalismo abre brutalmente o seu caminho por todos os meios, possui um lado luminoso: criou as condições preliminares do seu próprio desaparecimento definitivo; pôs em destaque a dominação mundial do capitalismo à

qual só a revolução mundial do socialismo pode suceder. Tal era o único aspecto cultural e progressista do que se chamou a grande obra civilizadora do capitalismo nos países primitivos. Para os economistas e políticos burgueses liberais, caminhos de ferro, fósforos suecos, canalizações de rua e sucursais de comércio representam o «progresso» e a «civilização». Mas, estas obras enxertadas sobre as condições económicas primitivas, não representam nem o progresso, nem a civilização porque são vendidas ao preço da ruína económica acelerada dos países onde são introduzidas, levando os seus povos a suportar de uma assentada a miséria e o terror de duas eras: a das relações de dominação da economia natural tradicional e a da exploração capitalista mais moderna e refinada. É apenas enquanto realização das condições preliminares da supressão da dominação do capital e da abolição da sociedade de classes que, num sentido histórico mais amplo, se pode considerar a marcha triunfal do capitalismo como faustora do progresso. É neste sentido que o imperialismo, em última análise, trabalhava para nós. A guerra mundial é uma viragem na história do capitalismo. Pela primeira vez, a fera que a Europa capitalista soltava sobre os outros continentes irrompe de um só salto em pleno coração da Europa. Um grito de terror percorre o mundo quando a Bélgica, esta preciosa e pequenina jóia da civilização europeia, assim como os mais veneráveis monumentos culturais do norte de França foram devastados pelo impacto de uma cega força destrutiva. O «mundo civilizado» que tinha assistido com indiferença aos crimes deste mesmo imperialismo: quando ele sacrificou milhares de

Hereros à morte mais horrorosa e inundou o deserto do Kalahari de gritos dementes de homens sedentos e de estertores de moribundos, quando sobre Putamayo no espaço de dez anos quarenta mil homens foram torturados até à morte por um bando de cavalheiros de indústria vindos da Europa, quando na China uma civilização antiquíssima foi posta a fogo e sangue pela soldadesca europeia e submetida a todos os horrores da destruição e da anarquia, quando a Pérsia, impotente, foi estrangulada pelos laços cada vez mais apertados da tirania estrangeira, quando em Tripoli os Árabes foram submetidos a ferro e fogo ao jugo do capital e a sua civilização riscada do mapa — este mesmo «mundo civilizado» mal acaba de dar conta que a mordedura da fera imperialista é mortal, que o seu hálito é facínora. Pôde enfim aperceber-se, agora que a fera cravou as suas afiadas garras no seio da própria mãe, a civilização burguesa europeia. E esta descoberta propaga-se sob a forma de hipocrisia burguesa que quer que cada povo só reconheça a infâmia do uniforme nacional do seu adversário. «Os bárbaros alemães!» — «os horrores cossacos!»

— como se o facto de exaltar a carnificina humana como um empreendimento heróico num jornal de juventude socialista não fosse a semente do espírito cossaco!

Mas a libertação actual da fera imperialista nos campos europeus produz ainda um outro resultado que deixa o «mundo civilizado» totalmente indiferente: *é o desaparecimento maciço do proletariado europeu*. Jamais uma guerra exterminara em tais proporções camadas inteiras de população; jamais, há um século, destruíra desta maneira todos os povos civilizados da Europa. Nos Vosgos, nas Ardenas, na Bél-

gica, na Polónia, nos Cárpatos, sobre o Save, milhões de vidas humanas são ceifadas, milhares de homens são reduzidos à sobrevivência. Ora, é a população operária das cidades e dos campos que constitui os nove décimos destes milhões de vítimas.



## APÊNDICE:

### TESES SOBRE AS TAREFAS DA SOCIAL - DEMOCRACIA INTERNACIONAL

Uma maioria das camadas dos quatro cantos da Alemanha adoptou as seguintes teses que apresentam uma aplicação do programa de Erfurt ao problema actual do socialismo internacional.

1) A actual guerra mundial reduziu a nada os resultados do trabalho de quarenta anos de socialismo europeu, arruinando a importância da classe operária revolucionária enquanto factor de poder político, arruinando o prestígio moral do socialismo, fazendo rebentar a Internacional proletária, conduzindo as suas secções a um mútuo fratricídio e acorrentando os votos e as esperanças das massas populares nos mais importantes países capitalistas à nau do imperialismo.

2) Ao votarem os créditos de guerra e ao proclamarem a Sagrada União, os dirigentes oficiais dos partidos sociais - democratas da Alemanha, da França e da Inglaterra (à excepção do partido operário independente) reforçaram o imperialismo na rectaguarda, comprometeram as massas populares a suportar pacientemente a

miséria e o horror da guerra, e assim contribuíram para o desencadeamento desenfreado do furor imperialista, para o prolongamento do massacre e para o crescimento do número das suas vítimas: partilham pois a responsabilidade da guerra e das suas conseqüências.

3) Esta tática das instâncias oficiais do partido nos países beligerantes, e em primeiríssimo lugar na Alemanha, que era até aqui o país piloto da Internacional, equivale a uma traição aos princípios mais elementares do socialismo internacional, aos interesses vitais da classe operária e a todos os interesses democráticos dos povos. Por causa desta tática, a política socialista era igualmente condenada à impotência nos países em que os dirigentes do partido permaneceram fiéis aos seus deveres: na Rússia, na Sérvia, na Itália e — com uma excepção — na Bulgária.

4) Ao abandonarem a luta de classes enquanto durasse a guerra e ao remeterem-na para o período do após-guerra, a social-democracia oficial dos países beligerantes deu tempo às classes dirigentes de todos os países, de reforçarem a sua posição a expensas do proletariado no plano económico, político e moral.

5) A guerra mundial não serve nem a defesa nacional, nem os interesses económicos ou políticos das massas populares quaisquer que sejam; é unicamente um produto de rivalidades imperialistas entre as classes capitalistas de diferentes países pela supremacia mundial e pelo monopólio da exploração e da opressão das regiões que não estão ainda submetidas ao Capital. Na era deste imperialismo desenfreado já não pode haver guerras nacionais. Os interesses nacionais não são mais do que uma mistificação que tem por fim pôr as massas popu-

lares laboriosas ao serviço do seu inimigo mortal: o imperialismo.

6) A liberdade e a independência, para qualquer nação oprimida, não podem brotar da política dos Estados imperialistas e da guerra imperialista. As pequenas nações cujas classes dirigentes são os joguetes e os cúmplices dos seus camaradas de classe dos grandes Estados, não são mais do que peões no jogo imperialista das grandes potências e, tal como as massas operárias das grandes potências, são utilizadas como instrumentos durante a guerra para serem sacrificadas, após a guerra, aos interesses capitalistas.

7) Nestas condições, qualquer que seja o vencedor e qualquer que seja o vencido, a guerra mundial actual representa uma derrota do socialismo e da democracia; qualquer que seja a sua saída, ela não pode conduzir senão ao reforço do militarismo e das rivalidades no plano da política mundial, salvo no caso de uma intervenção revolucionária do proletariado internacional. Ela aumenta a exploração capitalista, acresce a força da reacção na política interna, enfraquece o controle da opinião pública e reduz cada vez mais o parlamento a não ser senão o instrumento dócil do militarismo. Ao mesmo tempo, a actual guerra mundial desenvolve todas as condições favoráveis a novas guerras.

8) A paz mundial não pode ser preservada por planos utópicos ou reaccionários, tais como tribunais de diplomatas capitalistas, convenções diplomáticas sobre o «desarmamento», a «liberdade marítima», a supressão do direito de captura marítima, «alianças políticas europeias», «uniões aduaneiras na Europa Central», Estados – tampões nacionais, etc... Não se poderá

eliminar ou mesmo travar o imperialismo, o militarismo e a guerra por tanto tempo que as classes capitalistas não exerçam a sua dominação de classe de maneira incontestada. O único meio de lhes resistir com sucesso e de preservar a paz mundial, é a capacidade de acção política do proletariado internacional e a vontade revolucionária de lançar o seu peso na balança.

9) O imperialismo, enquanto última fase e apogeu da dominação política mundial do Capital, é o inimigo mortal comum do proletariado de todos os países. Mas partilha também com as fases anteriores do capitalismo o destino de aumentar as forças do seu inimigo mortal, à medida que ele se desenvolve. Acelera a concentração do Capital, a estagnação das classes médias, o crescimento do proletariado, suscita a resistência cada vez mais forte das massas e conduz assim à intensificação das oposições entre as classes.

10) Neste objectivo, a tarefa essencial do socialismo consiste hoje em reunir o proletariado de todos os países numa força revolucionária viva possuindo uma só concepção do conjunto dos seus interesses e das suas tarefas, e uma tática e uma capacidade de acção política unificadas, de maneira a fazer do proletariado o factor decisivo da vida política, papel ao qual a história o destina.

11) A guerra fez estourar a Segunda Internacional. A sua queda está provada pela sua incapacidade de lutar eficazmente durante a guerra contra a dispersão nacional e de adoptar uma tática e uma acção comuns para o proletariado de todos os países.

12) Tendo em conta a traição das representações oficiais dos partidos socialistas dos países beligerantes para com os objectivos e os

interesses da classe operária, tendo em conta o facto de que abandonaram as posições da Internacional para se juntarem à da política burguesa-imperialista, é uma necessidade vital para o socialismo criar uma nova Internacional operária que se encarregue de dirigir e de coordenar a luta de classe revolucionária conduzida contra o imperialismo em todos os países. Para executar a sua tarefa histórica, deverá apoiar-se sobre os seguintes princípios:

a) — A luta de classe no interior dos Estados burgueses contra as classes dirigentes e a solidariedade internacional dos proletários de todos os países são as duas regras de conduta indispensáveis que a classe operária deve aplicar na sua luta de libertação histórica. Não há socialismo sem solidariedade internacional do proletariado, o proletariado socialista não pode renunciar à luta de classes e à solidariedade internacional, nem em tempo de paz, nem em tempo de guerra: isso equivaleria a um suicídio.

b) — A acção de classe do proletariado de todos os países deve, em tempo de paz como em tempo de guerra, fixar como objectivo principal o combate ao imperialismo. A acção parlamentar, a acção sindical e a actividade global do movimento operário devem ser subordinadas ao seguinte objectivo: opor em todos os países, da maneira mais viva, o proletariado à burguesia, sublinhar a cada passo a oposição política e espiritual entre as duas classes, pondo sempre em relevo e demonstrando a pertença comum dos proletários de todos os países à Internacional.

c) — O centro de gravidade da organização de classe do proletariado reside na Internacional. A Internacional decide, em tempo de paz,

da tática das secções nacionais a respeito do militarismo, da política, da política comercial, das festas de Maio e, além disso, ela decide da tática a adoptar em tempo de guerra.

d) — O dever de aplicar as decisões da Internacional precede todos os outros deveres da organização. As secções nacionais que desobedecem às suas decisões excluem-se elas mesmas da Internacional.

e) — Na luta contra o imperialismo, as forças decisivas só podem ser impelidas pelas massas compactas do proletariado de todos os países. A tática das secções nacionais deve, por conseguinte, ter como objectivo principal formar a capacidade de acção política das massas e o seu sentido de iniciativa, assegurar a coordenação internacional das acções de massa, desenvolver as organizações políticas, de tal maneira que, por seu intermédio, se possa contar de cada vez com o concurso rápido e enérgico de todas as secções e que a vontade da Internacional se concretize na acção das mais amplas massas operárias em todos os países.

f) — A primeira tarefa do socialismo é a libertação espiritual do proletariado da tutela da burguesia, tutela que se manifesta pela influência da ideologia nacionalista. A acção das secções nacionais, tanto no parlamento como na imprensa, deve ter por fim denunciar o facto de que a fraseologia tradicional do nacionalismo é o instrumento da dominação burguesa. Hoje, a única defesa de qualquer liberdade nacional efectiva é a luta de classe revolucionária contra o imperialismo.

## A PROPÓSITO DA BROCHURA DE JUNIUS<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Artigo escrito em Julho de 1916 e publicado pela primeira vez em Outubro do mesmo ano no n.º 1 da *Colecção do Social-Democrata*. O texto de Rosa Luxemburg foi publicado com o pseudónimo de Junius.

Eis que finalmente acaba de aparecer na Alemanha, ilegalmente, sem o acordo da ignóbil censura dos junkers, uma brochura social-democrata consagrada aos problemas da guerra! O autor, que pertence visivelmente à ala «radical de esquerda» do partido, assina Junius (o que significa em latim: cadete<sup>1</sup>) e intitula a sua brochura: *A crise da social-democracia*. Aí se encontram em apêndice as «teses sobre as tarefas da social-democracia internacional», que já foram apresentadas à Comissão socialista internacional de Berna e publicadas no n.º 3 do seu Boletim; pertencem ao grupo «a Internacional», que publicou na Primavera de 1915 um número de uma revista que tinha o mesmo nome (com artigos de Zetkin, Mehring, R. Luxemburgo, Thalheimer, Duncker, Ströbel e outros) e que organizou durante o Inverno de 1915-1916 uma conferência de sociais-democratas de todas as partes da Alemanha, onde estas teses foram adoptadas.

A brochura, como o diz o autor da introdução datada de 22 de Janeiro de 1916, foi escrita em

<sup>1</sup> No livro *Rosa Luxemburgo: Textes*, publicado pelas *Editions Sociales* e organizado por Gibert Badia, este escreve: «Lenine engana-se imaginando que este termo (Junius) faz referência ao latim. Junius era na realidade o pseudónimo dum panfletário inglês que tinha aderido ao absolutismo de Jorge III».

Abril de 1915 e impressa «sem qualquer modificação». A sua aparição foi retardada por «circunstâncias exteriores». É consagrada menos à «crise da social-democracia» que à análise da guerra, à refutação da lenda relativa ao seu carácter nacional e libertador, à demonstração da sua natureza imperialista do lado da Alemanha tal como do das outras grandes potências e, enfim, à crítica revolucionária da atitude do partido oficial. Escrita num estilo extremamente vivo, a brochura de Junius certamente já teve e terá ainda um grande papel na luta contra o ex-partido social-democrata da Alemanha, passado para o lado dos junkers e da burguesia, e nós felicitamos muito cordialmente o seu autor.

O leitor russo ao corrente das publicações sociais-democratas editadas de 1914 a 1916 em russo no estrangeiro não encontrará nada de novo, quanto aos princípios, na brochura de Junius. Ao vê-la, comparando-a aos argumentos do marxismo revolucionário alemão, que foram expostos, por exemplo, no Manifesto do Comitê Central do nosso Partido (Setembro-Novembro de 1914), nas resoluções de Berna (Março de 1915) e nos seus múltiplos comentários, é-se obrigado a constatar que a argumentação de Junius é muito incompleta e que comete dois erros. Mas antes de iniciar a crítica das lacunas e dos erros de Junius, tornamos bem claro que só o fazemos porque a auto-crítica é uma necessidade para os marxistas e que é necessário verificar, sob todos os seus aspectos, os pontos de vista que devem servir de base ideológica à III Internacional. A brochura de Junius é, no conjunto, uma excelente obra marxista e é muito possível que os seus

defeitos tenham, até certo ponto, um carácter fortuito.

O principal destes defeitos, que constituem nitidamente um passo atrás em comparação com a revista legal a *Internacional* (legal, ainda que tenha sido proibida logo que apareceu), é o silêncio do autor sobre a ligação que existe entre o social-chauvinismo (não emprega nem este termo, nem a expressão menos precisa social-patriotismo) e o oportunismo. Fala com precisão da «capitulação» e da queda do partido social-democrata da Alemanha, da «traição» dos seus «chefes oficiais», mas não vai mais longe. Ora, a *Internacional* já tinha feito a crítica do «centro», isto é, do Kautskismo, ao ridicularizar muito justamente a sua falta de carácter, a prostituição do marxismo a que se entrega e ao seu rebaixamento perante os oportunistas. Esta mesma revista tinha *começado* a desmascarar o verdadeiro papel dos oportunistas ao tornar público, por exemplo, o facto muito importante de que, a 4 de Agosto de 1914, os oportunistas apareceram com um ultimato, antecipadamente decididos a votar em *qualquer* dos casos *pelos* créditos de guerra. Não se trata de oportunismo nem de kautskismo tanto na brochura de Junius como nas teses! É uma falta teórica, porque é impossível *explicar* a «traição» sem a pôr em relação com o oportunismo enquanto que *tendência* tendo atrás de si uma longa história, — a história de toda a II.<sup>a</sup> Internacional. É uma falta política prática, porque é impossível compreender «a crise da social-democracia» e vencê-la, sem elucidar o sentido e o papel destas *duas* tendências: uma francamente oportunista (Legien, David, etc.), a outra, hipocritamente oportunista (Kautsky e C.<sup>a</sup>). É um passo atrás em comparação, por

exemplo, com o artigo histórico de Otto Rühle no *Vorwärts* de 12 de Janeiro de 1916, onde ele demonstra nitidamente, claramente, a *fatalidade* de uma cisão no partido social-democrata da Alemanha (a relação do *Vorwärts* respondeu-lhe retomando as frases adocicadas e hipócritas de Kautsky, sem encontrar um só argumento real contra este facto já patente da existência de dois partidos e da impossibilidade de os reconciliar). Eis aí uma inconsequência assombrosa, porque a décima segunda tese diz claramente que é necessário fundar uma «nova» Internacional, dada a «traição» e «a passagem para o campo da política imperialista burguesa» dos «representantes oficiais dos partidos socialistas dos países beligerantes». É claro que falar da participação da «nova» Internacional do antigo partido social-democrata da Alemanha ou de partido que pactue com Legien, David e C.<sup>a</sup> seria verdadeiramente ridículo.

Ignoramos a explicação deste recuo do grupo «a Internacional». O maior defeito de todo o marxismo revolucionário alemão é a falta de uma organização ilegal estreitamente unida, seguindo sistematicamente uma via muito sua e educando as massas no espírito de novas tarefas; uma tal organização seria obrigada a definir claramente a sua atitude acerca do oportunismo como do kautskismo. Isso é tanto mais necessário na medida em que os sociais-democratas revolucionários alemães perderam os seus dois últimos jornais, a *Bremer Burger-Zeitung* de Bremen e o *Volksfreund* de Brunswick, tomados pelos kautskistas. Só o grupo dos «Socialistas internacionalistas da Alemanha» (I.S.D.) fica no seu posto, eis o que é claro e sem ambiguidade para ninguém.

Acontece que certos membros do grupo «a Internacional» recaíam no pântano do kautskismo sem princípios. Ströbel, por exemplo, atreveu-se na *Neue Zeit* a lambar as botas a Bernstein e Kautsky! E, muito recentemente, a 15 de Julho de 1916, publicou nos jornais um artigo, *Pacifismo e social-democracia*, que defendia o mais vulgar pacifismo kautskista. Junius, esse, eleva-se muito vigorosamente contra os quiméricos panfletos kautskistas sobre o «desarmamento», a «abolição da diplomacia secreta», etc. Pode-se dizer que existem duas correntes no grupo «a Internacional»: uma revolucionária e a outra pendendo para o kautskismo.

A primeira das posições errôneas de Junius está concretizada na 5.<sup>a</sup> tese do grupo «a Internacional»: na era deste imperialismo desenfreado, já não pode haver guerras nacionais. Os interesses nacionais não são senão uma mistificação que tem por fim pôr as massas populares laboriosas ao serviço do seu inimigo mortal: «o imperialismo»... Na sua primeira parte, a 5.<sup>a</sup> tese, que termina por esta afirmação, caracteriza a guerra *actual* como uma guerra imperialista. É possível que a negação das guerras nacionais em geral seja, ou uma inadvertência, ou antes um exagero cometido acidentalmente ao sublinhar esta idéia muito justa que a guerra *actual* é imperialista e não nacional. Mas também pode acontecer que seja o contrário, e já que diversos sociais-democratas cometem o erro de negar a existência de guerras nacionais *quaisquer que sejam*, uma vez que refutam a afirmação falsa, apresentando a guerra *actual* como uma guerra nacional, é impossível não ter em atenção este erro.

Junius tem absoluta razão ao sublinhar a influência decisiva da «conjuntura imperialista» na guerra *actual*, ao dizer que atrás da Sérvia há a Rússia, que «atrás do nacionalismo sérvio se mantém o imperialismo russo», que a participação, por exemplo, a da Holanda na guerra seria também imperialista, porque 1) a Holanda defenderia as suas colônias e 2) seria aliada de uma das coligações *imperialistas*. Isto é indiscutível no que respeita à guerra *actual*. E quando Junius sublinha a este respeito o que lhe importa antes de tudo: a luta contra «o fantasma da guerra nacional», que domina actualmente a política social-democrata, não se pode deixar de reconhecer que o seu raciocínio é muito justo e válido.

O erro seria exagerar esta verdade, ao faltar à regra marxista que exige que sejamos concretos, isto é, estender as interpretações sobre a actual guerra a todas as guerras possíveis na época do imperialismo, esquecer os movimentos nacionais *contra* o imperialismo. O único argumento a favor da tese que «não pode mais haver guerras nacionais» é que o mundo está repartido entre um punhado de «grandes» potências imperialistas e que, por esta razão, qualquer guerra, seja ela nacional em princípio, *se transforma* em guerra imperialista, uma vez que ela fere os interesses duma das potências ou das coligações imperialistas.

Este argumento é manifestamente errado. Certamente, a tese fundamental da dialéctica marxista é que todos os limites na natureza e na sociedade são convencionais e móveis, que não há *qualquer* fenómeno que não possa, em certas condições, transformar-se no seu contrário. Uma guerra nacional *pode* transformar-se em guerra imperialista, mas o *inverso* também

é verdadeiro. Exemplo: as guerras da grande revolução francesa começaram como guerras nacionais e foram-no efectivamente. Eram revolucionárias, porque tinham por objecto a defesa da grande revolução contra a coligação das monarquias contra-revolucionárias. Mas quando Napoleão fundara o Império Francês ao subjugar toda uma série de Estados nacionais da Europa, importantes e desde há muito tempo constituídos, então as guerras nacionais francesas tornaram-se guerras imperialistas, que engendram *por seu lado* guerras de libertação nacional *contra* o imperialismo de Napoleão.

Só um sofista poderia apagar a diferença que existe entre a guerra nacional e a guerra imperialista sob o pretexto que uma *pode* transformar-se na outra. A dialéctica serviu mais de uma vez, até na história da filosofia grega, de ponte à sofistica. Mas nós mantemo-nos dialécticos, porque combatemos os sofismas, não negando a possibilidade de toda a transformação em geral, mas analisando concretamente *cada fenómeno* dado no seu quadro geral e na sua evolução.

Que a guerra imperialista actual de 1914-1916 se transforme numa guerra nacional é completamente improvável, porque a classe que representa a vanguarda é o proletariado, que tende objectivamente a transformá-la numa guerra civil contra a burguesia, e depois também porque as forças das duas coligações não são de tal modo diferentes e porque o capital financeiro internacional criou por todo o lado uma burguesia reaccionária. Mas não é permitido qualificar uma tal transformação *de impossível*: *se* o proletariado *européu fosse enfraquecido* durante uma vintena de anos; *se* esta guerra *acabasse* por vitórias no género das de



Napoleão e pela subjugação de uma série de Estados nacionais perfeitamente viáveis; *se o* imperialismo extra-europeu (japonês e sobretudo americano) se mantivesse também uma vintena de anos sem conduzir ao socialismo, por exemplo, devido a uma guerra nipo-americana, então uma grande guerra nacional seria possível na Europa. Esta seria uma evolução que lançaria *para trás* a Europa por várias dezenas de anos. Isso é improvável, mas *não* impossível, porque é antidualético, anticientífico, teoricamente inexacto, apresentar-se a história universal avançando regularmente e sem tropeços, sem fazer às vezes gigantescos saltos atrás.

Prossigamos. Guerras nacionais não são somente prováveis, mas inevitáveis na época do imperialismo, por parte das colônias e das semicolônias. As colônias e semicolônias (China, Turquia, Pérsia) contam cerca de um bilhão de habitantes, isto é, *mais de metade* da população do globo. Os movimentos de libertação nacional são aí, ou já muito potentes, ou em vias de desenvolvimento e de maturação. Toda a guerra é a continuação da política por outros meios. A continuação da política de libertação nacional das colônias conduzi-las-á *inevitavelmente* a ter guerras nacionais *contra* o imperialismo. Estas guerras *podem* conduzir a uma guerra imperialista das «grandes» potências imperialistas de hoje, mas podem também não conduzir a isso, depende de muitas circunstâncias.

Exemplo: a Inglaterra e a França fizeram a guerra dos Sete Anos por causa das colônias, quer dizer que fizeram uma guerra imperialista (a qual é possível tanto na base da escravatura, ou do capitalismo primitivo, como na do capitalismo altamente desenvolvido da nossa época).

A França, vencida, perde uma parte das suas colônias. Alguns anos mais tarde começa a guerra da libertação nacional dos Estados da América do Norte contra a Inglaterra sozinha. Por hostilidade contra a Inglaterra, isto é, por causa dos seus interesses imperialistas, a França e a Espanha, que continuam a possuir fracções do território dos Estados Unidos actuais, concluem um tratado de amizade com os Estados insurgidos contra a Inglaterra. As tropas francesas unidas às tropas americanas batem os Ingleses. Eis uma guerra de libertação nacional onde a rivalidade imperialista é um elemento acessório, sem séria importância, ao contrário do que vemos na guerra de 1914-1916 (o elemento nacional da guerra austro-sérvia não tem séria importância em comparação com a rivalidade imperialista, que é largamente predominante). Donde resulta que seria absurdo aplicar mecanicamente a noção imperialista, para daí deduzir «a impossibilidade» das guerras nacionais. Uma guerra de libertação nacional, por exemplo de uma coligação Pérsia-Índia-China contra tais ou tais potências imperialistas, é muito possível e provável, porque ela resulta do movimento nacional destes países; quanto à transformação desta guerra numa guerra imperialista entre as actuais potências imperialistas, dependerá de muitas circunstâncias concretas, sobre as quais seria ridículo querer basear os cálculos.

Em terceiro lugar, mesmo na Europa, não se pode considerar que as guerras nacionais sejam impossíveis na época do imperialismo. A «época do imperialismo» tornou imperialista a guerra actual, e engendrará fatalmente (enquanto não for instaurado o socialismo) novas guerras imperialistas; impregnou de imperia-

lismo a política das actuais grandes potências, mas não exclui de forma alguma as guerras nacionais, por exemplo dos pequenos Estados (digamos: anexados ou nacionalmente oprimidos) *contra* as potências imperialistas, da mesma forma que não exclui movimentos nacionais a grande escala a Leste da Europa. A propósito da Áustria, por exemplo, Junius raciocina muito saudavelmente ao considerar não somente o «econômico», mas também a sua situação política originária, ao notar a «não-viabilidade interna da Áustria», ao verificar que «a monarquia dos Habsburgos não é uma organização política do Estado burguês, mas unicamente um trust unindo por laços bastante frouxos alguns conciliábulos de parasitas sociais», e que «a liquidação da Áustria-Hungria não é historicamente senão a continuação do desmembramento da Turquia e é, ao mesmo tempo, imposta pela evolução histórica». Para certos Estados balcânicos e para a Rússia, a situação não é melhor. No caso de enfraquecimento sério das «grandes» potências durante esta guerra ou se a revolução triunfasse na Rússia, as guerras nacionais, mesmo vitoriosas, são perfeitamente possíveis. Em primeiro lugar, praticamente, as potências imperialistas *não* podem intervir, não importa em que condições. Em seguida, quando se afirma, sem reflectir, que a guerra de um pequeno Estado contra um gigante é sem esperança, é necessário notar bem que uma guerra sem esperança é apesar de tudo uma guerra: por outro lado, certos fenômenos no seio dos «gigantes», por exemplo o começo de uma revolução, podem transformar uma guerra «sem esperança» numa guerra «cheia de esperança». Se nos detivermos demoradamente sobre a inexactidão da tese segundo a qual «não

pode mais haver guerras nacionais», não é somente porque ela é manifestamente errada do ponto de vista teórico. Seria evidentemente muito triste que os homens «de esquerda» se mostrassem pouco inquietos com a teoria do marxismo no momento em que a fundação da III.<sup>a</sup> Internacional não é possível senão sobre a base de um marxismo não aviltado. Mas este erro é igualmente muito nocivo sobre o plano político e prático: deduz-se daí a absurda propaganda do «desarmamento», pois não pode haver, diz-se, senão guerras reaccionárias; extrai-se daí uma indiferença ainda mais absurda e francamente reaccionária em relação aos movimentos nacionais. E esta indiferença torna-se chauvinismo quando os membros das «grandes» nações européias, isto é, as nações que oprimem uma multidão de pequenos povos e de povos coloniais, declarem num tom falsamente sábio: «Não pode mais haver guerras nacionais!» As guerras nacionais *contra* as potências imperialistas não são somente possíveis e prováveis, são inevitáveis e *progressivas, revolucionárias, ainda que*, naturalmente, o seu *sucesso* requeira tanto a coordenação dos esforços de um número considerável de habitantes dos países oprimidos (das centenas de milhões, no exemplo que citamos, da Índia e da China), como uma conjuntura internacional *particularmente* favorável (por exemplo, que a intervenção das potências imperialistas seja paralisada pelo seu enfraquecimento, por uma guerra entre elas, pelo seu antagonismo, etc.), ou que intervenha um levantamento *simultâneo* do proletariado de uma das grandes potências contra a burguesia (esta eventualidade, a última, na nossa enumeração, ocupa de facto o primeiro

lugar, quer dizer que é a mais desejável e a mais vantajosa para a vitória do proletariado).

Notemos no entanto que seria injusto acusar Junius de indiferença pelos movimentos nacionais. É assim que ele dá origem, entre os erros da facção social-democrata, ao seu silêncio sobre a execução por «crime de traição» (evidentemente por uma tentativa de insurreição em relação à guerra) de um chefe indígena dos Camarões; e sublinha especialmente noutro local (para os senhores Legien, Lensch e outros canalhas que se dizem «sociais-democratas»), que as nações coloniais são também nações. Declara muito claramente: «o socialismo reconhece a cada povo o direito à independência e à liberdade, o direito de dispor do seu próprio destino»; «o socialismo internacional reconhece o direito das nações livres, independentes, iguais, mas só ele pode criar tais nações, só ele pode realizar o direito das nações a disporem de si mesmas. E esta palavra de ordem do socialismo — nota muito justamente o autor — serve, como todas as outras, não para justificar o que existe, mas para indicar uma via, para impelir o proletariado para uma política activa, revolucionária, renovadora». Por conseguinte, enganar-nos-famos profundamente pensando que todos os sociais-democratas de esquerda da Alemanha caíram na mesma estreiteza e na mesma caricatura do marxismo que a de alguns sociais-democratas holandeses e polacos que negam o direito das nações a disporem de si mesmas no regime socialista. Aliás, falaremos à frente das razões *especiais* que têm os Holandeses e os Polacos para cometer *este* erro.

O outro erro de julgamento de Junius diz respeito à defesa da pátria. É a questão política capital durante uma guerra imperialista. E

Junius confirmou-nos a convicção de que o nosso Partido deu a única resposta justa: o proletariado é contra a defesa da pátria nesta guerra imperialista *dado* o seu carácter escravagista, reaccionário e de rapina, *dada* a possibilidade e a necessidade de lhe opor a guerra civil em prol do socialismo (e de fazer tudo para a transformar numa guerra civil). Junius evidenciou excelentemente o carácter imperialista da actual guerra, o que a distingue de uma guerra nacional, mas ao mesmo tempo caiu num erro muito estranho, ao querer por qualquer preço acomodar um programa nacional à guerra *actual* que *não* é nacional. É quase incrível mas é assim.

Os sociais-democratas oficiais, da espécie Legien como da espécie Kautsky, para caírem nas boas graças da burguesia que grita o mais possível contra a «invasão» estrangeira a fim de iludir as massas populares sobre o carácter imperialista da guerra, retomaram com um zelo particular este argumento da «invasão». Kautsky, que assegura agora aos ingênuos e crédulos (principalmente por intermédio de Spectator, do Comitê de organização russo) que passou para a oposição desde fins de 1914, continua a invocar estes «argumentos»! Para o refutar, Junius cita exemplos históricos muito ilustrativos, demonstrando que «a invasão e a luta das classes na história da burguesia não são coisas contraditórias, como o pretende a economia oficial, mas uma é meio e manifestação da outra». Exemplos: em França, os Bourbons apelaram para a invasão estrangeira contra os Jacobinos, e os burgueses de 1871, contra a Comuna. Marx escreveu em *A Guerra Civil em França*:

«O mais alto esforço de heroísmo de que a velha sociedade é ainda capaz é uma guerra

nacional; está agora provado que ela é uma pura manifestação dos governos, destinada a retardar a luta das classes e que é lançada de lado, logo que esta luta de classes rebenta em guerra civil».

«A Grande Revolução Francesa — escreve Junius ao invocar 1973 — é um exemplo clássico válido para todas as épocas». De tudo isso tira-se esta conclusão: «Uma experiência secular demonstra, por conseguinte, que não é o estado de sítio, mas a luta de classe plena de abnegação que desperta o respeito por si mesma, o heroísmo e a força moral das massas populares, que é a melhor defesa, a melhor protecção dum país contra o inimigo exterior».

Conclusão prática de Junius: «Sim, os sociais-democratas devem defender o seu país nas grandes crises históricas. E a grave falha do grupo social-democrata do Reichstag é ter proclamado solenemente na sua declaração de 4 de Agosto de 1914: «Na hora de perigo, não deixaremos a nossa pátria sem defesa» e de ter, ao mesmo tempo, renegado as suas palavras. *Deixou* a pátria sem defesa na hora de maior perigo. Porque o seu primeiro dever em relação à pátria era neste momento mostrar-lhe os verdadeiros pontos secretos desta guerra imperialista, romper a cadeia de mentiras patrióticas e diplomáticas que camuflava este atentado contra a pátria, declarar alto e a bom som que, nesta guerra, a vitória e a derrota eram igualmente funestas para o povo alemão; resistir até ao limite, ao estrangulamento da pátria por meio do estado de sítio; proclamar a necessidade de armar imediatamente o povo e de o deixar ele mesmo decidir a questão da guerra ou da paz; com as últimas energias exigir que a representação popular delibere permanente-

mente durante a guerra para assegurar o controlo vigilante da representação popular sobre o governo e do povo sobre a representação popular; exigir a abolição imediata de todas as limitações dos direitos políticos, porque só um povo livre pode defender com sucesso o seu país; opor-se, enfim, ao programa imperialista da guerra — que tende à conservação da Áustria e da Turquia, isto é, da reacção na Europa e na Alemanha — o velho programa verdadeiramente nacional dos patriotas e democratas de 1848, o programa de Marx, Engels e Lassale: a palavra de ordem da grande e indivisível República alemã. Eis a bandeira que era necessário desfraldar perante o país: teria sido verdadeiramente nacional, verdadeiramente libertadora e teria respondido às melhores tradições da Alemanha e da política de classe internacional do proletariado»... «Assim, o grave dilema: interesses da pátria ou solidariedade internacional do proletariado, o conflito trágico que incitou os nossos parlamentares a reunir «de coração pesado» ao lado do campo da guerra imperialista, não é senão pura invenção, uma ficção nacionalista burguesa. Pelo contrário, entre os interesses de classe da Internacional proletária existe uma perfeita harmonia, tanto durante a guerra como em tempo de paz: a guerra, como a paz, exige o mais intenso desenvolvimento da luta de classe e a defesa mais resoluta do programa social-democrata».

Assim raciocina Junius. O carácter errôneo do seu raciocínio salta aos olhos, e se os nossos lacaios do tzarismo, francos ou disfarçados, os Senhores Plékhanov e Tchkhénkéli, e talvez mesmo os Senhores Martov e Tchkhéidzé, se vão associar com uma pérfida alegria às palavras de Junius, não por amor à verdadeira teórica, mas

para salvar a face, para confundir a pista, para lançar poeira aos olhos dos operários, devemos, quanto a nós, explicar em pormenor a origem *teórica* do erro de Junius.

A guerra imperialista entende ele «opor» o programa nacional. Convida a classe de vanguarda a voltar-se para o passado e não para o futuro! Em 1793 e em 1848, em França, na Alemanha e em toda a Europa, a revolução democrática *burguesa* estava objectivamente na ordem do dia. A esta situação histórica objectiva corresponde o programa «verdadeiramente nacional», isto é, nacional-burguês, da democracia desse tempo, o programa realizado em 1793 pelos elementos mais revolucionários da burguesia e da população plebéia e proclamado em 1848 por Marx em nome de toda a democracia de vanguarda. As guerras feudais e dinásticas opunham-se então, *objectivamente*, as guerras democráticas revolucionárias, as guerras de libertação nacional. Tal era o conteúdo das tarefas históricas da época.

Hoje, para os maiores e mais avançados Estados da Europa, a situação *objectiva* é diferente. O progresso — se não se tiverem em conta eventuais recuos temporários — não se pode efectuar senão no sentido da sociedade *socialista*, da *revolução socialista*. A guerra do capitalismo altamente desenvolvido, não podem *objectivamente* ser opostas, do ponto de vista do progresso, do ponto de vista da classe de vanguarda, senão a guerra *contra* a burguesia, quer dizer antes de tudo a guerra civil do proletariado contra a burguesia pela conquista do poder, guerra *sem* a qual todo o progresso sério é *impossível* e, em seguida, mas somente em certas condições particulares, a guerra eventual pela defesa do Estado socialista contra os

Estados burgueses. E por isso que aqueles bolchevistas (que se reduzem felizmente a alguns casos individuais e que imediatamente abandonamos às gentes de *Prizyv*) que estavam dispostos a aceitar uma defesa condicional, a defesa da pátria na condição de uma revolução vitoriosa e do triunfo da república na Rússia, ficaram fiéis à *letra* do bolchevismo, mas traíram-lhe o *espírito*; porque, arrastados na guerra imperialista das grandes potências avançadas da Europa, a Rússia, mesmo sob a forma republicana, faria *também ela* uma guerra imperialista!

Ao dizer que a luta de classe é o melhor remédio contra a invasão, Junius não aplica a dialéctica marxista senão em metade: dá um passo no bom caminho e afasta-se imediatamente. A dialéctica marxista exige a análise concreta de cada situação histórica particular. Que a luta de classe seja o melhor meio de se opor à invasão, isso é verdade *tanto* para a burguesia que quer derrubar o feudalismo como para o proletariado que quer derrubar a burguesia. Mas, precisamente porque é verdade para *qualquer* opressão de uma classe por outra, é *demasiado geral* e por conseguinte *insuficiente* para o caso *particular* que nos interessa. A guerra civil contra a burguesia é *também* uma das formas da luta das classes e ela só poderia preservar a Europa (a Europa em conjunto e não somente um dos países que a compõem) do perigo de invasão. A «Grande-Alemanha republicana», se ela existisse em 1914-1916, teria feito *a mesma* guerra imperialista.

Junius tem prontamente a resposta justa e a palavra de ordem justa: a guerra civil contra a burguesia pelo socialismo; mas, como se tivesse receado dizer toda a verdade até ao fim, *recuou*

para a quimera da «guerra nacional» em 1914, 1915 e 1916. Se considerarmos as coisas sob um ângulo já não teórico, mas puramente prático, o erro de Junius não é menos manifesto. Toda a sociedade burguesa, todas as classes da Alemanha, compreendendo a camponesa, eram *pela* guerra (na Rússia muito verossimilmente, *também*: pelo menos a maior parte dos camponeses ricos e médios e uma fracção muito importante dos camponeses pobres encontravam-se manifestamente sob o encanto do imperialismo burguês). A burguesia estava armada até aos dentes. «Proclamar» nestas condições o programa da república de um Parlamento deliberando permanentemente, da eleição dos oficiais pelo povo (o «armamento do povo»), etc., teria sido *praticamente «proclamar» a revolução* (com um programa revolucionário *inadequado!*).

Junius indica muito justamente, aqui mesmo, que não se pode «fabricar» a revolução. A revolução estava na ordem do dia em 1914-1916, estava contida na guerra, *nascia* da guerra. Precisamente o que era necessário era «*proclamar*» em nome da classe revolucionária, e sem receio, o *seu* programa. Era necessário meditar sobre as acções sistemáticas, coordenadas, práticas, *absolutamente realizáveis qualquer que fosse* a velocidade de desenvolvimento da crise revolucionária, sobre acções progredindo no sentido da revolução madurescente. Estas acções estão indicadas na resolução do nosso Partido: 1) voto contra os créditos 2) ruptura da «paz civil» 3) criação de uma organização ilegal; 4) apoio a todas as acções revolucionárias das massas. O sucesso de *todas* estas medidas conduz *inelutavelmente* à guerra civil.

A proclamação dum grande programa histórico teria sido certamente de uma importân-

cia colossal; não a do velho programa nacional alemão prescrito para 1914-1918, mas a de um programa proletário, internacionalista e socialista. Vós, os burgueses, fazeis a guerra pela pilhagem; nós, os operários de *todos* os países beligerantes, declaramo-vos a guerra, a guerra pelo socialismo: eis a substância do discurso que deveriam ter pronunciado nos Parlamentos, a 4 de Agosto de 1914, os socialistas que não traíram o proletariado como fizeram os Legien, os David, os Kautsky, os Plékhanov, os Sembat, etc.

O erro de Junius resulta verossimilmente de duas espécies de considerações inexactas. É indubitável que Junius é categoricamente contra a guerra imperialista, e não menos categoricamente *pela* táctica revolucionária: aí está um *facto* que não suprimirão nunca os malefícios dos Senhores Plékhanov visando Junius a propósito da sua defesa da Pátria. É necessário dizê-lo pronta e muito nitidamente em resposta a todas as calúnias possíveis e prováveis deste gênero.

Mas Junius não se libertou completamente do «meio» dos sociais-democratas alemães, mesmo de esquerda, que receiam a cisão, que receiam formular sem reticências a palavra de ordem revolucionária<sup>1</sup>. É um receio injustificado de

<sup>1</sup> Junius comete o mesmo erro nos seus raciocínios sobre este tema: O que vale mais, a vitória ou a derrota? Conclui que as duas são igualmente más (ruína, aumento de armamentos, etc.). Este não é o ponto de vista do proletariado revolucionário, mas o de um pequeno-burguês pacifista. Quando se fala da «intervenção revolucionária» do proletariado — ou, precisamente, Junius e as teses do grupo «Internacional» falam disso, embora infelizmente de maneira dema-

que os sociais-democratas de esquerda da Alemanha se deverão desembaraçar e do qual acabarão por se *desembaraçar*. O prosseguimento da sua luta contra os sociais-chauvinistas conduzi-los-á a isso. E eles lutam resolutamente, *sinceramente* contra os seus *próprios* sociais-chauvinistas; ali está a diferença enorme, fundamental, que os distingue em princípio dos Martov e dos Tchkhéidzé, os quais, com uma mão (à Skobélev), desfraldam uma bandeira saudando «os Liebkhecht de todos os países» e, com a outra enlaçam ternamente Tehkherikéli e Potressov!

Em segundo lugar, Junius parece ter querido pôr em prática qualquer coisa no gênero da «teoria dos estádios», de triste memória, repreendida pelos mencheviques: quis *proceder* à realização do programa revolucionário pelo extremo «mais cômodo», o mais «popular», o mais aceitável para a *pequena burguesia*. Quis, de qualquer maneira, «jogar ao mais fino com a história», com os filistinos. Parece assente que ninguém se poderá elevar contra uma *melhor* defesa da verdadeira pátria: ora, a verdadeira pátria, é a Grande Alemanha republicana, e a sua melhor defesa, é a milícia, o Parlamento deliberando permanentemente, etc. Uma vez adoptado, este programa, pretende ele, desem-

siado geral — é absolutamente necessário pôr a questão dum outro ponto de vista: 1) A «intervenção revolucionária» é ela possível sem risco de derrota? 2) É possível fustigar a burguesia e o governo do seu próprio país sem correr o mesmo risco? 3) Não temos sempre dito, e a história das guerras revolucionárias não o diz, que as derrotas facilitam a tarefa da classe revolucionária?

bocaria por si mesmo no estádio seguinte: a revolução socialista.

São sem dúvida considerações deste gênero que, mais ou menos conscientemente, determinaram a tática de Junius. Inútil será dizer que são erradas. Na brochura de Junius, sente-se o *solitário* que não age às apalpadelas com os camaradas no seio de uma organização ilegal habituada a pensar as palavras de ordem revolucionárias até ao fim e a educar metodicamente a massa no seu espírito. Mas seria profundamente injusto esquecer que este defeito não é o defeito pessoal de Junius, que ele resulta da fraqueza de *toda* a esquerda alemã, envolvida por todos os lados numa odiosa rede de kautskismo hipócrita, pedante, cheio de «complacência» a respeito dos oportunistas. Os partidários de Junius têm sabido, *apesar* do seu isolamento, *empreender* a publicação de folhetos ilegais e partir para a guerra contra o kautskismo. Saberão ir mais longe ainda nesta via que é a boa.

Julho de 1916

V. I. LENINE